

BCME.DOAÇÃO

T338.9813
C875c
T

N.Cham. T338.9813 C875c 1

Autor: Costa Filho, Samuel

Título: O Comportamento da



00890731

Ac. 27576

UFCE - BCME

O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA NORDESTINA EM DECORRÊNCIA
DAS POLÍTICAS DE AJUSTAMENTO ECONÔMICO DOS ANOS 80

BCME-BIBLIOTECA

**O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA NORDESTINA EM DECORRÊNCIA DAS
POLÍTICAS DE AJUSTAMENTO ECONÔMICO DOS ANOS 80**

SAMUEL COSTA FILHO

**DISSERTAÇÃO SUBMETIDA A COORDENAÇÃO DO
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA - CAEN COMO REQUISITO
PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Fortaleza, 1992

BCME-DOAÇÃO

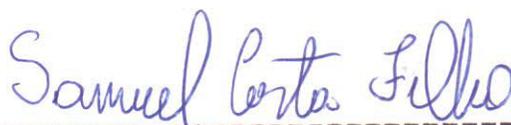
CAEN

BCME-BIBLIOTECA

Essa dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta tese é permitido desde que seja feita de conformidade com as normas de ética científica.

Aprovada em 18 de março de 1992.



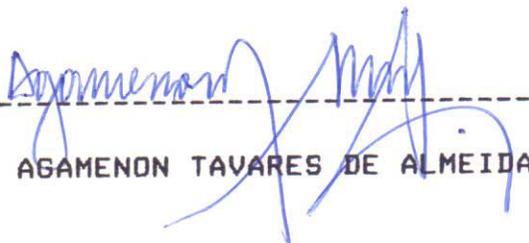
SAMUEL COSTA FILHO

BCME-BIBLIOTECA



Prof: JAIR DO AMARAL FILHO

Orientador da Tese



Prof: AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA



Prof: ASSUÉRO FERREIRA

DEDICATÓRIA

Para meu pai SAMUEL CHAGAS COSTA, meus
irmãos LUCIANO, FLAVIA e MAURÍCO FARIAS COSTA
e para WILANI e MAURÍCIO TAVARES COSTA

Os três problemas discutidos acima - a intervenção do governo na esfera dos investimentos objetivando assegurar o seu volume e estrutura planejados, a superação das barreiras institucionais ao rápido desenvolvimento da agricultura, a tributação adequada dos ricos e abastados - constituem claramente um enorme problema político.

"Michal Kalecki"

AGRADECIMENTOS

Ao término desse trabalho de dissertação de mestrado guardo comigo dois sentimentos que considero por demais importantes: a felicidade e a gratidão. A felicidade por ter conseguido atingir um objetivo por demais desejado e duramente perseguido. A gratidão, para com todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram com o apoio, estímulo e idéias para que chegasse ao ponto pretendido.

Assim sendo, mesmo sabedor do risco de cometer injustiças por omissão de algum nome, gostaria de fazer referência a diversas pessoas que colaboraram para que eu atingisse o meu objetivo.

Para começar gostaria de agradecer o apoio recebido de meus pais Samuel Chagas Costa e Maria Telina de Farias Costa. Foi também gratificante o incentivo de todos os meus irmãos (Luciano, Maurício, Flavia, Roberto, Salustiano, Marcelo e Antonieta Farias Costa). Em especial destaco o apoio, incentivo e colaboração de minha esposa Wilani Tavares Costa.

No CAEN sou grato a todo o corpo administrativo nas pessoas de D. Estrela, Lecy, Rosângela, Sílvio, Antônio Mano, Liria, Belmiro, Sr. Aluísio e a Edna Gomes (em especial pelo trabalho de normalização dessa dissertação).

Quanto ao grupo de colegas de Curso destaco a convivência agradável de várias pessoas como: José Luis, Jaqueline Franco, Antônio Gleydson, Ricardo Pereira, José

Medeiros, Mary Freitas, Tereza Lenice, Alfredo Oliveira, Mauricio Campos, Carlos Américo, Chico Marcelo, Francisco Sales, José Cruz, Demartone Botelho, Francisco Campos, Afonso Eduardo e Machidovel Filho. Dentre todos destacou-se a figura do amigo, irmão e "conterrâneo maranhense" José Ribeiro da Silva Filho.

Ao quadro de professores do Curso de Mestrado em Economia-CAEN fico eternamente grato pelos conhecimentos a mim transmitidos e que me possibilitaram executar essa dissertação. Por esse motivo e pela amizade, sou grato a Roberto Smith, Pedro Jorge Vianna, Ricardo Sandres, Liana Maria Carleial, José Dantas, Maria Cristrina P. Melo, Manuel Bosco e Ariovaldo Araruna.

Quero agradecer aos professores Agamenon Tavares de Almeida e Assuero Ferreira pela participação na banca examinadora apesar dos seus inúmeros compromissos, e por suas valiosas observações e idéias que me ajudaram no desenvolvimento do trabalho.

Todavia gostaria de ressaltar o meu mais profundo **OBRIGADO** ao professor **JAIR DO AMARAL FILHO**, meu orientador, que com dedicação, paciência, atenção, estímulo e inteligência, acompanhou-me em todo o desenvolvimento dessa dissertação.

Destaco ainda a colaboração valiosa da professora Sandra Maria dos Santos pelos dados e informações sobre a economia nordestina, o apoio e a amizade de Joana D'arce, a colaboração do Cleber e ao pessoal do centro de computação nas pessoas de Suely Chacon, Aprígio e Renato Mendes. Aos cunhados Bruce Brand pelo apoio regado a cerveja e pela ajuda na execução do "abstract", e a José Uilde Tavares pelo que me forneceu sou

tambem bastante grato.

Gostaria de agradecer ainda a Fundação Universidade Federal do Piauí e aos compamheiros Socorro Lira, Jaira Alcobaça, Luiz Carlos (Puskas), Edson Castro Lima, Antônio Carlos, Solimar, Lysia Bucar, Jonas Rocha, Elisabeth Duarte e em especial a Antônio de Pádua Silva dos Santos pelos enormes favores a mim prestados ao longo destes três últimos anos.

Finalmente, agradeço a Deus por tudo que tem-me dado, por ter permitido atingir mais um objetivo, como também por toda a ajuda recebida de professores e amigos.

A todos os citados e aquele que por esquecimento ou injustiça não foi por mim mencionado sou profundamente grato.

BCME-BIBLIOTECA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	CAPÍTULO I- A REGIÃO NORDESTE E A FORMAÇÃO DO MERCADO NACIONAL (A integração da economia nordestina ao espaço nacional).....	24
2.1	Introdução.....	24
2.2	A Evolução Econômica do Nordeste.....	27
2.3	A Articulação do Nordeste ao Desenvolvimento Capitalista Brasileiro.....	41
2.4	As Modificações na Estrutura Regional decorrentes da Integração da Economia Nordestina ao Espaço Nacional.....	52
2.5	O Setor Externo Nordestino.....	61
2.6	Conclusão.....	73
3-	CAPÍTULO II- A ECONOMIA BRASILEIRA E O PROBLEMA DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA O EXTERIOR.....	78
3.1	Introdução.....	78
3.2	A Dívida externa Brasileira.....	79
3.2.1	O Mercado de Eurodolar e o Impulso inicial da Dívida Brasileira (1967-1973).....	79
3.2.2	A Fase de Administração da Dívida Externa com Manutenção do Crescimento (1974-1979).....	85
3.2.3	O Sobre-Endividamento Externo e a Política de Estabilização pré-FMI.....	94

3.3	As Políticas de Ajustamento pós-1983.....	105
3.3.1	Os pilares teóricos do programa de ajustamento do FMI Fundo Monetário Internacional.....	105
3.3.2	A Resposta Brasileira ao Problema da Transferência Financeira.....	106
3.3.2.1	O Brasil na fase de ajustamento ortodoxo sob a orientação do FMI (1983-84).....	114
3.3.2.2	O Período 1985-1989 na fase do Governo da Nova República.....	120
3.3.2.2.1	O Período do Ministro da Fazenda Francisco Dornelles (março à agosto de 1985).....	120
3.3.2.2.2	A Gestão de Dilson Funaro à frente do Ministério da Fazenda (setembro de 1985-abril de 1987).....	124
3.3.2.2.3	A Fase do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira (maio à dezembro de 1987).....	128
3.3.2.2.4	A Gestão de Mailson da Nóbrega (1988 e 1989).....	131
3.3.3	A Atitude de Negociação dos Países Credores e Países Devedores.....	135
3.4	A Economia Brasileira e as Consequências da Transferência de recursos para o exterior.....	142
3.5	Conclusão.....	146
4	CAPITULO III- O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA NORDESTINA EM DECORRÊNCIA DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DOS ANOS 80.....	150
4.1	Introdução.....	150
4.2	O Comportamento da Economia Nordestina na década	

de 80 - Análise da economia regional no período de realização da transferência financeira.....	153
4.3 O Desempenho do Setor Externo Nordestino durante a década de 80.....	174
4.4 As Finanças dos Estados e Municípios Nordestinos.....	189
4.5 O Contexto Social do Nordeste durante a década de 80.....	204
4.5.1 A Distribuição de Renda.....	211
4.5.2 O Sistema Educacional.....	216
4.5.3 O Problema da Habitação e as Condições Sanitárias.....	221
4.5.4 Evolução da esperança de vida e da Mortalidade infantil.....	225
4.6 Conclusão.....	230
BCME-BIBLIOTECA	
5 CONCLUSÃO.....	233
6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	240

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	-	NORDESTE- Produto Interno Bruto a Custo de Fatores segundo os setores econômicos: 1965/1979	55
TABELA 2	-	Estrutura do valor de Transformação Industrial segundo uso dos bens produzidos no Nordeste 1959/1970/1980/1985	56
TABELA 3	-	Projetos Industriais aprovados pela SUDENE, por Estados, no período de 1960/1978	59
TABELA 4	-	BRASIL e NORDESTE- Variação anual do Produto Interno Bruto e participação relativa do PIB Regional no PIB brasileiro 1970/1979.....	60
TABELA 5	-	NORDESTE- Destino e Origem das Exportações e Importações 1960/1980.....	62
TABELA 6	-	BRASIL e NORDESTE- Composição e Saldo da Balança Comercial 1970/1979.....	64
TABELA 7	-	BRASIL e NORDESTE- Evolução das Exportações 1970/1979.....	65
TABELA 8	-	BRASIL e NORDESTE- Evolução das Importação 1970/1979.....	65
TABELA 9	-	BRASIL e NORDESTE- Coeficiente de Comércio Exterior 1970/1979.....	66
TABELA 10	-	Participação das Exportações e Importações Regionais nas Exportações e Importações do Brasil 1970/1979.....	68

TABELA 11	-	NORDESTE- Participação das Exportações segundo a classe de produtos 1970/1979.....	69
TABELA 12	-	NORDESTE- Evolução das Exportações segundo a classe de produtos 1970/1979.....	69
TABELA 13	-	NORDESTE- Principais produtos Exportados para o exterior 1970/1979.....	70
TABELA 14	-	NORDESTE- Participação dos Estados no valor das Exportações o exterior 1970/1979.....	72
TABELA 15	-	NORDESTE- Participação dos Estados no valor das Importações 1970/1979.....	72
TABELA 16	-	BRASIL- Dívida Externa 1968/1979.....	89
TABELA 17	-	Empréstimo em Moeda segundo a modalidade de captação 1972/1981.....	91
TABELA 18	-	Empréstimo em Moeda segundo a propriedade do tomador de capital (Lei nº 4131) 1972/1982....	92
TABELA 19	-	Evolução da Taxa de Juros Internacional 1968/1989.....	95
TABELA 20	-	BRASIL- Relação de Troca 1968/1989.....	96
TABELA 21	-	BRASIL- Indicadores da Dívida Externa.....	101
TABELA 22	-	BRASIL- Composição e Saldo da Balança Comercial 1968/1979.....	111
TABELA 23	-	BRASIL- Indicadores Econômicos.....	117
TABELA 24	-	BRASIL- Transferência de Recursos Reais e Financeiros ao Exterior.....	118
TABELA 25	-	BRASIL- Evolução Real do Câmbio 1986/abr.90...	134
TABELA 26	-	BRASIL- Produto Interno Bruto "Per capita" 1980/1989.....	144

TABELA 27	-	BRASIL e NORDESTE- Taxa média de crescimento do PIB Total e PIB "Per Capita".....	155
TABELA 28	-	BRASIL e NORDESTE- Variação anual do Produto Interno Bruto e participação relativa do PIB Regional no PIB brasileiro 1980/1989.....	158
TABELA 29	-	BRASIL e NORDESTE- Composição setorial do Produto Interno Bruto 1980/1989.....	162
TABELA 30	-	BRASIL e NORDESTE- índices do Produto Interno Bruto Real segundo os setores econômicos 1980/1989.....	163
TABELA 31	-	BRASIL e NORDESTE- Taxa Média de crescimento do PIB Total e PIB "Per Capita" 1980/1987.....	164
TABELA 32	-	NORDESTE- Distribuição Percentual dos Estabelecimentos Agrícolas segundo Grupos de Áreas.....	166
TABELA 33	-	Participação Percentual no PIC c.f. e PIB "per capita" das Regiões do Brasil (anos selecionados).....	167
TABELA 34	-	BRASIL e GRANDES REGIÕES- Renda Média Regional como porporção da Renda Média Nacional (anos selecionados).....	168
TABELA 35	-	BRASIL- Contribuição Percentual à Incidência da Pobreza (anos selecionados).....	170
TABELA 36	-	BRASIL, NORDESTE e SUDESTE- Coeficiente de GINI (anos selecionados).....	171
TABELA 37	-	BRASIL, NORDESTE e SUDESTE- Taxa de desemprego durante a Década de 1980.....	173

TABELA 38	-	BRASIL, NORDESTE e SUDESTE- Taxa de subemprego invisível (anos selecionados).....	173
TABELA 39	-	BRASIL e NORDESTE- Composição e Saldo das Balanças Comerciais 1980/1989.....	176
TABELA 40	-	BRASIL e NORDESTE- Evolução das Exportações 1980/1989.....	177
TABELA 41	-	BRASIL e NORDESTE- Evolução das Importações 1980/1989.....	178
TABELA 42	-	BRASIL e NORDESTE- Coeficiente de Comércio Exterior 1980/1989.....	179
TABELA 43	-	Participação das Exportações e Importações Regionais nas Exportações e Importações do Brasil 1980/1989.....	181
TABELA 44	-	NORDESTE- Participação das Exportações segundo a classe de produtos 1980/1989.....	182
TABELA 45	-	NORDESTE- Evolução das Exportações segundo a classe de produtos 1980/1989.....	183
TABELA 46	-	NORDESTE- Principais produtos Exportados para o Exterior 1980/ 1979.....	184/185
TABELA 47	-	NORDESTE- Participação dos Estados no valor das Exportações 1980/1989.....	187
TABELA 48	-	NORDESTE- Participação dos Estados no valor das Importações 1980/1989.....	188
TABELA 49	-	Despesas Totais dos Governos e Municípios das Capitais das diversas Regiões do Brasil 1980/1989.....	192

TABELA 50	-	NORDESTE- Receita dos Estados e Municípios 1980/1989.....	193
TABELA 51	-	NORDESTE- Principais Receitas dos Estados e Municípios e sua Taxa de Crescimento 1980/1989 (X).....	195
TABELA 52	-	NORDESTE- Despesas dos Estados e Municípios 1980/1989.....	198
TABELA 53	-	NORDESTE- Principais Despesas por categoria Econômica dos Estados e Municípios e sua Taxa de crescimento 1980/1989 (X).....	200
TABELA 54	-	BRASIL e NORDESTE- Participação e Taxa de Crescimento Médio Anual da População Rural e Urbana 180/1989.....	205
TABELA 55	-	BRASIL e NORDESTE- Participação e Taxa de Crescimento da População Economicamente Ativa da População Rural e Urbana 1980/1989.....	206
TABELA 56	-	BRASIL e NORDESTE- Formação Bruta de Capital Fixo 1970/1989.....	209
TABELA 57	-	BRASIL e GRANDES REGIÕES- Percentual de Renda Apropriado pelos 40% mais Pobres da População (anos selecionados).....	212
TABELA 58	-	BRASIL e GRANDES REGIÕES- Percentual de Renda Apropriado pelos 10% mais Ricos da População (anos selecionados).....	213
TABELA 59	-	BRASIL e NORDESTE- Distribuição Percentual das Pessoas Ocupadas segundo o Rendimento Mensal(X) (anos selecionados).....	215

TABELA 60	-	BRASIL e NORDESTE- Estrutura Setorial da Força de Trabalho Ocupada (X) (anos selecionados).....	216
TABELA 61	-	BRASIL- Taxa de Escolarização de Pessoas de 7-14 Anos por Rendimento Mensal Familiar "Per Capita" 1980/1989.....	217
TABELA 62	-	BRASIL e NORDESTE- Taxa de Alfabetização da População por Faixa de Idade 1980/1989.....	218
TABELA 63	-	BRASIL e NORDESTE- Participação e Taxa de Crescimento dos Estabelecimentos Públicos e Particulares 1980/1989.....	219
TABELA 64	-	BRASIL e NORDESTE- Participação dos Domicílios em Termos de Abastecimento D'água e a Taxa de Variação no Período 1980/1989.....	222
TABELA 65	-	BRASIL e NORDESTE- Situação dos Domicílios em Termos de Energia Elétrica 1980/1989.....	223
TABELA 66	-	BRASIL e NORDESTE- Destino dado ao Lixo 1981/1989.....	224
TABELA 67	-	População de 0 a 17 Anos segundo às Grandes Regiões (%) 1981/1989.....	226
TABELA 68	-	BRASIL e GRANDES REGIÕES- Esperança de Vida ao Nascer 1950/1980.....	227
TABELA 69	-	BRASIL e GRANDES REGIÕES- Taxa de Mortalidade Infantil por Mil (%) na década de 80.....	228

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	BRASIL e NORDESTE - Coeficiente de Comercio exterior 1970/1979.....	67
FIGURA 2 -	BRASIL E NORDESTE - Coeficiente de Comercio exterior 1980/1989.....	180
FIGURA 3 -	Receita dos Estados e Municípios da Região Nordeste 1980/1989.....	194
FIGURA 4 -	Principais Receitas dos Estados e Municípios da Região Nordeste (%) 1980/1989.....	196
FIGURA 5 -	Despesas dos Estados e Municípios da Região Nordeste 1980/1989.....	199
FIGURA 6 -	Principais Despesas dos Estados e Municípios da Região Nordeste (%) 1980/1989.....	201

RESUMO

BCME-BIBLIOTECA

Investiga o crescimento da economia nordestina durante os anos 80, período em que as políticas de ajustamento econômico (1981-1985) e políticas de estabilização macroeconômicas (1986-1989) ocasionaram a chamada "década perdida".

Inicia com uma apresentação do processo de integração da economia nordestina à economia do resto do Brasil. Desse modo, transparece a mudança da dinâmica da economia regional, que até por volta de 1950 dependia dos efeitos do comércio exterior, passando, com a integração subordinada, a ser comandada pela economia brasileira (e em especial a região Sudeste do país). Neste capítulo percebemos as principais modificações na estrutura regional em decorrência do processo de integração da economia nordestina, e ainda se realiza uma análise do setor externo do Nordeste.

Tendo em vista que é o comportamento da economia do resto do país que atualmente influencia a dinâmica do Nordeste, é realizado no segundo capítulo um estudo da conduta da economia nacional em decorrência das políticas de ajustamento que viabilizaram a transferência de recursos para o exterior a partir de 1982/83. Constatamos que durante a década de 80, o Brasil ao utilizar as políticas de ajustamento conseguiu gerar elevados saldos na sua balança comercial, em meio a recessão (1981/83 e 1987/88), crise e crescimento reduzido, além de agravar questões fundamentais para a economia, o Estado e a sociedade brasileira.

Em meio a grave crise vivida pela economia e pelo Estado brasileiro, o terceiro capítulo apresenta o comportamento e as consequências para a economia do Nordeste, da utilização, por parte do governo federal, das políticas de ajustamento e estabilização visando favorecer a transferência financeira para o exterior e controlar as dificuldades econômicas interna.

1 INTRODUÇÃO

Durante a década de 80 o governo brasileiro implementou políticas de ajustamento (1981-1985) e políticas de estabilização macroeconômicas (1986-1989, com os Planos Cruzado I e II, Bresser e Verão) que atenderam, mais ou menos, a necessidade de geração de divisas para o pagamento do serviço da dívida externa do país e, posteriormente, procuraram controlar os problemas econômicos internos.

Entretanto, as diversas políticas que foram postas em prática no decorrer desse período, na busca de obter um equilíbrio externo e interno da economia, ocasionaram uma grave crise econômico-financeira e social para o Brasil.

Ocorreu, em virtude desta alternativa, o agravamento de questões como a aceleração da inflação, crescimento desmesurado da dívida pública, redução do investimento interno bruto, deterioração dos vários serviços prestados pelo Estado (educação, saúde, etc.), desemprego, queda do salário real do trabalhador, etc. A economia do Brasil que durante as últimas três décadas apresentava taxas elevadas de crescimento econômico, obteve durante os anos 80 uma taxa de crescimento reduzida, exceção dos anos de 1984, 1985 e 1986.

Por outro lado, o processo de expansão capitalista que

penetrou no Nordeste integrou a região ao mercado brasileiro e, com isso, subordinou a economia regional à reprodução ampliada de capital da economia nacional. A dinâmica da economia nordestina que era comandada pelo setor externo, passou, com esse processo, a ser comandada pela região mais industrializada do país. As políticas macroeconômicas globais e setoriais de origem do governo federal passaram a ter uma influência cada vez mais elevada nos resultados obtidos pela economia da região.

Acontece que as políticas de ajustamento (1981-85) e estabilização (1986-89) fizeram com que a economia brasileira primeiramente passasse por uma profunda recessão (1981-1983), depois apresentasse uma tentativa de retomada do crescimento (1984-1986) e, posteriormente, ingressasse em nova fase de redução da atividade econômica (1987-1988).

Como os números estão a indicar, a economia brasileira permaneceu quase que estagnada durante a década de 80, mas ao mesmo tempo a Região Nordeste apresentou uma taxa de crescimento bastante razoável. Desse modo, é objetivo do presente trabalho avaliar como se propagou a nível regional os efeitos das políticas de estabilização macroeconômicas visando a transferência financeira para o Sistema Privado de Créditos Internacional, posta em prática pelo governo brasileiro durante este período e de como o Nordeste respondeu a estas políticas.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro será realizado um estudo tentando ressaltar a crescente integração e complementaridade da economia nordestina com

relação a economia do Brasil. Iniciaremos com uma análise do complexo econômico regional e, na parte final do mesmo capítulo, tentaremos apresentar as principais modificações ocorridas em consequência desse processo, assim como será realizado o estudo do setor externo da região durante os anos 70 (período que antecedeu a década da transferência financeira para o exterior realizado pelo Brasil).

A seguir, o segundo capítulo procura apresentar o processo de transferência de recursos¹ realizado pela economia brasileira ao longo da década de 80. Tendo por base este objetivo, mostra a crise do endividamento externo brasileiro e um estudo das políticas macroeconômicas de ajustamento que foram postas em prática pelo governo para permitir o pagamento do serviço da dívida externa do país. Apresenta ainda, este capítulo, as principais consequências do processo de transferência líquida de recursos para o exterior realizado pela economia nacional.

O terceiro e último capítulo procurará analisar o comportamento e as consequências para a economia do Nordeste, da grave crise vivida pelo Estado e pela economia nacional, ao longo

¹ - A expressão "transferência de recursos ao exterior" é usada em duas acepções. Um primeiro conceito se refere a transferência de recursos reais, que é a diferença entre o Produto Interno Bruto e a absorção doméstica agregada. A segunda acepção refere-se a diferença entre a renda líquida enviada ao exterior e a entrada líquida de capitais e se chama transferência de recursos financeiros. Conforme CAVALCANTI, Carlos B. *Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna*. Rio de Janeiro: BNDES. 1988. p. 19/20. (Dissertação de Mestrado; 12º Prêmio BNDES).

dos anos 80, causados pela utilização de medidas de política econômica visando favorecer a transferência financeira para o exterior.

Finalizando o presente trabalho serão apresentadas as principais conclusões a que se chega no final deste estudo sobre a Região Nordeste e o contexto nacional.

Com o presente trabalho pretendemos discutir a "Questão Nordeste" (que deve sempre estar presente nas discussões dos graves e grandes problemas nacionais) em uma abordagem que fuja um pouco da problemática das disparidades regionais, sem contudo esquecer das graves dificuldades que ainda existem nesta imensa área do nosso país. É de interesse também salientar a necessidade de uma mudança urgente no enfoque a ser dado a questão regional, com a constituição de um novo modelo de desenvolvimento para o Nordeste que beneficie a grande maioria de sua população.

BCME-BIBLIOTECA

2 CAPÍTULO I- A REGIÃO NORDESTE E A FORMAÇÃO DO MERCADO NACIONAL (A integração da economia nordestina ao espaço nacional)

2.1 Introdução

O presente capítulo tem por objetivo mostrar como a Região Nordeste passou a fazer parte de uma "economia nacional unificada"². Dessa maneira, tentaremos apresentar como ocorreu o processo de substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais por uma economia nacional localizada em diversas partes do território brasileiro³. O nosso intuito é ressaltar a crescente integração e complementaridade da economia nordestina com relação a economia brasileira, em virtude da formação do mercado nacional integrado, decorrente da expansão capitalista no Brasil.

O capítulo está composto de três seções. Na primeira se pretende analisar a formação do complexo econômico regional. O que se pretende nesta seção não é realizar um resumo histórico detalhado da evolução econômica do Nordeste brasileiro, mas,

²- MARANHÃO, Silvio. Desevolvimento Econômico e Poder político:Algumas Reflexões sobre o caso do Nordeste Brasileiro,1930-1975 In: Maranhão, Silvio (org) A Questão Nordeste:estudo sobre formação histórica,desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.117-132.

³- OLIVEIRA,Francisco , REICHSTUL, H.F. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil In: A Economia da dependência imperfeita. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p.39-75.

antes, apresentar a lógica principal que comandou esta região durante aproximadamente quatro séculos.

O que se constata é que a economia nordestina por ser secularmente formada a partir dos impulsos do setor exportador, possuía certa autonomia regional e estava voltada para o exterior⁴. As atividades mais dinâmicas em termos regional (açúcar, algodão e posteriormente o cacau) estavam ligadas ao setor primário, dominadas pelas oligarquias e dependiam das influências do setor externo. Esta fase se constituiu numa primeira fase do complexo produtivo nordestino⁵.

A segunda seção apresenta o processo de subordinação da economia nordestina à reprodução ampliada do capital da economia nacional. A expansão capitalista no Brasil ao determinar um processo de redivisão do trabalho a nível nacional, atinge todas as regiões e integra subordinadamente a Região Nordeste ao

⁴- "a economia nordestina se constituiu tendo por centros motores determinadas atividades básicas de exportação. Não apenas o comércio, as finanças e o sistema de transporte, como a própria agricultura de alimentos se plasmaram em função dos requisitos e das "sobras" fatorias de terra e mão-de-obra do setor exportador. Posta em cheque sucessivas vezes pelas crises do comércio internacional e pela emergência de competidores mais eficientes, esta economia tendeu desde há muito a assumir o papel de supridor "marginal" do mercado externo, e a buscar compensação no plano nacional para exclusão no mercado mundial" BARROS DE CASTRO, Antônio. 7 Ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense. 1971. v.2, p.170.

⁵- "A história econômica do Nordeste registra duas fases bastantes diferenciadas no tocante a forma e conteúdo da natureza produtiva, como também no modo como o Estado intervêm no processo visando integrar a área ao processo de desenvolvimento nacional" FERREIRA, Assuéro. Reflexões sobre a política de desenvolvimento do Nordeste: notas para uma discussão. Fortaleza: UFC/CAEN, 1979 p. 1. (texto para discussão: nº 24).

desenvolvimento capitalista nacional⁴. Ocorre um processo de industrialização no Nordeste, comandado pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)⁷, por intermédio dos incentivos fiscais, e que é reflexo do modelo econômico existente no Sudeste do país. Modelo que é comandado pelos grupos oligopolistas nacionais e estrangeiros altamente concentrador e excludente.

Desse modo, a economia nordestina que anteriormente recebia efeitos dinâmicos do seu comércio externo, passa cada vez mais a ser influenciada pela região mais industrializada do país, num processo de homogenização dos mercados⁸. Com isso, é que surge uma pergunta: se a economia nordestina acompanhou de perto a evolução ocorrida nas variáveis macroeconômicas da economia brasileira? (o comportamento da economia nordestina ao longo dos anos 80, período da transferência financeira de recursos para o exterior, é o principal objetivo do presente trabalho e será tema do terceiro capítulo).

Finalmente, a última seção apresenta as consequências e as modificações estruturais ocorridas na economia nordestina em

⁴- FERREIRA, Assuéro. O nordeste brasileiro, contraponto inacabado da acumulação? In: Revista de economia política. São Paulo: Brasiliense, v.3, n.3, p.71-87, jul./set. 1983.

⁷- A SUDENE foi criada por projeto de lei aprovado e promulgado em 15/12/1959. O novo órgão de planejamento regional passou a funcionar em março de 1960 e seu 1º Plano Diretor, somente foi aprovado em dezembro de 1961. vide COHN, Amélia. Crise regional e planejamento. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.63.

⁸- OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

decorrência do processo de integração inter-regional promovida pela industrialização da SUDENE até fins dos anos 70, realizando ainda um estudo do setor externo da região.

2.2 A Evolução econômica do Nordeste

Em sua primeira fase, a dinâmica da economia nordestina esteve durante toda sua existência (até por volta de 1950) ligada à exportação de produtos primários⁹. O predomínio das exportações de produtos tais como o açúcar, o algodão e cacau para o exterior determinou que nesta fase as relações com o resto do país fossem bastante fracas, ficando os efeitos destas atividades restritos à própria região. Contudo, a integração intra-regional da estrutura econômica do Nordeste era também incipiente¹⁰.

A história da estrutura econômica do Nordeste revela que

⁹- "O espaço nordestino foi produzido em quatro séculos e meio de colonização, em função do atendimento da demanda de produtos alimentícios e de matérias-primas do mercado externo. Posteriormente, o crescimento de outras regiões do Brasil, transformou o Nordeste em fornecedor de produtos primários e de mão-de-obra a essas regiões". ANDRADE, Manuel C. A Questão Regional: o caso do Nordeste Brasileiro In: Maranhão, Silvio (org.) A Questão Nordeste: estudo sobre formação história, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984, p.43-44.

¹⁰- "Da mesma forma como não se pode considerar o Nordeste isolado da economia nacional, não se pode considerar a atividade econômica nordestina como integrada regionalmente (o que não equivale a dizer que sejam isoladas cada uma dessas atividades)". COHN, Âmelia. Op. cit. p.16.

a atividade econômica baseada na grande exploração canavieira e no trabalho escravo, foi o centro de acumulação de riqueza nos primeiros séculos de colonização¹¹. Voltada totalmente para o mercado externo, o cultivo da cana-de-açúcar se espalhou por grande faixa do litoral nordestino.

Em virtude do grande volume de recursos necessários para a constituição de um empreendimento na atividade açucareira o que predominou foi a existência da grande empresa¹². Essa exigência vai fazer com que a renda gerada na economia açucareira seja altamente concentrada¹³.

O Brasil, por ser parte integrante do então Império

¹¹- "Acho que todo mundo deve saber - não é grande novidade - que o Nordeste foi, nos primeiros dois séculos da colonização, exatamente o centro de acumulação de riqueza nacional. A atividade básica, voltada para os interesses do capital comercial internacional, era a atividade agro-industrial ligada ao açúcar". OLIVEIRA, Aécio A. Quadro Geral do Emprego no Brasil e no Nordeste In: Carleial, Liana M. (coord.) Política de Emprego no Brasil - viabilidade e alternativa. Fortaleza: BNB, 1989, p.53.

¹²- "Fica, desde logo, evidenciado porque veio a imperar a grande empresa naquela atividade: é que eram inúmeros e vultosos os gastos para a constituição de uma unidade agro-industrial açucareira. A transformação da cana em açúcar se fazia por processo constituído de várias etapas, cada uma das quais supunha prédios e instalações onde entravam, a par da madeira e outros materiais de obtenção local, o ferro e o cobre, necessariamente importados. Além do mais, era preciso contar com grande número de escravos, bois, barcos, etc." BARROS DE CASTRO, Antônio. Op. cit. p.19.

¹³- Segundo FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 17. ed. São Paulo: Nacional, 1980. p.45. a renda era concentrada nas mãos dos senhores de engenho. Entretanto, existem formulações que destacam a concentração da renda no capital mercantil. Uma obra em que encontramos uma explicação da dinâmica da economia escravista colonial e da hegemonia do capital mercantil é a de SMITH, Roberto. Propriedade da terra & transição - estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: brasiliense. 1990. p. 185-236.

Português, não possuía autonomia própria e foi viabilizado em função dos interesses externos dominados pelo capital mercantil¹⁴. Assim, a colônia foi estruturada visando fornecer produtos primários aos mercados europeus e de lá adquirir produtos manufaturados¹⁵. O Nordeste brasileiro recebe por parte do governo português determinados incentivos¹⁶ visando estimular

¹⁴- "Parece-nos que o mais coerente, pois, dentro da multiplicidade de relações sociais existentes no Brasil e no Nordeste, é reconhecer a existência de relações não-capitalistas, mas que se constituíram, todas elas, a partir das novas necessidades criadas por um único modo de produção, o capitalista, em sua fase mercantil". PERRUCCI, Gadiel. A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional In: Maranhão Silvio (org.) A Questão Nordeste- estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984. p.17.

¹⁵- "Assim, a economia estrutura-se não voltada prioritariamente para o atendimento das necessidades básicas da sociedade local em formação, mas em função do exterior. A sociedade não existe nem produz para si, mas para os outros. Toda a vida brasileira- econômica, social, política, cultural, psicológica -é profundamente influenciada por essa condição colonial e pelo papel dela decorrente no contexto do Império Português e do mundo, que se caracteriza, essencialmente em todos os aspectos, pelo despojamento e alienação próprio em benefício do alheio, isto é, pela negação de ser próprio em benefício de ser dos outros. A Colônia é objeto de exploração em função da metrópole, que é o sujeito. E, nessa condição de submissão e despojamento, a sociedade brasileira atravessa incólume os três primeiros séculos de sua existência." BRUN, Argemiro J. Desenvolvimento econômico brasileiro. 5. ed. Petrópolis: Vozes. 1985. p.21.

¹⁶- "O rápido desenvolvimento da indústria açucareira, malgrado as enormes dificuldades decorrentes do meio físico, da hostilidade do silvícola e do custo de transporte, indicam claramente que o esforço do governo português se concentrara nesse setor. O privilégio, outorgado ao donatário, de só ele fabricar moenda e engenho de água, denota ser a lavoura do açúcar a que se tinha especialmente em mira introduzir. Favores especiais foram concedidos subseqüentemente àqueles que instalassem engenhos: isenções de tributos, garantia contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias e títulos, etc." FURTADO, Celso. Op. cit. p.41.

a produção do açúcar, uma especiaria rara e de alto valor no comércio internacional. Um conjunto de circunstâncias favoráveis - terra (massapê), técnica produtiva, mão-de-obra, mercado e suporte financeiro - vieram determinar o êxito na produção do açúcar e sua grande expansão em terras brasileiras¹⁷.

O açúcar nordestino dominou o comércio mundial do produto, da segunda metade do século XVI até fins do século XVII. Como principal beneficiário desta atividade econômica encontramos o sistema mercantilista então existente, determinando toda a orientação da economia para o comércio exterior. Inicialmente, Portugal e Espanha durante os séculos XVI e XVII monopolizam o comércio internacional, posteriormente a Holanda se torna a grande potência comercial. Acontece que a evolução do capitalismo na Europa colocará a Inglaterra e a França no comando do sistema capitalista mercantil a partir do século XVIII¹⁸.

Após duas décadas de permanência no Nordeste Brasileiro (1630-1654), os holandeses são expulsos do país, indo se instalar no Caribe. Controladores do comércio internacional do açúcar e agora conhecedores da técnica produtiva, os holandeses implantaram a agro-indústria açucareira na ilha inglesa de Barbados e na ilha francesa da Martinica¹⁹. **BCME-BIBLIOTECA**

O aparecimento da concorrência do açúcar das Antilhas

¹⁷- FURTADO, Celso. Op. cit. p.9-12.

¹⁸- FURTADO, Milton B. Síntese da economia brasileira. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1981. p.31.

¹⁹- vide FURTADO, Celso. Op. cit. p.24-32.

barra a expansão do complexo açucareiro do Nordeste e desvia da região o interesse do capital mercantil internacional. O resultado é que durante o século XVIII o Nordeste brasileiro presenciou uma crise de enormes proporções na economia açucareira. Entretanto, a elevada auto-suficiência das unidades produtivas e as dificuldades de uso alternativo para se empregar os recursos, fará com que a região entre num processo de decadência prolongado, mas continuando a produzir o açúcar na faixa úmida do litoral nordestino²⁰.

A economia nordestina apesar da hegemonia do complexo açucareiro que se desenvolveu ao longo da costa brasileira, iniciou também a produção de determinados bens (tabaco, cacau, algodão, charque e a extração do couro) que serviam para abastecer o centro principal da acumulação (açúcar) e, principalmente, de algum interesse para o comércio internacional da época²¹. A existência destes vários produtos vem confirmar que

²⁰- "A reduzida vulnerabilidade da unidade rural, as vantagens derivadas da operação em ampla escala e ainda razões tais como o apêgo à terra numa sociedade eminentemente agrária, o poder político emanado da propriedade latifundiária etc., eram fatores que imediam ou dificultavam o fracionamento dos engenhos. Especialmente nas fases críticas aí residiam importantes elementos de defesa da estrutura econômico-social." BARROS DE CASTRO, Antônio. Op. cit. p.22

²¹- "Simultaneamente com o ciclo do açúcar, desenvolveu-se em bem menor escala, o comércio de outros produtos nativos- o cacau do Pará e Maranhão, o algodão mocó ou seridó do sertão nordestino e o tabaco da região da Bahia e Pernambuco. Era o tabaco, como o cacau um produto muito negociado, destinando-se o de melhor qualidade para a Europa e o de qualidade inferior para o escambo de escravos, principalmente da Guiné. O couro foi outro produto de exportação que surgiu ainda durante o ciclo do açúcar, sustentado pela criação do gado vacum, sendo as peças depois de curtidas, exportadas para Portugal como invólucros de

o colonialismo e o mercantilismo tinham o mesmo significado, e terminavam por determinar a orientação da economia nordestina para o comércio exterior, exportando produtos de interesse para o comércio internacional e rentável para a metrópole e o sistema mercantil.

O chamado ciclo do açúcar²² provoca o aparecimento da atividade pecuária no Nordeste. Embora sirva para o atendimento de algumas necessidades das unidades açucareiras (animais de tração e fonte de energia para mover as moendas ou para a região das minas, além de carne que alimentava a população escrava - carne salgada ou charque), o gado criado nas fazendas era um produto de pouco interesse para a valorização do capital instalado na região açucareira, e ainda acabava danificando as plantações de cana-de-açúcar. Este fato irá provocar a interiorização dos animais, favorecendo um crescimento dos rebanhos além das necessidades da agro-indústria do açúcar, que aliado às crises do complexo açucareiro transforma esta atividade de dependente em autônoma - embora secundária e acessória²³.

Ao contrário da agro-indústria do açúcar, a atividade tabaco." FURTADO, Milton B. Op. cit. p.28.

²²- "Ciclo é o período em que ocorre o início da exportação intensiva de um produto até atingir um ponto a partir do qual ocorre o declínio, sem, contudo, o produto deixar, compulsoriamente, de participar da pauta de exportação". FURTADO, Milton B. Op. cit. p.22.

²³- FURTADO, Celso. Op. cit. p.54-64.

da pecuária não necessitava da utilização de elevados recursos. O gado era criado de forma extensiva e a manutenção do pessoal ligado àquela atividade se fazia pelo usufruto do próprio rebanho. Todas as características da pecuária ressaltavam a sua quase invulnerabilidade às crises²⁴ e a decadência do complexo açucareiro irá provocar uma maior penetração do gado pelo interior com o conseqüente distanciamento das influências de mercado.

O couro surgiu como sendo o principal produto decorrente do desenvolvimento da atividade pecuária no Nordeste. Sua grande utilização pelos vaqueiros e seus familiares, o seu baixo custo de produção, aliado a um processo rudimentar de beneficiamento vão elevar a importância do couro para a atividade pecuária, que a mesma será chamada de "civilização do couro" por Capistrano de Abreu²⁵. Contudo, a atividade pecuária durante todo o seu processo de crescimento, expansão e declínio continuará representando para o Nordeste e para a Colônia uma atividade secundária²⁶ e à margem do grande interesse do circuito mercantil

BCME - BIBLIOTECA

²⁴- BARROS DE CASTRO, Antônio. Op. cit. p.51.

²⁵- BARROS DE CASTRO, Antônio. Op. cit. p.50.

²⁶- "É incontestável, porém, o fato de que essa economia pecuária nunca teve maior expressão na economia colonial, nem para o próprio Nordeste, nem para o resto da Colônia. Encontra essa debilidade sua afirmação no fato de que essa economia pecuária nunca esteve fundamentada nos padrões de reprodução da economia escravocrata; pode-se adiantar, como hipótese, que a formação dessa economia- se é que essa expressão pode ser usada com rigor para designar as atividades pecuárias do sertão nordestino- era uma forma de desdobramento, marginal, da atividade econômica principal, sendo seus agentes do tipo dos que Maria Sylvia de Carvalho Franco descreveu e interpretou

internacional.

O período de apogeu da atividade pecuária ocorreu em meados do século XVII. Inicialmente criado ao longo de todo o litoral nordestino, o gado adentra ao interior da região pelos estados da Bahia e Pernambuco, para tornar-se aí a atividade predominante. Desse modo, a sub-região do "agreste" e principalmente a sub-região do "sertão" se caracterizarão, daí por diante, como áreas onde o gado é criado extensivamente com o emprego de pouca mão-de-obra. Além do mais, o restante da população estará ligada à plantação de roçados visando a subsistência, e formando desse modo parte da economia não-açucareira do Nordeste²⁷.

É a expansão e desenvolvimento do capitalismo na Europa e a conseqüente Revolução Industrial que provocam o avanço da indústria têxtil na Inglaterra e estimulam a cultura do algodão. O desenvolvimento da indústria têxtil irá redundar num acelerado crescimento da demanda mundial de algodão e o conseqüente surgimento de determinadas regiões algodoeiras²⁸ e dentre elas o nordeste brasileiro. Ao longo desse processo, logo o algodão

admiravelmente como uma forma de inserção de "homens livres na ordem escravocrata". OLIVEIRA, Francisco. Op. cit. p.45-46.

²⁷- "O aparecimento do algodão irá penetrar as zonas do Agreste e do Sertão terminando de moldar a economia do nordeste não-açucareiro, mais conhecido por Nordeste algodoeiro-pecuário. vide OLIVEIRA, Francisco. Op. cit. p.47.

²⁸- "Várias regiões do globo passam a ser "regiões" algodoeiras: o Egito, o Peru, a Índia- de milenar tradição têxtil, destruída pelo capitalismo inglês- o sul dos Estados Unidos e o Nordeste do Brasil". OLIVEIRA, Francisco. Op. cit. p.47.

nordestino atrai o interesse do capital internacional. Este capital internacional embora forneça equipamento e alguma tecnologia para indústria têxtil da região, à semelhança do que realizou na atividade açucareira, irá se situar no controle da órbita comercial e financeira, deixando a produção sob o comando do latifundiário²⁷.

O tipo de algodão que melhor se adaptou ao agreste e sertão nordestino foi o algodão de fibra longa chamado de mocó ou seridó. As principais características da cotonicultura contribuíram tanto para dinamizar a produção entre pequenos e grandes proprietários, como também para desenvolver o surgimento de núcleos urbanos no interior do Nordeste²⁸. A cultura do algodão tinha, no Nordeste, as seguintes características: não exigia a realização de investimentos elevados; possuía um ciclo

²⁷- "O Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num vasto algodoal, desde o Maranhão à Bahia. Não é a "plantation", porém a estrutura de produção dessa nova mercadoria; esse vasto algodoal é na verdade constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. A rapina internacional encontra terreno propício a constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas "culturas de subsistência" do morador, meeiro, do posseiro, que viabilizam por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força-de-trabalho e, portanto, num baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadoria, sob a égide das potências imperialistas." OLIVEIRA, Francisco. Op. cit. p. 47.

²⁸- "Pelo fato de necessitar de pouco capital, o algodão era e é plantado por pequenos e grandes proprietários. A possibilidade de consorciá-lo com o milho, feijão e outros produtos contribuiu para intensificar o povoamento e a reprodução humana no sertão" DE SOUSA, Itamar & MEDEIROS FILHO, João. Os Degredados filhos da seca. 2.ed. Petrópolis: Vozes. 1983. p.25.

vegetativo curto; poderia ser realizado em consórcio com outras culturas tais como o feijão, mandioca e milho, o que permitia o sustento da mão-de-obra; e finalmente que o seu tratamento e colheita poderiam também ser realizados por mulheres e crianças.

Durante o século XIX as exportações brasileiras de algodão foram predominantemente procedentes do Nordeste. Segundo Stanley Stein durante o período de 1865 a 1876, a região exportou em média 92 milhões de libras. Ainda segundo o mesmo autor, das trinta fábricas de tecidos existentes no país, em 1875, quatorze estavam instaladas na região nordestina³¹.

A cotonicultura passou a ter um largo cultivo em todo o semi-árido nordestino. A grande influência que o algodão recebe do exterior não modifica, entretanto, sua participação marginal no mercado internacional do produto, a não ser em momentos em que a conjuntura internacional lhe era favorável³². No momento em que se reduzia a demanda do exterior, a região Nordeste passava a abastecer as indústrias têxteis instaladas no Centro-Sul do

³¹- STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850-1950. Rio de Janeiro: Campus. 1979. p.36-61.

³²- "O algodão nordestino jamais conseguiu se impor no exterior: sua participação no mercado internacional só se tornava significativa por ocasião de graves crises nas demais fontes supridoras. Isto é particularmente claro quando examinamos os avanços e recuos do Nordeste e o Sul dos Estados Unidos. A Guerra de Independência, bem como a de Secessão, permitiram grandes avanços do algodão brasileiro; mas o retorno à normalidade norteamericana trouxe sempre o recuo da produção brasileira". BARROS DE CASTRO, Antônio. Op. cit. p.23-24.

país⁹³.

O desenvolvimento das atividades da pecuária e do algodão nas sub-zonas do agreste e do sertão nordestino moldam a forma final da economia do Nordeste agrário não-açucareiro, e terminam por determinar a vocação primária da região, que tem sua dinâmica determinada pelo comércio externo até por volta da década de cinquenta.

Ao longo de quatro séculos, formou-se na região uma estrutura econômico-social de pequena diversificação. A estrutura agrário/exportadora se fundamentou na grande propriedade e com a terra concentrada na mão de poucos. A utilização da terra se dá pelo uso extensivo, com o emprego de tecnologia primitiva e da larga utilização do processo de parceria, revelando um reduzido desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

A estrutura social se formou guardando um grande distanciamento entre as classes sociais, quer se veja o problema pela ótica do nível de renda, e/ou da estrutura de poder e/ou pela estratificação étnica. Assim, a formação social nordestina se dividiu em dois grupos claramente diferenciados, em que o

⁹³ "Da mesma forma como o setor agrícola dentro desse enfoque de análise tem como função primordial a de fornecer divisas para a compra externa de bens de capital e intermediários, o Nordeste, essencialmente agrícola- produzindo açúcar e algodão- assume também essa função de provedor de divisas para a economia nacional. Quando refluí a demanda externa desses bens, o Nordeste passa a vendê-los para o Centro-Sul, assumindo então sua segunda importante função, que é a de fornecer alimentos e matéria-prima a baixo preço para incentivar a acumulação de capital no polo dinâmico da economia, situado essencialmente no Centro-Sul." COHN, Amélia. Op. cit. p.39-40.

primeiro era formado pelas oligarquias constituídas de senhores da agro-indústria do açúcar, pelos cotonicultores e pelos criadores de gado³⁴. Este primeiro grupo além da propriedade das terras controlava todo o aparelho do Estado³⁵ da região. Nos centros urbanos mais importantes da região nós encontramos, aliado a este primeiro grupo, uma incipiente burguesia industrial ligada à produção de bens de consumo, principalmente têxtil e de alimentos.

Num segundo grupo encontramos as pessoas originárias das várias etnias de índios, escravos, brancos e do cruzamento destas diversas raças. Essa população estava ligada a exploração da pequena propriedade e/ou a relação de parceria³⁶. E fechando este segundo grupo encontramos um reduzido número de trabalhadores assalariados nos centros urbanos.

Esta ordem econômico-social não sofreu profundas

³⁴- As contradições, conflitos e lutas entre as classes da burguesia agroindustrial açucareira-têxtil do Nordeste e a oligarquia agrária não-açucareira nordestina está em OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE Nordeste, planejamento e conflito de classes*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

³⁵- "Este controle ou captura do Estado pelas oligarquias agrárias da região é prontamente apreendido quando se examina detidamente a ação do DNOCS" MARANHÃO, Silvio. *Estado e Planejamento Regional: A Experiência do Nordeste Brasileiro* In: Maranhão Silvio (org.) *A Questão Nordeste- Estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984. p.88.

³⁶- ANDRADE, Manuel C. *Formação Econômico-social e Processos Políticos no Nordeste Brasileiro*. In: Maranhão Silvio (org.) *A Questão Nordeste- estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984. p.88.

modificações até por volta dos anos cinquenta³⁷, apresentando assim uma incipiente integração ao processo de desenvolvimento capitalista brasileiro em curso no Sudeste do país. Entretanto, o desenvolvimento e dinamismo do Sudeste do país e sua transformação em região industrial, aliado a perda de eficiência produtiva do Nordeste devido ao grande período de estagnação econômica, vão provocar uma redefinição da divisão regional do trabalho³⁸, num quadro de desenvolvimento regional desigual³⁹.

O Nordeste que até então desempenhava um papel de fornecedor de mão-de-obra, capital⁴⁰ e divisas (em virtude da política cambial e tarifária do governo federal) para o Centro-sul do país, recebia, da parte do Estado, recursos para defesa e auxílio contra as secas na linha da chamada política hidráulica (construção de açudes e barragens, como também a destinação de verbas por ocasião das grandes estiagens).

A expansão capitalista no Brasil veio determinar uma redivisão do trabalho a nível nacional que integrou

³⁷- "Esta economia, de caráter pouco dinâmico, permanecerá até os anos cinquenta mantendo basicamente a mesma estrutura, o que permitirá, com maior facilidade, que a expansão da indústria do Sudeste se dê também no sentido de realizar, via processo de comercialização, parte da sua produção no Nordeste." FERREIRA, Assuéro. Op. cit. p.75.

³⁸- OLIVEIRA, Francisco, REICHSTUL, H.F. Mudanças na divisão inter-regional do Trabalho In: A Economia da dependência imperfeita. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p.39-75.

³⁹- "Esse aumento das desigualdades regionais, foi dito é proveniente de dois fatores: do tipo de estrutura econômica da região em estudo, e do tipo de relação econômica que ela mantém com o conjunto da economia." COHN, Amélia. Op. cit. p.42.

⁴⁰- COHN, Amélia. Op. cit. p.55.

subordinadamente a Região Nordeste ao desenvolvimento capitalista do país. Esta ação ocorreu estimulada por políticas de incentivos fiscais e financeiros por parte do Estado, visando implementar um programa de industrialização no Nordeste⁴¹.

Anteriormente, a atuação do Estado se caracterizava pela procura de atenuar as pressões advindas dos desequilíbrios sócios-econômicos decorrentes das secas⁴². Os órgãos criados pelo Governo Federal para atuarem na região nordestina - inicialmente à Inspetoria de Obras contra as Secas (IFOCS-1909), posteriormente transformado em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS-1945) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA-1945)- são cedo capturados pelas oligarquias nordestinas⁴³.

Desse modo, a atuação do governo na região contribuía para uma maior concentração da renda e do poder nas mãos das classes dominantes nordestinas. Ao contrário do que realizava no Sudeste do país, incentivando a industrialização e participando até na esfera produtiva, o Estado não contribuía no Nordeste para

⁴¹- Incorporada à Lei nº 3.995/61, em seu artigo 34, o dispositivo que possibilitava às pessoas jurídicas de capital 100% nacional de deduzir até 50% de seu imposto de renda, desde que estes recursos fossem aplicados no Nordeste. Esse dispositivo sofreu várias modificações e no Art. 18 da Lei 4.239/63 estendeu esta opção para as empresas estrangeiras, ficando então os incentivos fiscais conhecidos na prática como sistema 34/18. Vide CARVALHO, Otamar. *Desenvolvimento Regional - um problema político*. Rio de Janeiro: Campus. 1979. p.199-233.

⁴²- COHN, Amélia Op. cit. p.57-65.

⁴³- DLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

incrementar a formação de capital da região⁴⁴.

Este quadro - dependência externa e controle político das oligarquias, etc. - só começa a ser desmantelado por volta de meados dos anos cinquenta quando o Estado começa a sofrer modificações significativas decorrentes da expansão capitalista nacional.

E é neste processo de valorização do capital a nível nacional, promovido pelo Estado, que ocorre a subordinação da economia nordestina à dinâmica da reprodução ampliada de capital da economia nacional⁴⁵ e que será objeto tratado no item a seguir.

2.3 A Articulação do Nordeste ao desenvolvimento capitalista brasileiro

é no processo de expansão do capitalismo no Brasil que ocorre uma redefinição da economia da região Nordeste. Este

⁴⁴- FERREIRA, Assuéro. Op. cit. p.78-79. Reflexões sobre a política de desenvolvimento do Nordeste- notas para uma Discussão. Fortaleza: UFC/CAEN.1979(Texto o nº24) e Em busca de um novo estilo de desenvolvimento para o Nordeste. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA. dez.1990. p.130.

⁴⁵- "O fato é que essa situação perdurará até fins dos anos cinquenta, quando da redefinição da política econômica com relação ao Nordeste, implicando nova expansão. Esta se fez de modo a integrar a reprodução do capital a nível nacional." FERREIRA, Assuéro. A Dinâmica da Expansão Industrial Recente no Nordeste In: Revista economica do Nordeste. Fortaleza: BNB. v.14, nº 2, p.229. abr./jun. 1983.

período vai corresponder a uma segunda fase na dinâmica da economia nordestina, pois é a partir de então que ocorre a subordinação da economia regional às leis e ditames do espaço econômico hegemônico do país.

No Brasil, a partir dos anos 30, instalam-se as bases de uma economia urbano-industrial, que passa a ter sua lógica comandada pela industrialização⁴⁴. O processo de industrialização acontece centrado na Região Sudeste, em virtude da referida área dispor de uma base mínima para viabilizar tal processo⁴⁷.

O desenvolvimento da industrialização no Sudeste do país que, num primeiro momento, produz bens de consumo não duráveis⁴⁸, foi favorecido quando da Grande Depressão dos anos 30

⁴⁴- OLIVEIRA,Franciso. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Petrópolis, Vozes\CEBRAP,4^a ed., 1981.

⁴⁷- "Ao se romper a hegemonia primário-exportadora, será o Sudeste que comandará essa ruptura, não por acaso, mas porque contava com uma base infra-estrutural propícia à acumulação nos moldes industriais, decorrentes da expansão cafeeira. Esta ao envidar um aprofundamento relativo de relações capitalistas, com a difusão do assalariamento, engendrou um processo de urbanização e, em conseqüência, de mercado. A par disso, a economia cafeeira propiciava também uma infra-estrutura física de transportes que foi de decisiva importância para os efeitos de difusão posteriores da acumulação". FERREIRA,Assuéro. Op. cit. p.228.

⁴⁸- "No período de expansão capitalista que se estende, a grosso modo, de 1930 a 1950, o eixo da acumulação assentava-se no setor de bens de consumo popular. O processo produtivo desenvolvia-se nos moldes de uma estrutura de mercado competitiva, desde que as inversões iniciais exigiam pequenas magnitudes de capital, inexistindo, ademais, grandes "barreiras técnicas" à entrada de novos capitais". MANTEGA,Guido , MORAES,Maria. Acumulação monopolista e crises no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. p.25-26.

e pela eclosão da 2ª Guerra Mundial⁴⁷.

A política de atuação do Estado na economia é modificada, passando o mesmo a ter uma participação ativa no processo de industrialização, utilizando um modelo de cunho populista. O aparelho do Estado é cada vez mais capturado pelos grupos industriais, comerciais e da classe média⁴⁸. Entretanto, fazendo parte das alianças políticas encontramos as oligarquias, de áreas não dominadas diretamente pelo capitalismo, contribuindo com o apoio político para o governo federal.

O Estado brasileiro abandona os princípios liberais e intervém na economia visando incrementar o processo de expansão industrial. É posta em prática um conjunto de medidas que forneciam incentivos creditícios e financeiros a partir de 1937/38. Todavia, apesar de todo o desenvolvimento industrial ocorrido até por volta de 1950, a expansão capitalista no Brasil

⁴⁷- A partir de 1930, inicia-se um processo de aceleração do crescimento industrial à nível nacional, crescimento que é capturado principalmente pelo Sudeste. Foi favorecido, de certa forma, pela crise de 29/30, e mais pela eclosão da Segunda Guerra, que se colocou uma série de impedimentos às compras internacionais, facilitando então uma aceleração do crescimento industrial no período de 30 e 40". DE OLIVEIRA, Aécio A. Op. cit. p.54.

⁴⁸- "Este período marca, devido à expansão do setor industrial e à ativa participação do Estado, o aumento da participação da burguesia, dos setores médios e de setores operários urbanos. Marca também a alteração do papel do Estado que passa de mediador a agente ativo do processo, i.e., de simples regulador do sistema industrial a instrumento direto de sua constituição". MARANHÃO, Silvio. Desenvolvimento Econômico e Poder Político: Algumas Reflexões sobre o caso do Nordeste Brasileiro, 1930-1975. In: Maranhão Silvio (org.) A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984. p.123.

ainda não possuía a força suficiente para unificar o mercado nacional⁵¹

É na década de 50 que o Brasil ingressa em uma nova fase de sua industrialização de Substituição de Importações com a implantação das indústrias de bens de consumo duráveis e bens de capital⁵². Acontece a implantação de um regime de acumulação de capital que tem no Estado, no Capital Privado Nacional e no Capital Estrangeiro o seu tripé de sustentação.

Com a implantação do Plano de Metas, do governo Juscelino Kubitschek, a industrialização da economia brasileira se intensifica. Cresce a participação do Estado na economia e cada vez maior é a importância dos recursos externos para a economia nacional⁵³. O crescimento industrial irá perdurar até por volta de 1963 (nesse ano a taxa de crescimento do PIB cai

⁵¹- "Apesar disso, a industrialização nacional como um todo ainda não atingira, até 1950, um nível suficiente e necessário para impor uma divisão social e regional do trabalho, capaz de propiciar a expansão do mercado interno e muito menos unificá-lo". PERRUCCI, Gadiel Op. cit. p.22.

⁵²- "A partir dos anos 50 assistimos a uma modificação na fisionomia da estrutura industrial, tanto no concernente aos setores produtivos de maior dinamismo, quanto no que se refere ao peso relativo do grande capital". MANTEGA, Guido & MORAES, Maria, Op.cit. p.26.

⁵³- "Como três características básicas do saldo desse período temos: a implantação de uma poderosa indústria automobilística no país; a caracterização efetiva do processo de desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil como sendo o do tipo capitalismo associado, e a definição explícita, por parte do Estado, de sua política econômica voltada para a defesa do desenvolvimento do setor industrial, ao mesmo tempo em que passa a ser também investidor, nesse sentido podendo ser caracterizado como um Estado empresário industrial". COHN, Amélia. Op. cit. p.39.

para 1,5% e o PIB "per capita" -1,5%), quando uma crise revela a perda de eficiência da política monetária como mecanismo financiador da acumulação de capital.

O regime militar, que se instaura a partir de março de 1964, termina por moldar o sistema de dominação burguês existente na sociedade brasileira⁵⁴. Exclui os setores populares dos ganhos e da estrutura do Estado. Sua política econômica centraliza as decisões e possibilita que se complete a integração do mercado nacional. Finalmente, na década de setenta, o governo brasileiro avança ainda mais o processo de complementação da estrutura industrial do país com uma maior participação na produção de bens intermediários e bens de capital⁵⁵, quando da realização do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) entre 1974/79.

A Região Nordeste, ao ficar à margem do processo de industrialização ocorrido no Sudeste, assiste aquela região se consolidar na posição de centro hegemônico da economia brasileira. A economia nordestina, por sua vez, continuava no seu estado de semi-estagnação econômica.

Enquanto isso, a atuação do governo federal a nível

⁵⁴- "O sistema de dominação que se foi progressivamente consolidando a partir de 1964, conforme já destacamos, uma composição de forças constituídas principalmente por grupos industriais privados nacionais e estrangeiros, agrupados em torno da "grande empresa" (privada ou estatal) e grupos capitalistas agrários, e apoiados política e tecnicamente pelas forças armadas e pela tecnoburocracia". MARANHÃO, Silvio. Op. cit. p.125.

⁵⁵- BARROS DE CASTRO, Antônio, PIRES DE SOUZA, Francisco. A Economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

regional continuava marcado por políticas de cunho assistencialista. A atuação do Estado no Nordeste estava estruturada para o atendimento dos interesses das oligarquias canavieira e algodoeira/pecuária, recebendo em troca o apoio político dessas elites dominantes⁵⁴. O grau de controle e repressão exercido pelas oligarquias nordestina era tão elevado que dispensava uma atuação populista por parte do Estado, semelhante a por ele realizada no Sudeste do país.

A continuação dos problemas advindos das secas, apesar da atuação dos diferentes órgãos federais (DNOCS, CVSF-Comissão do Vale do São Francisco-1948, CHESF-Companhia Hidrelétrica do São Francisco-1948) e dos recursos transferidos para a região, fez com que se fosse criando a consciência de que o país enfrentava um sério problema de desequilíbrio regional. O agravamento desses desequilíbrios aprofundados pelo avanço da industrialização, e frente ao quadro crítico em que se encontrava a região Nordeste, leva o governo federal a tentar promover uma política de "desenvolvimento regional"

Em 1952, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A., o governo inicia uma nova política de desenvolvimento para

⁵⁴- "O isolamento regional exerceu um papel importante como forma de preservação dos interesses destas oligarquias antagônicas, que contavam com distintas formas de apoio econômico do Estado e garantiam, de forma recíproca, apoio político a nível nacional". SMITH, Roberto. *Troca Desigual e Regionalismo- uma avaliação da industrialização recente no Nordeste brasileiro: o complexo industrial têxtil*. São Paulo: FIPE/IPEA. 1981. p.121.

o Nordeste⁵⁷. Ocorre, entretanto, que o que se presenciará, a partir deste momento, é a tentativa de início da constituição das bases de uma acumulação de capital a nível nacional. Todavia, o objetivo de integrar a economia nordestina à reprodução de capital nacional somente é iniciada quando da formulação de uma política de desenvolvimento, por parte do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste-1956)

O economista Celso Furtado concebeu em nome do GTDN o documento "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste"⁵⁸, que ressaltando as disparidades de renda e crescimento entre o Nordeste e o Centro-Sul, procura elaborar um plano de ação para o desenvolvimento nordestino⁵⁹. O plano de ação proposto pelo documento do GTDN defendia a industrialização

⁵⁷- "Enquanto a criação da CVSF e da CHESF se deu numa década de não-ocorrência de seca, a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, ocorre num ano de seca. A concepção que estava subjacente à sua criação diferia daquela subjacente à criação dos outros órgãos. Na terminologia de S. Robock, o BNB já se insere na "Nova Era": vale dizer, passa-se a pensar os problemas nordestinos como problemas econômicos e não de engenharia hidráulica" COHN, Amélia. Op. cit. p. 61.

⁵⁸- FURTADO, Celso. A Fantasia desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989. p.56.

⁵⁹- "A relativa autonomia da abordagem, desvinculada quase sempre do contexto real nacional, aparece como um ponto débil na elaboração dessa estratégia. A posição do Nordeste dentro do contexto nacional foi analisada somente para relacionar indicadores, transferência de recursos, etc., e nunca partindo de uma abordagem efetiva sobre as tendências da economia já polarizada no Centro-Sul, para verificar as possibilidades e, dentro desse contexto, a área de factibilidade para o planejamento do desenvolvimento da Região" MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.53. Vide também SMITH, Roberto. Aspectos da industrialização do Nordeste e a dinâmica da acumulação. Fortaleza: CAEN, 1984, p.7. (texto nº 46)

do Nordeste como a melhor e mais rápida maneira de se recuperar o atraso regional. A política de industrialização objetivava o emprego da mão-de-obra ociosa, a criação de uma classe empresarial com espírito desenvolvimentista e a fixação na região dos capitais que sempre tendiam a emigrar. Salientava, ainda, que a necessidade de medidas para viabilizar o processo de industrialização passava por modificações na estrutura agrária regional⁴⁰.

O documento afirmava que a situação de atraso em que se encontrava a Região Nordeste era decorrente tanto de fatores internos como de fatores externos. No que diz respeito aos fatores internos que dificultavam o desenvolvimento nordestino, apontava a grande dependência da economia para com o setor agrícola e uma fraca industrialização na região. Por outro lado, as dificuldades externas decorriam das políticas governamentais que facilitavam a transferência de recursos para o Sudeste do

⁴⁰- O Plano de Ação apresentado neste documento está estruturado em torno de quatro diretrizes básicas:

a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;

b) Transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;

c) transformação progressiva da economia das zonas semi-árida no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e

d) Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida. GTDN-Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste In: VERSIANI, F.R. & MENDONÇA DE BARROS, J.R. (org.) Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva/ANPEC. 1978. p.297.

país, por intermédio do comércio triangular⁴¹.

Baseados nas linhas gerais defendidas pela CEPAL⁴² o documento revela uma abordagem nitidamente de cunho estruturalista. Apoiados nas idéias Keynesianas, defendiam uma atuação deliberada do Estado para a execução de tal política, e se situavam contra a livre ação dos mecanismos de mercado, que deixados atuando sem intervenção inviabilizariam um processo de industrialização do Nordeste.

O agravamento das desigualdades regionais e a continuação das graves consequências advindas das sêcas, aliado a pressões surgidas de amplos segmentos da sociedade nordestina, inclusive com a "ameaça" de movimento popular das Ligas Camponesas⁴³, levou, em 1959, a transformação do GTDN em CODENO (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste). O CODENO seria o órgão encarregado de implementar as diretrizes gerais da política econômica, até que o projeto de lei de criação da SUDENE fosse aprovado pelo Congresso.

A instalação da SUDENE, que ocorre após intensa luta no

⁴¹- O problema da troca desigual de valores realizado pelo Nordeste e o Centro-Sul e a falsa visão do diagnóstico do GTDN com relação ao comércio triangular veja em SMITH, Roberto. Troca desigual e regionalismo- uma avaliação da industrialização recente do Nordeste brasileiro: o complexo industrial têxtil, São Paulo: FIPE/IPEA. 1981. Ver também em ABLAS, Luis, SMITH, Roberto. Diferenças de Produtividade, Intensidade de Capital e Níveis Salariais para Caracterização das Disparidades Regionais In: Revista econômica do Nordeste, Fortaleza: BNB. nº2, p.293-317. abr./jun. 1984.

⁴²- Vide COHN, Amélia. Op. cit. p.122.

⁴³- Vide COHN, Amélia. Op. cit. p. 57-110

Congresso Nacional, vem por intermédio dos incentivos fiscais e financeiros implementar os objetivos propostos no documento do GTDN⁴⁴. Entretanto, o que de fato ocorre na Região, é, unicamente, a ação deliberada de industrialização, que visa atender às exigências de valorização do capital a nível nacional. Dito de outra maneira, o que a SUDENE viabiliza via mecanismo 34/18 é a expansão capitalista para o Nordeste, numa conjuntura de crise que necessitava de uma reorganização regional dos mercados para sua solução. O que ocorre, a partir de então, é uma redefinição da divisão regional do trabalho comandada pelo Sudeste, em que ocorre a homogeneização da economia nacional⁴⁵.

Ao viabilizar a necessidade da expansão de capitais do

BCME - BIBLIOTECA

⁴⁴- "Discutir a expansão industrial que se verifica no Nordeste a partir dos anos sessenta requer que se explicita, de início, a proposta de industrialização do GTDN. Isso porque sua influência foi marcante ao longo de diversos planos regionais elaborados pela SUDENE, em especial os quatro primeiros. Aliás, a própria SUDENE, como se sabe, foi criada, em 1959, como resultado de uma das proposições do relatório do GTDN". BACELAR DE ARAÚJO, Tânia. Industrialização do Nordeste: Intenções e Resultados In: Maranhão, Silvio (org.) A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984. p.72.

⁴⁵- "A importância de se frisar nos planos de investimento o caráter de alargamento do capital a partir da reprodução já em curso no Sudeste vis-à-vis sua natureza de aprofundamento ao se estabelecer no Nordeste, possibilita captar a essência de um movimento que, em última instância, se firma numa descentralização concentrada de capital. Pois é neste sentido que se consolida o mecanismo de "subordinação-dependência", agora, num estágio mais avançado e mais amplo, que na realidade expressa o modo como o capital consegue impor hegemonicamente as suas formas dinâmicas de reprodução, no caso, através de uma disseminação oligopólica integrada à acumulação em escala mais ampliada tendo o Estado como elemento pilar de enfrentamento". FERREIRA, Assuéro. O Nordeste brasileiro, contraponto inacabado da acumulação? In: Revista de economia política. São Paulo: Brasiliense. n.º 3. p.84. jul.set. 1983.

Sudeste do país, a SUDENE dá margem à formação de um mercado nacional unificado. A região Nordeste que, anteriormente, dependia consideravelmente de suas relações com o exterior, passa a ter sua dinâmica comandada pelo ritmo de acumulação de capital a nível nacional. Sua dependência com relação ao Sudeste verifica-se em relação:

- a) aos recursos que financiaram esse crescimento;
- b) aos mercados para onde se destina a produção nordestina;
- c) ao fornecimento de insumos, e
- d) à compra de equipamentos⁴⁴.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ao exigir a constituição de uma Economia Nacional, desarticula as antigas Economias Regionais ligadas ao setor externo e Primário-Exportadoras. Esse processo ocorre interligando a Região Nordeste de forma subordinada ao circuito de acumulação de capitais a nível nacional. Foi um processo que se iniciou pela via comercial (colocação dos produtos do Sudeste na região Nordeste) e passou, no momento da implantação da política industrializante, a ser realizado via transferência de capital.

Os recursos do sistema 34/18-FINOR funcionaram como subsídios aos capitais privados que se instalaram no Nordeste, contribuindo para a modificação da base produtiva regional dentro de um caráter capitalista. Assim, as empresas nacionais e até estrangeiras, através de suas filiais ou de empresas novas com

⁴⁴- BACELAR DE ARAÚJO, Tânia. Op. cit. p. 75.

perfis diferentes das matrizes, passam a investir na região e a dinamizar a produção de bens intermediários.

Desse modo, verificou-se ao longo dos anos sessenta e setenta um processo de industrialização no Nordeste brasileiro, que apesar de não ter se beneficiado das conjunturas favoráveis de crescimento econômico da época⁴⁷, é capturado e comandado pela lógica da economia nacional. Assim sendo, a industrialização nordestina passou a acompanhar a dinâmica da economia brasileira⁴⁸.

2.4 As Modificações na estrutura regional decorrentes da integração da economia nordestina ao espaço Nacional

O processo de subordinação da economia nordestina à reprodução ampliada de capital da economia nacional, que se iniciou pela via comercial (são os fluxos de mercadorias e serviços os que têm preponderado no processo de integração econômica) e prosseguiu por intermédio do processo de industrialização via SUDENE, veio modificar a antiga Economia

⁴⁷- A ação industrializante da SUDENE é posterior a expansão de 1955-1961 da economia brasileira, como também captará poucos efeitos favoráveis do período do Milagre 1967-1973. vide em SMITH, Roberto. Aspectos da industrialização no Nordeste e a dinâmica da acumulação. Fortaleza: UFC/CAEN. 1984 (Texto nº46).

⁴⁸- "A industrialização que vem ocorrendo no Nordeste passa a acompanhar a dinâmica nacional. Contudo, ela é dependente tanto em relação às decisões no tocante às reinversões como em relação a defasagem que continua perdurando na sua estrutura industrial". SMITH, Roberto. Troca desigual e regionalismo - uma avaliação da industrialização recente no Nordeste brasileiro: o complexo industrial têxtil. São Paulo: FIPE/EPEA. 1981, p. 126.

Regional ligada ao setor externo e Primário-Exportadora.

Com a criação da SUDENE em 1959, a Região Nordeste sofreu importantes transformações econômicas e sociais. Uma primeira modificação decorrente desse processo, foi a de que a dinâmica da economia regional que dependia de suas relações com o exterior, passa a ser comandada pelas leis do espaço econômico hegemônico do país. A economia nordestina integrou-se de tal forma com a economia do resto do país que, a rigor, já não se pode falar de "economia do Nordeste", e sim de uma divisão regional do trabalho com atividades regionalmente localizadas no Brasil⁶⁷.

As demais transformações e conseqüências na estrutura econômica da Região, irão ocorrer, principalmente, nos anos sessenta e setenta, quando da industrialização via incentivos fiscais da SUDENE.

O modelo econômico altamente concentrador e excludente, existente no Sudeste do país, estende para o Nordeste um padrão oligopolista até então desconhecido para a região. A industrialização do Nordeste que tinha a participação exclusiva de empresas de capital regional ligada a produção de gêneros alimentícios e têxtil, presencia a uma quebra desse "exclusivo regional"⁷⁰ com a penetração dos grandes grupos nacionais, e com

⁶⁷- OLIVEIRA, Francisco A Metamorfose da Arribação- Fundo Público e Regulação Autoritária na Expansão Econômica do Nordeste In: Novos estudos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP. Nº 27. p.87. junho 1990.

⁷⁰- OLIVEIRA, Francisco Op. cit. p.83.

a mudança do eixo principal da economia para a produção de insumos intermediários (principalmente a química e os gêneros dela derivados-borracha, material plástico, produtos farmacêuticos e veterinários). Comandado pelos grupos oligopolistas nacionais e estrangeiros, reproduzem no espaço nordestino uma estrutura industrial que tem sua composição formada, na sua grande maioria, pelas mais importantes empresas que fazem parte dos subsetores que resumem a estrutura industrial do país⁷¹.

BCME-BIBLIOTECA

Em decorrência do processo de industrialização, ocorre uma transformação na estrutura da economia nordestina. A agricultura que possuía um peso relativo elevado (o setor agrícola respondia por cerca de 36%, a indústria por 13% e o setor serviços por 51% da formação da renda interna entre as décadas de 40 e 50⁷²) tem sua participação reduzida com o correspondente crescimento do setor industrial. Conforme podemos observar pelos dados contidos na tabela 1, esta modificação ocorreu nas duas últimas décadas.

Porém, o domínio das velhas classes dominantes nordestinas apesar de, atualmente, ser compartilhado com outros novos segmentos de classes, não foi abalado a ponto de lhes

⁷¹- OLIVEIRA, Francisco, REICHSTUL, H.F. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho. In: A Economia da dependência imperfeita. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal. 1980, p.39-75.

⁷²- ALVES, Francisco F. Localização Industrial no Nordeste: Análise de Alguns Indicadores 1959-1970-1975-1980. in: Revista econômica do Nordeste. Fortaleza: BNB, V.14. Nº 2. p 192. abr./jun. 1983.

TABELA 1 - NORDESTE- Produto Interno Bruto a Custo de Fatores Segundo Setores Economicos: 1965-1979 (Preços Correntes) Cr \$ 1.000,00

ANOS	SETORES ECONÔMICOS						TOTAL
	AGROPECUÁRIA	%	INDÚSTRIA	%	SERVIÇOS	%	
1965	1.515	29.03	1.207	23.13	2.495	47.82	5.217
1966	1.972	27.15	1.739	23.94	3.552	48.90	7.263
1967	2.714	21.05	2.236	17.34	7.938	61.59	12.888
1968	3.269	24.92	3.288	25.07	6.558	50.00	13.115
1969	4.007	23.48	4.361	25.55	8.694	50.95	17.062
1970	4.468	20.97	5.836	27.39	10.997	51.62	21.301
1971	8.203	27.34	7.693	25.64	14.097	47.00	29.993
1972	9.542	24.29	10.384	26.44	19.345	49.26	39.271
1973	16.262	28.21	14.728	25.54	26.655	46.23	57.645
1974	20.196	25.04	22.357	27.72	38.097	47.23	80.650
1975	27.698	23.91	31.994	27.62	56.143	48.46	115.835
1976	43.280	23.27	50.729	27.28	91.931	49.44	185.940
1977	62.097	21.81	76.090	26.72	146.522	51.46	284.709
1978	84.428	19.47	117.153	27.02	231.877	53.49	433.458
1979	147.520	19.80	208.827	28.03	388.617	52.16	744.964

FONTE: SUDENE - Formação Bruta de Capital - Nordeste do Brasil 1965-89

destituir dos postos ocupados na esfera social e política⁷³. Presenciamos hoje uma combinação das velhas estruturas do campo com as novas estruturas surgidas com o processo de industrialização via SUDENE.

Os recursos do sistema 34/18-FINOR se constituíram num importante mecanismo financeiro de acumulação de capitais na região Nordeste. As inversões realizadas na região se concentraram nos subsetores de bens intermediários e outros sub-ramos dinâmicos possibilitando uma aproximação da estrutura

⁷³- OLIVEIRA, Francisco. A Metamorfose da Arribação- Fundo Público e Regulação Autoritária na Expansão Econômica do Nordeste. Op. cit. p.84.

industrial do Nordeste com a estrutura industrial do Brasil. O Nordeste que, anteriormente, possuía uma indústria ligada a produção de alimentos e têxtil, presencia uma diversificação da sua estrutura industrial com a produção de insumos intermediário (vide tabela 2). Ao longo desse processo, a divisão social do trabalho entre as regiões permitiu ao Sudeste concentrar a

TABELA 2 - ESTRUTURA DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
SEGUNDO OS USOS DOS BENS PRODUZIDOS NO NORDESTE
1959 - 1970 - 1980 - 1985

DISCRIMINAÇÃO	1959	1970	1980	1985
Bens de Consumo				
Não Duráveis	65,1	57,0	38,6	41,4
Têxtil	24,1	13,0	10,9	10,5
Alimentares	29,7	29,1	16,8	19,4
Bens Intermediários				
Metalúrgica	2,1	5,0	5,6	7,7
Química	14,9	14,7	27,1	30,8
Bens de Capital e de Consumo Duráveis				
Mecânica	0,2	1,8	4,7	3,7
Material Elétrico e de comunicações	0,2	2,5	2,4	3,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE -Censos Industriais- 1960, 1970, 1980 e 1985

Nota: As categorias de uso foram formadas de acordo com os gêneros industriais, a seguir discriminados.

- a) Bens de Consumo Não Duráveis- Farmacêutica, Perfumaria, Têxtil, Vestuário, Alimentares, Bebidas, Fumo, Gráfica e Diversas;
- b) Bens Intermediários - Minerais Não Metálicos, Metalúrgica, Madeira, Papel e papelão, Borracha, Couros e Peles, Química e Materiais Plásticos.
- c) Bens de Capital de Consumo Duráveis- Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transporte e Mobiliário.

produção de bens de capital e bens de consumo duráveis, ficando o Nordeste com uma crescente produção de bens intermediários.

Atuou ainda, o sistema 34/18-FINOR, como mecanismo modernizador e diversificador da indústria da região em virtude da SUDENE só permitir a utilização de tecnologia moderna⁷⁴. O reduzido custo da mão-de-obra nordestina não foi fator determinante para a realização e localização de projetos industriais. Foi o custo de oportunidade zero dos incentivos fiscais⁷⁵, que aliado a estratégia de inversão das empresas decidiram pela realização e pela localização dos empreendimentos. Dessa maneira, a industrialização levada a cabo no Nordeste foi intensiva em capital, mantendo como era esperado o mesmo padrão tecnológico existente no Sudeste do país e desmistificando o problema da escolha tecnológica como atrelado ao custo relativo dos fatores de produção⁷⁶.

A sistemática do FINOR funcionou como um mecanismo financiador e potencializador de uma acumulação concentradora de capitais e, desse modo, fez com que as pequenas e médias empresas quase não tivessem acesso aos recursos dos incentivos fiscais. Foram os grandes grupos nacionais e internacionais os que mais utilizaram estes recursos e o fizeram em uma escala que correspondeu à metade de seus respectivos capitais⁷⁷.

⁷⁴- MOREIRA, Raimundo. Op. cit. p.132.

⁷⁵- OLIVEIRA, Francisco Op. cit. p.86.

⁷⁶- FERREIRA, Assuéro. A Dinâmica da Expansão Industrial Recente no Nordeste In: Revista econômica do Nordeste. Fortaleza: BNB. n. 2, p.219-246. abr./jun. 1983.

⁷⁷- OLIVEIRA, Francisco. Op. cit. p.72.

A região nordestina passou a depender das áreas mais desenvolvidas do país, principalmente com relação aos seguintes pontos: a) dos capitais que comandaram o processo de industrialização;

b) ao fornecimento de insumos;

c) de mercado para a venda de sua produção; e

d) para a aquisição dos equipamentos.

Os dados da tabela 3 revelam que o processo de industrialização no Nordeste, por intermédio dos incentivos fiscais e financeiros, foi praticamente capturado pelos centros urbanos de Salvador e Recife. Entretanto, apesar da maior concentração nestas duas áreas, a industrialização contribuiu para uma "certa" urbanização⁷⁸. Levou ainda a que ocorresse uma modernização nas atividades de comércio e serviços, aliado a existência de uma grande incidência de atividades informais⁷⁹.

A política de planejamento regional, que visava por intermédio da industrialização o alcance da auto-suficiência da economia da Região e a eliminação dos problemas decorrentes das secas, resultou numa integração insuficiente tanto do setor agrícola como do próprio setor industrial. Aliado a este fato,

⁷⁸- "Na realidade a urbanização nordestina continua sendo mais explicável pela manutenção da estrutura agrária concentrada, que expulsa do que pelo ímpeto da industrialização e acumulação a cuja dinâmica, a Região está subordinada." DE CASIMIRO, Liana Maria C. Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso. São Paulo: IPE/USP. 1986, p.91. (Série Ensaios Econômicos nº 59.

⁷⁹- FERREIRA, Assuéro. Elementos Estruturais do Subemprego Urbano no Nordeste Brasileiro In: Revista econômica do Nordeste. Fortaleza: BNB. nº 4. p.752. out./dez. 1982.

TABELA 3 - PROJETOS INDUSTRIAIS APROVADOS PELA SUDENE, POR ESTADOS, NO PERÍODO 1960/78 (Cr\$ milhões de 1981)

ESTADOS	INúmero del IProjetos I	X	INúmero del IEmpregos I	X	lRec. 32/18l le FINOR I	X	lINVESTI- lIMENTOS I	X
Maranhão	38	1.604	5.822	1.906	7.961	1.518	21.179	1.358
Piauí	39	1.646	3.802	1.245	12.179	2.322	38.064	2.442
Ceará	350	14.77	40.274	13.18	44.646	8.515	104.913	6.731
Rio G. Norte	142	5.994	22.346	7.317	39.335	7.502	92.993	5.966
Paraíba	244	10.29	24.476	8.014	28.984	5.527	76.402	4.902
Pernambuco	778	32.84	98.685	32.31	127.876	24.38	339.160	21.76
Alagoas	81	3.419	10.333	3.383	22.850	4.358	54.693	3.509
Sergipe	75	3.165	9.357	3.064	15.473	2.951	58.860	3.776
Bahia	522	22.03	71.095	23.28	185.203	35.32	686.379	44.04
Minas Gerais	100	4.221	19.188	6.283	39.806	7.592	85.860	5.509
TOTAL	2.369	100	305.378	100	524.313	100	1.558.503	100

FONTE: SUDENE- Posição dos projetos aprovados, Industriais e Agropecuários-1979
Extraído de Avaliação da Política Industrial do Ceará FIEC/IEL 1983 p.29

constatamos que a estrutura agrária continuou altamente concentrada nas mãos de poucos latifundiários e a política do assistencialismo foi mantida. Só que um assistencialismo aliado a uma ação planejada, pois apesar do esforço e do planejamento realizado pela SUDENE ao longo dos anos, a política que procurava atenuar as pressões advindas dos desequilíbrios socio-econômicos decorrentes das secas continuou sendo posta em prática.

Conforme a análise apresentada por Francisco de Oliveira, ocorreu também, durante este período, uma associação entre as empresas estatais e as empresas privadas nacionais e estrangeiras na região. Esse processo foi viabilizado pela ação do Estado Autoritário que privatizou a esfera pública sem uma correspondente publicização da órbita privada⁸⁹.

⁸⁹-OLIVEIRA, Francisco Op. cit. p.68-70.

O período de 1960-80 se caracterizou pelo crescimento acelerado da economia nordestina, tendo o Produto Interno Bruto se expandido em torno de 7% ao ano. Este fato foi decorrência de um maior crescimento alcançado ao longo dos anos setenta, em virtude de muitos projetos privados e de programas governamentais (infra-estrutura econômica básica: transporte, energia e comunicação) começarem a produzir seus resultados. Essa expansão centrada nos setores da indústria intermediária e de serviços, serviu para contrabalançar os efeitos negativos e/ou pouco significativos do setor agrícola ou os decorrentes dos efeitos das secas.

TABELA 4 - BRASIL e NORDESTE- Variação Anual do PIB e Participação Relativa do PIB Regional no PIB Brasileiro 1970/1979 (%)

ANOS	VARIACÃO ANUAL		Participação	Participação do
	BRASIL	NORDESTE	PIB c.f. per capita do Nordeste no PIB c.f. per capita Brasil.	PIB c.f. per capita do Nordeste no PIB per capita Brasil
1970	8.80	4.20	44.50	12.60
1971	11.40	25.40	46.60	13.20
1972	11.90	5.90	45.60	13.00
1973	13.90	11.30	44.80	12.70
1974	8.30	1.60	42.60	12.20
1975	5.10	8.50	42.90	12.40
1976	10.20	7.00	44.70	12.90
1977	4.90	8.90	44.90	13.00
1978	4.90	10.50	47.00	13.70
1979	6.80	7.20	48.40	14.30

FONTE: BNB/ETENE - Nordeste Análise Conjuntural
Vol. 27 Nº 2 Jul/Dez 1989

Nota: c.f. - custo de Fatores e p.m. - preço de mercado.

Assim sendo, mesmo com o Brasil conseguindo obter

elevadas taxas de crescimento econômico durante os anos 70, principalmente na primeira metade da década, a economia do Nordeste conseguiu aumentar sua participação relativa no PIB-Produto Interno Bruto a preço de mercado e no PIB a custo de fatores "per capita" do país ao longo desse período (vide tabela 4 acima).

2.5 O Setor externo nordestino

Outra grande transformação ocorrida na economia nordestina em decorrência da expansão capitalista no Brasil diz respeito ao setor externo.

A dinâmica da economia do Nordeste que dependia de suas relações para com o exterior, passou a ser comandada pelo ritmo de acumulação de capital da economia brasileira. Nas décadas de sessenta e setenta ocorreu uma redução do peso das exportações com destino ao exterior e um crescimento do peso das exportações para as outras regiões do país. Esse fato pode ser constatado pelas informações constantes da tabela 5. Entretanto, apesar do processo de integração da economia nordestina ao espaço econômico nacional e de sua subordinação às leis e ditames do centro hegemônico do país, o comércio exterior da região continuou apresentando os seus sistemáticos superávits comerciais.

O trabalho realizado pelo GTDN, para o período de 1948/56, já revelava que o Nordeste mantinha saldos persistentes nas suas transações com o exterior. Mas, no que diz respeito as relações comerciais inter-regionais a região apresentava déficits significativos. Entretanto, o documento não apontava uma tendência definida no processo, e apresentando a economia nordestina uma alternância de saldos positivos com saldos negativos no seu balanço comercial¹⁰¹.

TABELA 5 - NORDESTE- Destino e Origem das Exportações e Importações 1960/1980 (%)

ANOS	DESTINO DAS EXPORTAÇÕES		TOTAL	ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES		TOTAL
	EXTERIOR	REGIÕES		EXTERIOR	REGIÕES	
1960	44.8	55.2	100	13.7	86.3	100
1963	45.3	54.7	100	19.7	80.3	100
1965	49.9	50.1	100	14.5	85.5	100
1967	51.0	49.0	100	13.7	86.3	100
1975	45.7	54.3	100	14.4	85.6	100
1976	30.0	70.0	100	13.8	86.2	100
1977	39.8	60.2	100	14.2	85.8	100
1978	35.2	64.8	100	15.3	84.7	100
1979	33.8	66.2	100	14.6	85.4	100
1980	33.7	66.3	100	17.8	82.2	100

FONTE: Sudene

No trabalho sobre a industrialização do Nordeste, realizado por David E. Goodman e Roberto C. Albuquerque, os referidos autores percebem uma tendência bem definida para o

¹⁰¹- "A conclusão a tirar é que não existe tendência definida à transferência de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul do país. Por outras palavras: posta de lado a perda de recursos decorrente da piora na relação de preço do intercâmbio, não existe nenhum fluxo importante de recursos entre o Nordeste e o resto do país. O que naquela região se consome e investe é mais ou menos igual ao que ali se produz" GTDN, Op. cit. p.312.

comportamento da Balança Comercial nordestina. A existência de superávit no comércio internacional continua sendo obtido pela Região, entretanto, o mesmo já não mais consegue compensar os déficits das relações comerciais inter-regionais⁸². É um déficit no comércio externo que o Nordeste realiza com os outros países e as demais regiões brasileiras passa a ser a tônica a partir da segunda metade da década de sessenta.

Uma crítica que deve ser feita, tanto ao trabalho do GTDN como ao trabalho de D. Goodman e R.C. Albuquerque, é a de que ambos os trabalhos não conseguem perceber o problema que representa a troca desigual de valores entre as regiões, nem ressaltam que o comportamento da balança comercial nordestina faz parte da própria lógica da expansão capitalista do país e do modo de articulação do Nordeste à acumulação de capital a nível nacional.

Trabalhos da Sudene a respeito do setor externo do Nordeste reafirmam, para a década de 70, as conclusões obtidas por Goodman e Albuquerque no que se refere aos déficits inter-regionais e aos superávits com relação aos outros países.

Ao analisarmos a balança Comercial do Nordeste e do Brasil, ao longo dos anos 70, constatamos que durante este período, o nosso país somente obteve superávits nas suas relações com o exterior em três anos na década. Por outro lado, a economia

⁸²- GOODMAN, David , ALBUQUERQUE, Roberto C. A industrialização do Nordeste: a economia regional. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, v.1. 1971. p.97-104. (Coleção relatório de pesquisa n.6).

nordestina apresentou um saldo positivo no seu comércio internacional durante todo este período (veja tabela 6). Isto

TABELA 6 - BRASIL e NORDESTE- Composição e Saldo da Balança Comercial 1970/1979 (US \$ MILHÕES FOB)

ANOS	BRASIL			NORDESTE		
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1970	2.739	2.507	232	381	145	236
1971	2.904	3.247	-343	403	210	193
1972	3.991	4.235	-244	545	234	311
1973	6.199	6.192	7	730	347	383
1974	7.951	12.641	-4.690	1.405	537	868
1975	8.670	12.210	-3.540	1.447	607	840
1976	10.128	12.383	-2.255	932	730	202
1977	12.120	12.023	97	1.481	781	700
1978	12.659	13.683	-1.024	1.603	818	785
1979	15.244	18.083	-2.839	1.894	1.104	790

FONTE: BANCO DO BRASIL- CACEX

veio novamente confirmar que a Região Nordeste foi, sistematicamente, uma grande geradora de divisas para a economia nacional.

Apesar do setor externo nordestino apresentar persistentes superávits nas suas transações com o exterior, o seu desempenho não apresentou um comportamento superior ao do setor externo da economia brasileira. Ao verificarmos o ritmo de crescimento das exportações e importações do Nordeste e do Brasil nós chegamos ao seguinte resultado: o Brasil aproveitou melhor do que a região Nordeste a política de promoção das exportações, realizado pelo governo federal durante os anos setenta, pois o ritmo de crescimento de suas exportações (457%) foi superior ao da região nordestina (397%). Foi também o país (621%) que

importou em um ritmo mais reduzido do que a região (661%) conforme dados das tabelas 7 e 8.

TABELA 7 - BRASIL e NORDESTE- Evolução das Exportações 1970/1979

ANOS	BRASIL			NORDESTE		
	US \$ milhões	Índice	Tx. Média la. cresci	US \$ milhões	Índice	Tx. Média la. cresci
1970	2.739	100.00	-	381	100.00	-
1971	2.904	106.02	6.02	403	105.77	5.77
1972	3.991	145.71	37.43	545	143.04	35.24
1973	6.199	226.32	55.32	730	191.60	33.94
1974	7.951	290.29	28.26	1.405	368.77	92.47
1975	8.670	316.54	9.04	1.447	379.79	2.99
1976	10.128	369.77	16.82	932	244.62	-35.59
1977	12.120	442.50	19.67	1.481	388.71	58.91
1978	12.659	462.18	4.45	1.637	429.66	10.53
1979	15.244	556.55	20.42	1.894	497.11	15.70

FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

TABELA 8 - BRASIL e NORDESTE- Evolução das Importações 1970/1979

ANOS	BRASIL			NORDESTE		
	US \$ milhões	Índice	Tx. média la. cresci.	US \$ milhões	Índice	Tx. média la. cresci.
1970	2.507	100.00	-	145	100.00	-
1971	3.247	129.52	29.52	210	144.83	44.83
1972	4.235	168.93	30.43	234	161.38	11.43
1973	6.192	246.99	46.21	347	239.31	48.29
1974	12.641	504.23	104.15	537	370.34	54.76
1975	12.210	487.04	-3.41	607	418.62	13.04
1976	12.383	493.94	1.42	730	503.45	20.26
1977	12.023	493.94	0.00	781	538.62	6.99
1978	13.683	545.79	10.50	818	564.14	4.74
1979	18.083	721.30	32.16	1.104	761.38	34.96

FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

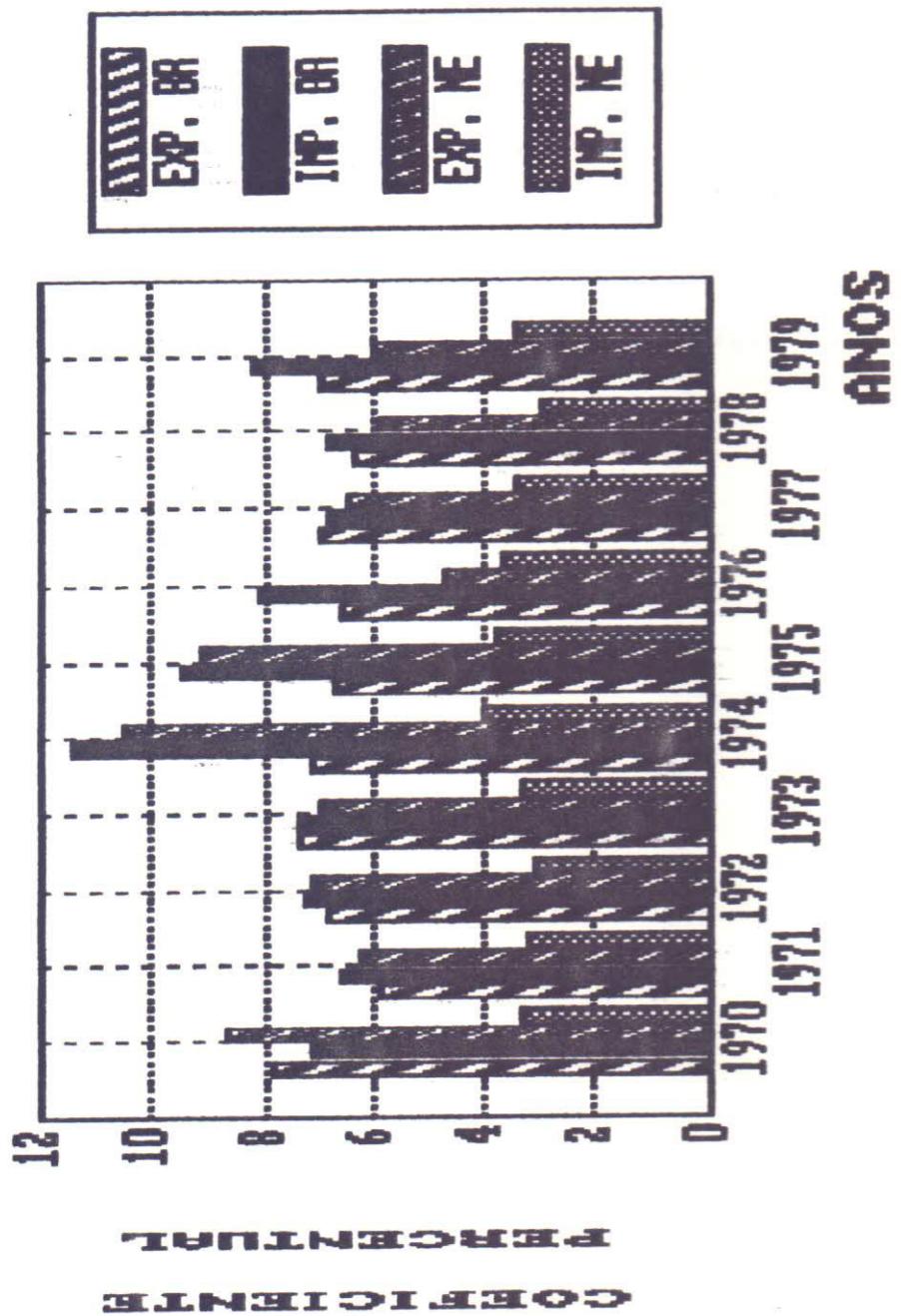
Todavia, o Coeficiente de Importação ou grau de Dependência Econômica Externa (corresponde ao valor da importação dividido pelo PIB) apresentado pela economia do Nordeste se revelou menor que o existente para a economia nacional. Já o Coeficiente de exportação ou Grau de Abertura Externa (corresponde ao valor das exportações dividido pelo PIB) apresenta, entre ambos, uma diferença muito reduzida no final da década de 70 (veja tabela 9). O coeficiente de exportação regional revela também, segundo a última tabela citada, uma redução após a segunda metade dos anos setenta, enquanto que o coeficiente de importação se mantém praticamente constante. Por outro lado, o Brasil exhibe variações pouco significativas para os mesmos coeficientes, ao longo do mesmo intervalo de tempo. Os dados sobre o coeficiente de importações do país que se alteram bruscamente em 1974/75 revelam o fato anormal que foi a 1ª Crise do Petróleo.

TABELA 9 - BRASIL e NORDESTE- Coeficiente de Comercio Exterior 1970/1979

ANOS	BRASIL		NORDESTE	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
1970	7.90	7.20	8.70	3.30
1971	5.90	6.60	6.20	3.20
1972	6.80	7.30	7.20	3.10
1973	7.40	7.40	6.90	3.30
1974	7.20	11.50	10.50	4.00
1975	6.70	9.50	9.10	3.80
1976	6.60	8.10	4.70	3.70
1977	6.90	6.80	6.40	3.40
1978	6.30	6.80	5.90	3.00
1979	6.90	8.20	6.00	3.50

FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

FIGURA 1: BRASIL E NORDESTE- Coeficiente de Comercio Exterior 1970/1979



No que diz respeito a Participação Regional nas Exportações e Importações do Brasil, as informações contidas na tabela 10 demonstram uma queda na participação regional de exportação e um diminuto crescimento no que se refere as importações. Resumindo, o que esta tabela procura demonstrar é uma perda relativa de importância do Nordeste nas exportações do Brasil e uma manutenção de sua participação no que se refere às importações brasileiras.

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DAS EXPORT. E
IMPORT. REGIONAL NAS EXPORT.
E IMPORT. DO BRASIL(X)- 1970/79

ANOS	Part. Regional Exportações	Part. Regional Importações
1970	13.9	5.8
1971	13.9	6.5
1972	13.6	5.5
1973	11.8	5.6
1974	17.7	4.2
1975	16.7	5.0
1976	9.2	5.9
1977	12.2	6.5
1978	12.9	6.0
1979	12.4	6.1

BCME-BIBLIOTECA

6. FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

O setor externo nordestino apresenta a característica de diversificar pouco a sua pauta de exportação, com o predomínio de um número reduzido de determinados produtos básicos⁸³. Esses produtos conseguem manter, no período dos anos 70, sua elevada

⁸³- BERNAL, M. Cleide C. Tentativa de avaliação da Política Regional de Promoção de Exportação In: Revista econômica do Nordeste. Fortaleza: BNB. n.7. p. 43-47. jan./mar. 1976.

TABELA 11 - NORDESTE- Participação das Exportações segundo a Classe de Produtos

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Produtos básicos	77.75	74.19	78.60	69.30	70.20	70.65	58.20	57.01	53.08	52.61
Semimanufaturados	18.70	17.34	15.82	20.80	19.28	16.12	20.46	18.77	31.24	32.29
Manufaturados	2.92	4.69	5.04	8.10	10.30	12.80	20.17	23.90	15.30	14.57
Outras Classes	0.63	3.78	0.54	1.80	0.44	0.43	1.17	0.32	0.38	0.53
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

participação na pauta de exportações da região. Contudo, já se percebe uma redução significativa na participação dos produtos básicos e o grande crescimento de manufaturados e semimanufaturados (vide tabela 11 acima).

O ritmo de crescimento das exportações de produtos manufaturados chegou a atingir 2.378% na década, enquanto que os semimanufaturados cresceram 758% e os produtos básicos apenas 236%, no mesmo intervalo de tempo (veja tabela 12).

TABELA 12 - NORDESTE- Evolução das Exportações Segundo a Classe de Produtos 1970/1979
US \$ 1.000 (FOB)

ANOS	BÁSICOS		SEMIMANUFATURADOS		MANUFATURADOS		OUTROS	
	VALORES	ÍNDICE	VALORES	ÍNDICE	VALORES	ÍNDICE	VALORES	ÍNDICE
1970	296.340,00	100,00	71.280,00	100,00	11.133,00	100,00	2.406,00	100,00
1971	299.217,00	100,97	69.956,00	98,14	18.918,00	169,93	15.228,00	632,92
1972	427.994,00	144,43	86.132,00	120,84	27.464,00	246,69	2.957,00	122,90
1973	505.684,00	170,64	151.751,00	212,89	59.084,00	530,71	13.145,00	546,34
1974	983.936,00	332,03	270.234,00	379,12	144.317,00	1296,30	6.193,00	257,40
1975	1.022.403,00	345,01	233.270,00	327,26	185.307,00	1664,48	6.160,00	256,03
1976	542.639,00	183,11	190.707,00	267,55	188.080,00	1689,39	10.941,00	454,74
1977	844.281,00	284,90	277.921,00	389,90	353.934,00	3179,14	4.773,00	198,38
1978	869.111,00	293,28	511.474,00	717,56	250.634,00	2251,27	6.195,00	257,48
1979	996.579,00	336,30	611.623,00	858,06	275.921,00	2478,41	10.063,00	418,25

FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

TABELA 13 - NORDESTE - Principais produtos exportados para o exterior 1970/1979 US \$ 1.000,00

PRODUTOS	1970		1971		1972		1973		1974	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Algodão	110.463,00	28,98	121.829,00	30,20	208.183,00	38,23	201.084,00	27,56	482.134,00	34,32
Cana-de-açúcar	102.425,00	26,87	85.319,00	21,20	90.938,00	16,70	130.100,00	17,83	291.056,00	20,72
Arroz	15.116,00	3,97	16.621,00	4,10	30.269,00	5,56	29.378,00	4,03	18.546,00	1,32
Óleo de Mamona	21.266,00	5,58	21.389,00	5,30	25.875,00	4,75	60.258,00	8,26	54.989,00	3,91
Feijão	19.081,00	5,01	18.178,00	4,50	22.476,00	4,13	59.244,00	8,12	113.865,00	8,11
Soja	17.350,00	4,55	20.644,00	5,10	19.592,00	3,60	23.938,00	3,28	33.858,00	2,41
Castanha	9.924,00	2,60	12.821,00	3,20	16.290,00	2,99	17.915,00	2,46	27.439,00	1,95
Alfafa	7.656,00	2,01	8.608,00	2,10	13.523,00	2,48	25.524,00	3,50	50.140,00	3,57
Óleo de Carnaúba	9.529,00	2,50	10.477,00	2,60	10.825,00	1,99	12.652,00	1,73	23.205,00	1,65
Castanha de Cajú	7.138,00	1,87	5.270,00	1,30	8.963,00	1,65	10.099,00	1,38	14.865,00	1,06
Outros	61.207,00	16,06	82.162,00	20,40	97.616,00	17,93	159.475,00	21,86	294.583,00	20,97
TOTAL	381.155,00	100,00	403.318,00	100,00	544.550,00	100,00	729.667,00	100,00	1.404.680,00	100,00

Fonte: Banco do Brasil - CACEX

PRODUTOS	1975		1976		1977		1978		1979	
	VALOR	%								
Algodão	639.724,00	44,21	102.605,00	11,00	209.027,00	14,11	179.303,00	11,18	247.004,00	13,04
Cana-de-açúcar	265.698,00	18,36	273.099,00	29,29	529.318,00	35,74	545.702,00	34,02	565.001,00	29,83
Arroz	244,00	0,02	196,00	0,02	58,00	0,00	3.262,00	0,20	93,00	0,00
Óleo de Mamona	29.638,00	2,05	49.780,00	5,34	52.432,00	3,54	70.535,00	4,40	92.180,00	4,87
Feijão	29.662,00	2,05	35.832,00	3,84	45.528,00	3,07	34.109,00	2,13	46.391,00	2,45
Soja	37.164,00	2,57	38.110,00	4,09	35.595,00	2,40	56.043,00	3,49	60.737,00	3,21
Castanha	19.817,00	1,37	26.123,00	2,80	29.728,00	2,01	38.024,00	2,37	53.710,00	2,84
Alfafa	44.174,00	3,05	40.510,00	4,34	45.447,00	3,07	33.689,00	2,10	48.645,00	2,57
Óleo de Carnaúba	13.095,00	0,90	16.459,00	1,77	13.706,00	0,93	16.360,00	1,02	17.661,00	0,93
Castanha de Cajú	17.979,00	1,24	17.490,00	1,88	23.005,00	1,55	32.799,00	2,04	37.534,00	1,98
Outros	349.944,00	24,18	332.162,00	35,63	497.136,00	33,57	594.172,00	37,04	725.230,00	38,29
TOTAL	1.447.139,00	100,00	1.932.366,00	100,00	1.480.980,00	100,00	1.603.998,00	100,00	1.894.186,00	100,00

Fonte: Banco do Brasil - CACEX

O grau de concentração e dependência da economia do Nordeste em relação aos produtos básicos revela que são os

seguintes os produtos mais exportados pela região durante os anos 70: Açúcar, cacau, óleo de mamona, sisal, fumo, lagosta, melão, cera de carnaúba e castanha de cajú (tabela 13 acima). Desse modo, percebemos a grande vulnerabilidade do setor externo regional, que depende em grande parte da conjuntura e de preços internacionais.

As informações que estão contidas nas tabelas 14 e 15 apresentam uma concentração das atividades de exportação e importação para o exterior nos estados da Bahia e Pernambuco. Todavia, também merece um destaque a participação dos estados de Alagoas e do Ceará.

Um outro fato que deve ser salientado é que a Bahia, que já despontava com um peso relativo bastante elevado, aumentou ainda mais sua participação tanto no que se refere as exportações como às importações, a partir da segunda metade dos anos setenta. Presenciamos também uma queda de participação dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Ceará. Este fato, demonstra o caráter desigual inerente ao desenvolvimento do capitalismo, quer a nível nacional ou regional, e que no Brasil alia espaços mais desenvolvidos com espaços menos desenvolvidos.

TABELA 14 - NORDESTE- Participação dos Estados no Valor das Exportações
1970/1979 (X)

ESTADOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Maranhão	1.0	0.3	0.4	0.5	2.2	0.4	0.6	0.7	0.8	1.5
Piauí	0.4	0.1	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	12.9	13.4	12.3	11.4	7.8	5.4	9.7	7.3	9.0	9.4
R. G. Norte	2.1	1.4	1.0	2.6	1.3	0.6	0.7	0.4	0.5	0.7
Paraíba	3.5	3.5	2.8	4.3	3.9	1.7	2.2	1.6	1.5	2.1
Pernambuco	23.7	24.6	37.7	26.3	31.0	31.3	24.4	21.9	16.6	15.6
Alagoas	13.2	13.1	12.6	12.9	15.8	24.4	6.0	7.1	7.8	9.6
Sergipe	0.2	5.7	2.7	2.1	0.1	0.4	-	-	-	-
Bahia	43.0	37.9	33.5	39.9	37.9	35.8	56.4	61.0	63.8	61.1
NORDESTE	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0

FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

TABELA 15 - NORDESTE- Participação das Estados no Valor das Importações
1970/1979 (X)

ESTADOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Maranhão	2.9	2.7	3.5	2.6	*	1.1	1.8	1.3	3.0	1.3
Piauí	-	-	-	-	*	0.2	0.6	-	-	-
Ceará	10.7	8.1	9.9	11.3	*	9.1	8.1	5.0	8.8	7.4
R. G. Norte	1.5	8.0	2.4	2.1	*	3.5	3.2	0.9	1.8	0.9
Paraíba	3.9	10.2	4.6	1.6	*	1.9	2.9	1.7	1.6	0.7
Pernambuco	43.2	31.3	33.3	36.1	*	33.4	29.5	27.2	26.5	23.8
Alagoas	2.4	1.5	2.7	4.1	*	6.7	5.0	2.5	4.7	3.8
Sergipe	0.8	1.0	0.4	0.4	*	1.1	0.9	5.1	0.3	1.3
Bahia	34.6	37.2	43.2	41.8	*	43.0	48.0	56.3	53.3	60.8
NORDESTE	1100.0	100.0	1100.0	100.0	*	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0

FONTE: BANCO DO BRASIL- CACEX

* dados não obtidos

2.6 Conclusão

O presente capítulo procurou apresentar como se deu o processo de integração da economia nordestina à economia do resto do Brasil.

A conclusão a que chegamos é a seguinte: no processo de subordinação do Nordeste à reprodução ampliada de capital da economia nacional, encontramos importantes transformações econômicas e sociais. Com a industrialização via SUDENE, a região que, anteriormente, produzia bens de consumo não duráveis (principalmente na indústria de alimentos e têxtil) por intermédio das empresas regionais, sofre a penetração dos grandes grupos nacionais e até estrangeiros ligados a produção de bens intermediários e outros sub-ramos dinâmicos.

Ocorreu um crescimento dos setores secundário e terciário na região, sendo que o processo de industrialização nordestino, até meados dos anos setenta, se concentrou nos centros urbanos de Salvador e Recife.

Presenciou-se a uma redução na participação do setor agrícola, sem contudo destituir os seus representantes das esferas política e social. Todavia, os representantes da velha burguesia nordestina têm, atualmente, que repartir estes postos com os componentes dos outros segmentos de classes, de maneira que constatamos uma combinação das velhas estruturas do campo com as novas estruturas surgidas do processo de industrialização no

Nordeste.

A economia do Nordeste passou a depender dos capitais de origem do Sudeste do Brasil para comandar o seu processo de industrialização. Necessita ainda da região mais industrializada do país para o fornecimento de insumos, para a aquisição de equipamentos e de mercados para escoar a sua produção.

A dinâmica da economia regional que dependia de suas relações com o exterior, passou a ser comandada pelas leis do espaço hegemônico do país, sem contudo dificultar a geração dos seus sistemáticos superávits no comércio exterior.

No que diz respeito ao setor externo do Nordeste, continuou a existir os persistentes saldos nas suas transações com o exterior durante a década de 70. Apesar de nesse período a economia nordestina permanecer gerando divisas para a economia nacional, ocorreu uma redução relativa na importância do Nordeste nas exportações do Brasil e a manutenção na participação das importações brasileiras.

É durante os anos 70 que se percebe uma redução significativa na participação dos produtos básicos e o grande crescimento de manufaturados e semimanufaturados entre os produtos exportados pela região. Constatamos ainda uma elevada concentração das atividades de comércio exterior no Estado da Bahia e, em menor grau em Pernambuco, Alagoas e Ceará.

Cada vez mais inserida no contexto econômico nacional, a Região Nordeste, além de depender da área mais dinâmica do Brasil, começa a sofrer uma influência cada vez mais elevada das

políticas macroeconômicas setoriais e globais postas em prática pelo governo federal.

Acontece que na década de 80 a economia brasileira viveu uma grave crise em decorrência da implementação das políticas de ajustamento econômico que foram provocadas pelo agravamento da crise do endividamento externo do país e pela necessidade de se gerar saldos na balança comercial para serem transferidos ao exterior.

O Brasil, após um breve período recessivo (1963/67) obteve taxas de crescimento elevadas durante os anos sessenta e setenta. Entre os anos de 1968/73, chamado de período do "Milagre Brasileiro", nosso país alcançou taxas anuais de crescimento do PIB superior a 10%. Na fase de 1974/79, quando da implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento num quadro de recessão mundial, a taxa de crescimento real do PIB se mantém elevada atingindo a média de 7% a.a. Todo este crescimento estava baseado no tripé articulado de capital privado nacional e estrangeiro e de empresas estatais, utilizando recursos externos e a poupança do setor público.

É em meio a esta conjuntura favorável da economia brasileira que a expansão capitalista nacional prossegue em ritmo acelerado e o Nordeste brasileiro continua implementando a política de industrialização. A Região apesar de não se beneficiar em grande monta da conjuntura de crescimento econômico da época, sofre modificações que são comandadas pela lógica do desenvolvimento capitalista brasileiro. Os itens 2.4 e

2.5 do presente capítulo revelam as principais transformações ocorridas à nível regional.

A crise da dívida externa brasileira representa a crise do regime de acumulação baseado na poupança externa e nos recursos do setor público. E o período que se inicia em 1982/83 pode ser designado como o ponto de ruptura com o passado. O Brasil que durante as décadas de 60 e 70, fora um dos grandes demandadores de recursos no sistema financeiro internacional, se depara com o problema da transferência de recursos para o pagamento dos empréstimos ao sistema privado internacional.

No decorrer dos anos oitenta, o governo federal é obrigado a adotar políticas de ajustamento e estabilização macroeconômica, procurando ajustar a nossa economia a nova realidade de transferir um fluxo líquido de divisas para o pagamento do serviço da dívida externa do país. A política econômica brasileira procurou, então, atender as exigências do FMI e gerar os necessários superávits comerciais para o pagamento do serviço da dívida. Com isso, o Brasil, que a partir de 1983, foi capaz de gerar elevados superávits no seu comércio com o exterior viveu a chamada "década perdida". Neste período o país obteve crescimento econômico abaixo de sua taxa histórica (salvo os anos de 1984, 1985 e 1986 quando ocorreu um crescimento significativo), mas o que é mais grave ainda, ficou em piores condições do que na década anterior (o índice do PIB per capita do país em 1989 foi inferior ao de 1980 conforme dados da tabela 26).

Enquanto isso, a Região Nordeste apresentou taxas positivas de crescimento econômico em todos os setores (primário, secundário e terciário), e revelou um comportamento melhor do que o obtido pela economia nacional.

Desse modo, com o processo de integração do Nordeste a economia brasileira e a existência de crise na economia nacional em decorrência da necessidade de pagamento da dívida externa, é interessante o estudo do processo de transferência financeira realizado pela economia brasileira e, em seguida, a realização de uma análise da repercussão destas medidas no âmbito da economia nordestina.

BCME-BIBLIOTECA

O problema da dívida externa brasileira, as políticas que viabilizaram a transferência de recursos para o exterior e as consequências para a economia nacional em virtude da utilização de tais políticas no decorrer da década de 80 será o tema do próximo capítulo. Ficando o terceiro e último capítulos para análise do comportamento da economia regional, numa década de crise nacional com manutenção do crescimento nordestino.

3. CAPÍTULO 2 - A ECONOMIA BRASILEIRA E O PROBLEMA DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA O EXTERIOR

3.1 Introdução

Neste capítulo procuramos apresentar o processo de transferência de recursos ao exterior realizado pela economia brasileira ao longo da década de 80.

Com este objetivo iniciaremos abordando o endividamento externo do Brasil. Essa política se desenvolveu essencialmente em três fases⁸⁴, culminando com o período de realização da transferência líquida de recursos para o exterior executado a partir de 1983.

Em primeiro lugar é analisado o período de 1968-1973 quando ocorre a expansão do "Euromercado" e a implementação pelo governo brasileiro de uma estratégia de crescimento econômico baseado no endividamento externo. A seguir, como um segundo ponto, é analisada a política de endividamento externo ocorrida entre 1974⁶ e 1979, quando o Governo Geisel evita a recessão com uma política de ajustamento estrutural da economia com manutenção das taxas positivas de crescimento. É um período que podemos denominar de fase de endividamento que permite manter o crescimento. A terceira fase que se inicia em agosto de 1979 e se

⁸⁴- Baseado na periodização de MALLAN, Pedro. A Questão externa In: Brasil x FMI: A Armadilha da Recessão. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil. 1983. p.69-102. e de CRUZ, Paulo Davidoff. Dívida externa e política econômica. São Paulo: Brasiliense. 1984.

encerra em Agosto de 1982 assinala o fim do modelo de crescimento com endividamento. Foi um período que se caracterizou pelo sobre-endividamento externo e com a adoção de políticas econômicas postas em prática pelas autoridades brasileiras tentando evitar a ida ao Fundo Monetário Internacional.

A seção seguinte apresenta a crise do endividamento externo brasileiro a partir de Outubro de 1982. Neste fase apresentaremos os pilares teóricos do programa de ajustamento preconizado pelo Fundo Monetário Internacional e as linhas gerais do política de estabilização implementada pelo governo brasileiro entre 1981-1985. Serão também analisadas os resultados das políticas dos anos 80 (ajustamento-1981/85 e estabilização-1986/89) postas em prática pelo governo brasileiro e que permitiram ou não dificultaram a sustentação do pagamento do serviço da dívida externa do país.

Finalizando, a última seção apresenta as consequências para a economia brasileira dessa transferência líquida de recursos para o exterior.

3.2 A Dívida externa brasileira

3.2.1 O Mercado de eurodolar e o impulso inicial da dívida brasileira (1967-1973)

O Sistema Monetário Internacional que teve origem na reunião de Bretton Woods, em 1944, possibilitou aos Estados

Unidos por intermédio do Federal Reserve se tornar o banco central do mundo. Ao transformar o dólar em moeda universal, os EUA tornam-se o único país do mundo com a capacidade de gastar acima de seus recursos, financiando suas operações no exterior (aquisição de bens, guerras, ajuda financeira, compra de empresas, etc) com sua própria moeda⁸⁵. A emissão desses dólares que inicialmente contribuiu para a reconstrução da Europa pós a Segunda Guerra Mundial e para a dinamização do comércio internacional, pouco a pouco iria trazer distorções ao sistema financeiro internacional, levando ao fim do acordo de Bretton Woods no final de 1971.⁸⁶

A declaração da inconvertibilidade do dólar em 1971 e a flutuação das taxas de câmbio dos países desenvolvidos marcam o episódio conhecido como a crise do dólar. O repúdio dos EUA em manter o dólar em paridade fixa, faz com que o Sistema Monetário

⁸⁵- PORTELA FILHO, Petrônio. A Moratória soberana, São Paulo: Alfa-Omega. 1988. p.27.

⁸⁶- " Pode-se considerar o período que vai de 1944 ao final dos anos 60 como o de pleno funcionamento do regime cambial de "Bretton Woods". As principais características deste período foram: 1) O dólar passou a ser a principal moeda do sistema financeiro internacional; 2) houve uma grande estabilidade cambial, refletindo a estabilidade nas relações econômicas entre os países; 3) a reconstrução da Europa foi rápida e vigorosa; e, 4) houve uma alteração radical no Balanço de Pagamentos dos Estados Unidos, que passou de uma condição altamente superavitária e de doador líquido de recursos para Europa e Japão, via Plano Marshall, à situação de déficits sistemáticos e crescentes, explicados pelo aumento de gastos militares no exterior - Vietnam - e aumento líquido nos investimentos externos". ALMONACID, Rubens D. , PINOTTI, Maria C. Aspectos externos da crise econômica brasileira. São Paulo: IPE/USP. 1986. p.3. (Textos de discussão n. 24)

Internacional incorpore em sua estrutura a instabilidade cambial e leve ao colapso o sistema criado em Bretton Woods.

O excesso de dólares decorrentes dos déficits dos Estados Unidos irão permitir a um conjunto de grandes bancos constituir um mercado financeiro que fugia às normas e requerimentos legais existentes nos mercados nacionais de créditos.⁸⁷ Com a sede em Londres e tendo no dólar a moeda para transacionar, um conjunto de bancos privados de diversas nacionalidades expandem o chamado "Euromercado", em virtude da grande utilização, aceitação e procura da moeda americana no comércio internacional.⁸⁸

A década de sessenta presencia a internacionalização do capital produtivo e financeiro. É uma fase em que se intensifica a implantação das empresas multinacionais nos países em via de desenvolvimento, e que vem aliado às políticas de

⁸⁷- "O surgimento de um sistema bancário transnacional foi o resultado do processo de multinacionalização dos bancos que atingiu seu ápice nos anos 70. Procurando a liberdade completa de movimento, eles agiram cada vez mais por cima dos sistemas bancários nacionais, realizando operações de intermediação financeira internacional entre esses diversos sistemas bancários através de espaços neutros, não ligados a nenhum dos outros sistemas e independentes de qualquer autoridade monetária". GOLDENSTEIN, Sérgio. *A Dívida externa brasileira 1964-1982 evolução e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986. p.59.

⁸⁸- "A existência e a expansão do mercado de euro-dólares deve-se menos ao grande deficit básico dos EUA, do que à utilização, aceitação e procura do dólar, ao longo de vinte e cinco anos, como a principal moeda do comércio mundial, papel esse que se apóia no poder global dos EUA e cujo mecanismo vem sendo lubrificado pelo deficit do balanço de pagamentos desse país". WELLS, John. *Euro-Dólares, dívida externa e o milagre brasileiro* In: *Estudos Cebrap 6*. São Paulo: Brasiliense. p.10. out./dez. 1973.

industrialização desses países nessa época. Ao longo deste período ocorre o surgimento e o desenvolvimento do Sistema Privado de Crédito Internacional e a consequente expansão da liquidez a nível mundial. Os grandes conglomerados bancários das nações capitalistas desenvolvidas estimulados pela elevada liquidez do mercado de eurodolares e impelidos pela necessidade de seus melhores clientes- grandes empresas produtivas⁶⁷- privatizam os empréstimos aos países subdesenvolvidos.

As fontes de financiamento que no passado, na sua grande maioria eram provenientes de instituições internacionais públicas ou através de acordos bilaterais, passam a ser dominados pelos bancos privados do mercado de eurodolar. Ocorre, assim, a constituição de um padrão de acumulação do capitalismo mundial, em que o sistema de Crédito Internacional, sob o domínio dos grandes bancos privados, passa, a partir de então, a financiar a totalidade dos países subdesenvolvidos e a maioria dos países europeus da órbita socialista.⁶⁸

Quando o mercado de Eurodolares abriu suas portas aos países em desenvolvimento, o Brasil foi, não somente um dos primeiros a solicitar empréstimos, como também foi o país em

⁶⁷- BAER, Mônica. A Internacionalização financeira no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1986. p.92-93. BRUM, Argemiro J. Por que o Brasil foi ao Fundo. Petrópolis: Vozes. 1984. p.32; GOLDENSTEIN, Sergio. Op. cit. p.44; PORTELA FILHO, Petrônio. Op. cit. p.46.

⁶⁸- TAVARES, Maria da C. A Crise financeira global In: Revista de economia política. São Paulo: Brasiliense. v.3. n.2. p.16. abr./jun. 1983. BAER, Mônica. Op. cit. p.67. E em GOLDENSTEIN, Sergio. Op. cit. p.31/41.

desenvolvimento que mais recorreu a este mercado financeiro⁹¹. O Brasil após o período de ajustamento recessivo de 1964 a 1967, incrementará uma estratégia de crescimento econômico baseada no endividamento externo⁹². Diferente do que havia ocorrido no passado, quando os recursos externos que ingressavam no país eram na sua maioria investimentos diretos e recursos de agências oficiais, a nova estratégia se dá fundamentalmente pela via de empréstimos externos⁹³ na área privada. Outra diferença de peso diz respeito a que as fontes de recursos passaram a ser financiadas por um número pequeno de grandes bancos privados, com juros flutuantes e taxa de risco.

O sistema financeiro nacional passou por profundas

⁹¹- CARDOSO, Eliana , FISHLOW, Albert. Macroeconomia da dívida externa. São Paulo: Brasiliense. 1989. p.11. WELLS. J. Op. cit. p. 16/17.

⁹²- A via do crescimento com recursos externos , embora neste período apresente aspecto novo, tem sua origem no tipo de desenvolvimento implantado a partir da década de 50. "A "Revolução" definira desde 1964 uma política de endividamento externo crescente como forma de suplementar a poupança interna para financiar assim a aceleração do crescimento econômico. O governo brasileiro, entre 1967-73, estimulou sobremaneira a captação de empréstimos externos a fim de ampliar a oferta de créditos bancários" GOLDENSTEIN, Sérgio. Op. cit. p.105.

⁹³- "Evidenciando o contraste da magnitude dos influxos no período 1968/73 com os de fases anteriores, verifica-se que os ingressos brutos médios neste período foram quase 100 vezes superiores aos do imediato pós-guerra (1947/52) e cerca de sete vezes aos do período 1961/67. Tal situação reflete, principalmente, a inusitada disponibilidade de capitais no mercado financeiro internacional, que tem levado os agentes financeiros do exterior a ampliarem consideravelmente o montante de créditos concedidos aos países em desenvolvimento em suas operações globais." CARVALHO PEREIRA. J. E. Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil: 1967/73. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 1974. p.50. (Relatório de Pesquisa n. 27).

reformas entre os anos de 1964 até mais ou menos 1981, visando, entre os seus objetivos, a captação de "poupanças externas". Foi criada uma nova legislação- a instrução nº 289 de 14 de janeiro de 1965 e resolução 63 do Banco Central de 21 de agosto de 1967- extremamente liberal quanto ao endividamento externo⁷⁴. Com estas medidas tornou-se extremamente vantajoso contrair dívidas em moeda no exterior. Os primeiros a se beneficiarem de tal política foram as empresas multinacionais e as filiais dos bancos estrangeiros, em virtude do seu fácil acesso as fontes de recursos fora do país. A partir de agosto de 1967, as instituições financeiras nacionais receberam permissão de obtenção de empréstimos em moeda originários do exterior para repasse as empresas nacionais (resolução nº 63 em 1967).

O formidável desempenho da economia brasileira ao longo de 1968 a 1973, com taxas anuais de crescimento do PIB superior a 10%, parecia confirmar a estratégia de endividamento em moeda como indispensável ao crescimento econômico do país. Entretanto, a abundante oferta de empréstimos internacionais oriundos do mercado de⁶ eurodólares, a taxa de juros real próxima de zero⁷⁵, que permitiu ao Brasil a retomada do crescimento econômico ao se

⁷⁴- A Instrução 289 do Banco Central possibilitava a contratação de empréstimos no exterior em moeda pelas empresas estrangeiras. Já a Resolução 63 do Banco Central facultava aos bancos comerciais e de investimento a contratação de empréstimos no exterior para repassá-los aos usuários internos. PORTELLA FILHO, Petrônio. Op. cit. p. 45.

⁷⁵- A taxa de juros real foi de 0,287% em 1968; 0,095 em 1969; 0,759 em 1970; 2,286 em 1971; 2,975 em 1972, e 3,592 em 1973 segundo CARDOSO, E. , FISHLOW, A. Op. cit. p. 181.

ver livre da necessidade de recursos das instituições oficiais internacionais (tipo FMI) e de seu receituário ortodoxo, serviram fundamentalmente para elevar as nossas reservas internacionais e criar o 1º impulso da dívida externa brasileira⁷⁶. Esses recursos tinham caráter eminentemente financeiro e serviram para atender ao déficit da conta de serviços do balanço de pagamentos e, principalmente, para a formação de reservas internacionais⁷⁷. A contratação destes empréstimos era realizada na sua grande maioria pelo setor privado, que até 1972-73 respondia por cerca de 67%, em média, do total captado pela Lei nº 4131⁷⁸.

3.2.2 A Fase de administração da dívida externa com manutenção do crescimento (1974-1979)

A 3ª fase do endividamento externo brasileiro se inicia após o 1º choque do petróleo e no contexto de uma recessão mundial. O governo brasileiro, sob condições internacionais adversas, evita o ajuste recessivo da economia implementando o

⁷⁶- CRUZ, Paulo Davidoff. Dívida externa e política econômica. São Paulo: Brasiliense. 1984. p. 17.

⁷⁷- "Os ingressos brutos de empréstimos e financiamentos entre 1968 e 1973, excedendo largamente as necessidades de financiamento do "hiato de recursos" e do próprio serviço da dívida, fornecem ainda os recursos que vêm incrementando a formação de reservas". CARVALHO PEREIRA. J. E. Op. cit. p. 50.

⁷⁸- CRUZ, Paulo Davidoff. Op. cit. p. 91.

II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), propondo superar conjuntamente a crise internacional e o subdesenvolvimento econômico, iniciando o ajustamento estrutural e tentando eliminar a atrofia dos setores produtores de bens de capital e insumos básicos⁹⁹. A expansão e a diversificação da estrutura industrial brasileira, apesar de contar com recursos oriundos da poupança interna e de investimentos em capital de risco (petróleo), vai ser alavancada por intermédio da política de endividamento externo¹⁰⁰.

A crise do petróleo, a elevação do preço das matérias-primas, deterioração nos termos de troca (1974-75) num quadro de recessão mundial serão responsáveis por um crescimento no valor das importações em um ritmo superior ao alcançado pelas exportações. Esses fatores provocam um déficit na balança comercial a partir de 1974, que se verá inicialmente agravada pela política de manutenção da taxa de crescimento econômico.

Uma política de controle e substituição de importações e promoção das exportações foi posta em prática para ajustar o setor externo da economia¹⁰¹. Desse modo, a balança comercial que

⁹⁹- BARROS DE CASTRO, Antônio, PIRES DE SOUSA, Francisco E. A Economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985. p. 33.

¹⁰⁰- MALLAN, Pedro. Op. cit. p. 72.

¹⁰¹- FGV, Choques externos e resposta de política econômica no Brasil: o primeiro choque do petróleo. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1981. p.5-116. (Estudos Especiais IBE; n. 3). CHAMI BATISTA, J. A Estratégia de ajustamento externo do segundo plano nacional de desenvolvimento. In: Revista de economia Política. São paulo:Brasiliense. v.7. n.2. p. 66-80. abr./jun. 1987. E em CARDOSO, Eliana, FISHLOW, Albert. Op. cit. p.12.

no período 1974-76 apresentava-se deficitária em US \$ 10,48 bilhões, passa no período 1977-78 a apresentar um comportamento praticamente equilibrado revelando um déficit acumulado de apenas US \$.0,9 bilhões (vide tabela 22).

Como já salientado, o governo brasileiro elabora para o período de 1974-1979, o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Articulando os interesses do tripé formado pelo capital privado nacional e estrangeiro e de empresas estatais, é posta em prática uma política de manutenção da taxa de crescimento do PIB em nível elevado¹⁰².

Com o objetivo de expandir o setor de bens de capital e ampliar a oferta interna de insumos básicos, a nova política econômica exigia investimentos elevados e de longo prazo de maturação¹⁰³. Em virtude das dificuldades do balanço de pagamentos e diante de certa restrição da liquidez internacional que dificultava conseguir recursos externos no volume necessário (1974-76), o governo brasileiro procurou estimular o endividamento externo pelos seguintes meios:

- 1) eliminação ou redução dos controles sobre o crédito

¹⁰²- BAER, Mônica. Op. cit. p. 110.

¹⁰³- A nova estratégia foi definida na elaboração do II PND. O desenvolvimento do setor de bens de capital teria dois eixos fundamentais: 1) Os ramos de bens intermediários, sobretudo a metalurgia, a petroquímica e a produção de energia seriam desenvolvidos sob a hegemonia das empresas estatais, mas em associação financeira e tecnológica com o capital estrangeiro; 2) Os ramos de produção de bens de capital (máquinas e equipamentos) seriam desenvolvidos pelo capital privado nacional a partir de créditos subsidiados concedidos pelo Estado. GOLDENSTEIN, Sérgio. Op. cit. p. 113.

externo introduzidos na fase de excesso de liquidez internacional (1972-73) e criação de incentivos adicionais;

2) utilização da política de crédito e juros internos, procurando introduzir um diferencial de custos entre o financiamento interno e externo, como forma de estimular as empresas a buscar recursos no exterior; e

3) crescente "estatização" na captação de empréstimos externos realizados junto ao sistema financeiro internacional¹⁰⁴.

O Brasil conseguirá obter durante o período 1974-79, uma taxa de crescimento do PIB de 9,5% em 1974, 5,6% em 1975, 9,7% em 1976, 5,4% em 1977, 4,8% em 1978 e 6,7% em 1979, alcançando uma média de 7%, semelhante a sua taxa histórica de crescimento¹⁰⁵. Todavia o desequilíbrio externo será transformado em um dos problemas centrais da política econômica brasileira. A dívida externa de médio e longo prazos se eleva de US \$ 17,2 bilhões em 1974 para US \$ 49,9 bilhões em 1979 (vide tabela 16).

Durante este período, o endividamento externo brasileiro foi consequência do desequilíbrio do balanço de pagamentos na sua conta corrente. Inicialmente o déficit ocorreu na balança comercial (1974-76) e, posteriormente, devido ao pagamento de juros na balança de serviços (1977-1979). A influência do déficit comercial para o crescimento da dívida

¹⁰⁴- Conforme CAVALCANTE, Carlos B. Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna. Rio de Janeiro. 1988. p.25. (Dissertação de Mestrado, 12º Prêmio BNDES).

¹⁰⁵- Conforme MALLAN, Pedro. Op. cit. p. 72. e Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: IBE-FGV. n. 35. v. 12. dez/81.

TABELA 16 - BRASIL- Dívida Externa 1968-1989 Em US\$ milhões

PERÍODO	DÍVIDA EXTERNA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	RESERVAS INTERNACIONAIS	DÍVIDA LÍQUIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	DÍVIDA EXTERNA DE CURTO PRAZO	DÍVIDA EXTERNA BRUTA TOTAL	DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL
1968	3.771	257	3.514	77	3.771	3.514
1969	4.403	656	3.747	(24)	4.379	3.723
1970	5.295	1.187	4.108	178	5.473	4.286
1971	6.622	1.723	4.899	330	6.952	5.229
1972	9.521	4.183	5.338	530	10.051	5.868
1973	12.572	6.416	6.156	1.391	13.963	7.547
1974	17.166	5.269	11.895	1.705	18.871	13.602
1975	21.171	4.040	17.131	3.015	24.186	20.146
1976	25.985	6.544	19.441	4.985	30.970	24.426
1977	32.037	7.256	24.781	4.699	36.736	29.480
1978	43.511	11.895	31.616	6.632	50.143	38.248
1979	49.904	9.689	40.215	4.082	53.986	44.297
1980	53.848	6.913	46.935	8.918	62.766	55.853
1981	61.411	7.507	53.904	10.467	71.878	64.371
1982	70.198	3.994	66.204	13.007	83.205	79.211
1983	81.319	4.563	76.756	10.313	91.632	87.069
1984	91.091	11.995	79.096	8.674	99.765	87.770
1985	95.857	10.482	85.375	9.269	105.126	94.644
1986	101.759	6.760	94.999	9.286	111.045	104.285
1987	107.514	7.458	100.056	13.660	121.174	113.716
1988	102.555	9.140	93.415	10.914	113.469	104.329
1989	99.285	9.679	89.606	15.456	114.741	105.062

FONTE: Boletim do BACEN

externa do Brasil decorreu da política deliberada de endividamento externo, necessário, para cobrir o hiato de recursos (déficit comercial- conta petróleo- e de serviços não fatores) no processo de manutenção do ritmo de atividade econômica. O processo de manutenção da dívida externa para sustentação de déficits comerciais elevados por mais alguns anos (1974-76), ocasionou uma expansão no nível de endividamento externo em tal volume, que o mesmo começou a retroalimentar-se, fazendo com que o pagamento de juros na balança de serviços fosse

o principal responsável pelo processo de endividamento no final do período (1976-79).

A estatização da dívida externa brasileira aparece como uma das características mais marcantes durante esta fase. A participação dos empréstimos realizados pelo setor privado que no auge do "milagre econômico" (1968-72) era preponderante, começa a declinar em 1975 devido a desaceleração do ritmo de crescimento econômico, apesar dos estímulos à captação fornecidos a iniciativa privada. Dessa maneira, a partir de 1975 o setor público já era responsável por cerca de 50,3% dos recursos em moeda pela Lei nº 4131 e em 1979 sua participação atinge a 76,8% dos recursos originários do exterior (ver tabelas 17 e 18).

Ao longo desta fase o governo brasileiro utiliza com grande ênfase as empresas estatais como instrumento de política econômica, tanto no que diz respeito ao estímulo à captação de recursos lá fora como na política de combate a inflação.

Uma política que reduzia a capacidade de autofinanciamento das empresas estatais foi a fórmula posta em prática pelo governo brasileiro para forçar e direcionar a procura de recursos no exterior por parte das empresas públicas. Foi posta em prática uma política de controle sobre os preços e tarifas das empresas estatais, que além de propor para combater a inflação, limitava a participação dessas empresas no mercado de capitais e impossibilitou seu acesso ao mercado de crédito interno. Como única saída para a ampliação de seus investimentos restou a procura de recursos em moeda no exterior. O agravamento

TABELA 17 - Empréstimos em moeda segundo a modalidade de captação 1972-1981
EM US\$ 1.000.000,00

ANOS	LEI No. 4131		RESOLUÇÃO 63		TOTAL	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%
	1972	2.497,5	63,0	1.465,2	37,0	3.962,7
1973	2.849,2	72,7	1.069,5	27,3	3.918,7	100,0
1974	3.109,5	65,9	1.608,0	34,1	4.701,3	100,0
1975	3.773,0	80,3	928,3	19,7	4.701,3	100,0
1976	3.826,0	70,9	1.572,5	29,1	5.398,5	100,0
1977	4.857,4	78,6	1.321,4	21,4	6.178,8	100,0
1978	8.828,9	74,3	3.053,8	25,7	11.882,7	100,0
1979	8.650,3	84,6	1.574,5	15,4	10.224,8	100,0
1980	4.811,1	57,9	3.500,9	42,1	8.312,0	100,0
1981	7.596,6	58,2	5.467,1	41,8	13.063,7	100,0

FONTE: Paulo Davidoff Cruz. Dívida externa e política econômica. Op. cit. p. 140

da necessidade de recursos externos forçará o aprofundamento do endividamento do setor público, elevando o grau de endividamento externo do governo federal¹⁰⁴.

O desenvolvimento de uma enorme dívida interna pública foi uma das consequências da entrada de recursos externos. Os recursos do exterior ao penetrarem no país implicavam em uma

¹⁰⁴- Por outras palavras, enquanto o ritmo de crescimento do produto mantêm-se acelerado, a demanda por crédito exercida pelo setor privado é capaz de garantir um ingresso significativo de recursos externos. Num segundo momento, quando a taxa de crescimento do produto experimenta uma trajetória de desaceleração numa conjuntura onde, contraditoriamente, ampliam-se as necessidades de recursos externos, as captações privadas não crescem, o que determina uma participação cada vez maior do setor público como única forma de assegurar ingressos massivos de recursos externos. CRUZ, Paulo D. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta In: Desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1984. p. 88-89.

TABELA 18 - Empréstimos em moeda segundo a propriedade do tomador do capital (Lei Nº 4131)
EM US\$ 1.000.000,00

ANOS	PÚBLICO		PRIVADO						TOTAL	
			NACIONAL		EXTERNO		TOTAL			
	US\$	X	US\$	X	US\$	X	US\$	X	US\$	X
1972	623,1	25,0	680,0	27,2	1.193,8	47,8	1.874,4	75,0	2.497,5	100,0
1973	1.130,9	39,9	655,6	22,9	1.062,7	37,2	1.718,3	60,3	2.849,2	100,0
1974	1.098,0	35,3	431,8	13,9	1.579,7	50,8	2.011,5	64,7	3.109,5	100,0
1975	1.900,9	50,3	243,8	6,4	1.637,3	43,3	1.872,1	49,7	3.773,0	100,0
1976	1.953,3	51,1	139,5	3,6	1.733,2	45,3	1.872,7	48,9	3.826,0	100,0
1977	2.500,5	51,5	292,6	6,0	2.064,3	42,5	2.356,9	48,5	4.857,4	100,0
1978	5.317,4	60,2	465,5	5,3	3.046,0	34,5	3.511,5	39,8	8.828,9	100,0
1979	6.642,9	76,8	554,1	6,4	1.453,5	16,8	2.007,4	23,4	8.650,5	100,0
1980	3.687,0	76,6	176,2	3,7	947,9	19,7	1.124,1	23,4	4.811,1	100,0
1981	5.285,5	69,6	427,7	5,6	1.883,4	24,8	2.311,1	30,4	7.596,6	100,0

FONTE: Paulo Davidoff Cruz. Dívida externa e política econômica. Op. cit. p. 100

maior expansão monetária, na aceleração dos gastos e/ou crescimento, que redundava em inflação e desajustamentos do câmbio. Buscando enxugar esses recursos da economia, o governo colocava no mercado os títulos públicos, criando dessa maneira uma vinculação entre a dívida externa e dívida interna¹⁰⁷.

*No final do período (1977-79), a transferência de recursos a título de pagamento do serviço da dívida fez com que os empréstimos fossem contratados para saldar obrigações que

¹⁰⁷ - "A dívida pública não nasce, portanto, das insuficiências de recursos do Estado, cujo orçamento fiscal apresentou equilíbrio ou superávit durante o período em exame. Seu crescimento está intimamente relacionado com a ampliação da dívida externa, mais precisamente, com o crescimento espetacular das reservas a partir de 1976". BELLUZZO, Luiz G. M., MELLO, João M. C. Introdução In: FMI x Brasil: a armadilha da recessão. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil. 1983, p. 16.

diziam respeito ao pagamento de juros de empréstimos anteriores. Constata-se também uma modificação na estrutura da dívida externa com um agravamento de custos e redução dos prazos de amortização. Ocorre um crescimento na carga financeira dos empréstimos e na captação de recursos de curto prazo¹⁰⁸.

O ano de 1979 inicia com a sucessão presidencial em março e a nomeação de Mário Henrique Simonsen para o posto de superministro assumindo os cargos da Fazenda e do Planejamento. Essa curta etapa vai de março a agosto de 1979 e será marcada pela tentativa de utilização de uma nova política econômica que restabeleça as forças de mercado (Nova Ortodoxia). Preocupado com a situação interna e externa da economia brasileira, em condições cada vez mais difíceis para assegurar a rolagem da dívida externa, com uma enorme dívida interna e inflação em ascensão, Mário Simonsen acena com uma via recessiva. Uma forte oposição de todos os setores da economia irá provocar a sua substituição, pelo então ministro da agricultura Antônio Delfin Netto, em agosto de 1979¹⁰⁹.

¹⁰⁸- BAER, Mônica. Op. cit. p. 114.

¹⁰⁹- "Essa visão reformista encontrou oposição já que os críticos do setor privado discutiam a validade de uma eventual recessão, quando seus lucros já se encontravam sob alguma pressão; os trabalhadores estavam sofrendo a erosão de seus salários reais, em virtude da aceleração da inflação e dado que a indexação era apenas anual; os bancos privados não viam com bons olhos o fato de o Banco do Brasil competir com eles por clientes preferenciais, ao invés de tê-lo como uma fonte de crédito subsidiado do Banco Central para setores prioritários. Os demais ministros estavam ansiosos para gastar, e não para terem seus orçamentos e seus poderes reduzidos. Safras pequenas reforçavam o pleito de crédito abundante e subsidiado para a agricultura. O programa do álcool necessitava de novos investimentos para sua

3.2.3 O Sobre-endividamento externo e a política de estabilização pré-FMI

A fase seguinte do processo de endividamento externo brasileiro compreende o período que vai de agosto de 1979 até agosto de 1982. É um período que podemos denominar de sobre-endividamento, em virtude da política posta em prática pelo governo brasileiro na tentativa de evitar a ida ao Fundo Monetário Internacional.

O Ministro Delfim Netto inicia sua atuação no "Superministério" com uma proposta heterodoxa de recriar um novo milagre. O programa de Delfim propunha um parcial ajustamento estrutural da economia, com prioridade para a agricultura e a energia, visando reduzir a inflação e ao mesmo tempo impulsionar o crescimento econômico. Entretanto, os choques externos provocados pela segunda elevação do preço do petróleo - o barril se elevou de US \$12,23 em 1978 para US \$29,98 em 1980¹¹⁰ -, forte subida da taxa de juros internacional provocada pela política americana *de valorização do dólar - vide tabela 19 -, queda na relação de trocas - ver tabela 20 - e uma profunda recessão nos países desenvolvidos, apresentava um contexto internacional

segunda fase, a dos carros à álcool hidratado. As estatais, igualmente, resistiam a controles sobre suas operações; a Petrobrás, em particular, queria aumentar substancialmente seus gastos em prospecção". FISHLOW, Albert. A Economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. In: Pesquisa e planejamento econômico. Rio de Janeiro: IPEA. n.3. v.16. p. 529. dez. 1986.

¹¹⁰ - CAVALCANTI, Carlos. Op. cit. p.28.

TABELA 19 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS INTERNACIONAL
1968-1989

ANOS	ESTADOS UNIDOS PRIME RATE	REINO UNIDO LIBOR
1968	6,75	7,50
1969	8,50	9,00
1970	6,75	8,00
1971	5,25	5,50
1972	7,75	8,50
1973	9,75	14,00
1974	10,25	12,75
1975	7,25	12,00
1976	6,25	15,00
1977	7,75	7,63
1978	11,75	12,50
1979	15,00	14,65
1980	21,50	16,44
1981	15,75	14,94
1982	14,59	13,40
1983	10,54	9,86
1984	10,75	9,25
1985	9,50	8,00
1986	7,50	6,80
1987	8,75	7,50
1988	10,50	9,44
1989	10,50	8,37

FONTE: Conjuntura Econômica- vários números

totalmente diferente dos períodos anteriores¹¹¹.

¹¹¹ - "Se os instrumentos de evasão ao ajustamento, então requeridos, funcionaram no período 74-79, isto se deve à conjugação de vários fatores positivos, que não mais se repetiram no período mais recente e que dificilmente voltarão a ocorrer, salvo uma ou outra exceção, nos próximos dois ou três anos. Esses fatores foram: 1) abundância de crédito bancário internacional, oferecido a taxas de juros reais negativas (o crédito cessou e as taxas tornaram-se positivas); 2) enfraquecimento da moeda norte-americana que ainda serve de base para as desvalorizações do cruzeiro (o dólar, agora valorizou-se); 3) temporária recuperação dos nossos termos de troca após a queda do café em 1975 e a valorização dos preços das "commodities" agrícolas em 1977 (esta seria, atualmente, a única variável favorável ao Brasil); 4) elevada reserva cambial brasileira, sustentando a

TABELA 20 - BRASIL- Relação de Troca 1968-1989

ANOS	RELAÇÕES DE TROCA
1968	83
1969	80
1970	89
1971	82
1972	87
1973	95
1974	78
1975	76
1976	85
1977	100
1978	86
1979	79
1980	65
1981	55
1982	54
1983	53
1984	58
1985	58
1986	78
1987	71
1988	72
1989	68

FONTE: Relatório do BACEN

A política econômica expansiva posta em prática pelo ministro Delfim Netto vai encontrar uma forte oposição da Comunidade Financeira Internacional, que dificulta a rolagem da dívida externa brasileira. O Sistema Privado de Crédito Internacional se recusa a rolar a dívida externa sem um programa

credibilidade na política de minidesvalorizações(as reservas acabaram); 5) manutenção do regime de reajustes anuais de salários, ligeiramente por baixo da taxa de inflação(o decreto salarial de 1979 derrogou esta prática)". RABELLO DE CASTRO, Paulo. Macroeconomia madrastra. Microeconomia mirrada. In: FMI x Brasil: A Armadilha da Recessão. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil. p.130-31. nov. 1983.

de estabilidade em virtude do montante da dívida e da situação da conjuntura internacional. Apesar da implementação de medidas visando uma maior abertura externa (abertura de 123 novas áreas de contrato de risco para a exploração de petróleo, suspensão dos depósitos compulsórios sobre as importações e anulou-se a "lei de similar nacional" que proibia a importação de bens de capital similares aos fabricados no país: e redução de subsídios às exportações de produtos manufaturados) e de incentivos a captação de empréstimos para garantir o giro da dívida, foi praticamente impossível conseguir o volume necessário de recursos¹¹⁸.

As dificuldades na captação de novos empréstimos de médio e longo prazo, provocam uma nova expansão da dívida de curto prazo (veja tabela 16) e a redução das reservas internacionais¹¹⁹. A necessidade de se conseguir recursos externos chega a um ponto em que até os estados e municípios foram autorizados a contratar empréstimos no exterior.

Em virtude da reciclagem da dívida externa brasileira exigir um volume crescente de empréstimos junto a comunidade financeira internacional, o governo brasileiro, sem recorrer ao FMI, adota várias medidas que vêm de encontro ao receituário

¹¹⁸- BAER, Mônica. Op. cit. p.116-118.

¹¹⁹- CRUZ, Paulo D. Dívida externa e política econômica. São Paulo: Brasiliense. 1984. p.83-92.

ortodoxo¹¹⁴ do Fundo, visando atender as pressões externas¹¹⁵.

O discurso do ministro Antônio Delfim Netto que, inicialmente, era de elevação da taxa de poupança interna, se modifica e passa a procurar elevar a captação de poupança externa em virtude da necessidade de recursos para o pagamento da dívida para com os credores do exterior.

São postas em prática políticas de ajustamento (políticas internas austeras e as políticas externas de sustentação às exportações) visando reduzir a absorção interna e gerar saldos comerciais que fornecessem as divisas necessárias para serem usadas no pagamento da dívida junto ao sistema privado de crédito internacional. O resultado é que o crescimento econômico do PIB cai de 9,2% em 1980 para - 4,4% em 1981. Em virtude da inflação permanecer na casa dos três dígitos, presenciamos uma recessão com inflação (Estagflação). Pelo lado da área externa se obtém uma grande melhora: a balança comercial que tivera um déficit de 2,8 bilhões em 1980 passa a apresentar um superávit de 1,2 bilhões em 1981. Esse resultado favorável é

¹¹⁴- "A política econômica, geralmente consubstanciada nas recomendações do Fundo Monetário Internacional, é a seguinte: 1) reduzir as despesas do Estado e equilibrar o orçamento público; 2) reduzir e controlar a quantidade de moeda em circulação; 3) liberalizar os preços de quaisquer tabelamentos; 4) liberalização da taxa de juros que, dada a redução da oferta de moeda, deverá aumentar; 5) liberalizar ou tornar realista (geralmente desvalorizando) a taxa de câmbio; 6) eliminar todos os subsídios; 7) reduzir os salários dos trabalhadores". BRESSER PEREIRA, Luiz C. Economia brasileira- uma introdução crítica. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1983, p. 148.

¹¹⁵- MUNHOZ, Dércio G. Negociação com os bancos credores- a urgência na redefinição de objetivos. In: FMI x Brasil: a armadilha da recessão. São Paulo: Fórum Gaz. Mercantil. 1983, p.39.

mais fruto de um aumento das exportações (16%) do que da redução nos bens importados (4%).

Entretanto, a política de atuação do Sistema Privado de Crédito Internacional, foi a de manter o volume de empréstimos somente em condições de reciclagem a dívida externa. A atuação destes bancos foi resultado dos seguintes fatores:

1) Os países subdesenvolvidos estavam fortemente endividados;

2) Elevação da proporção dos juros pagos sobre o total das exportações;

3) Elevada "exposure" dos bancos a devedores fortemente endividados¹¹⁶.

A situação da dívida externa fez com que a economia passasse a ser "administrada" em função dos problemas do balanço de pagamentos e se restringisse ao curto prazo. As políticas que implicassem em crescimento de médio e longo prazo são relegadas a um segundo plano em virtude da necessidade de atendimento das exigências de "fechamento" do balanço de pagamentos¹¹⁷.

A utilização da política econômica ortodoxa não solucionou o problema do setor externo brasileiro e nem impediu a

¹¹⁶- CAVALCANTI, Carlos B. Op. cit. p. 29-30.

¹¹⁷- "Eventos externos, mais que escolhas internas, ditam o curso da ação governamental que passa a ter características de resposta a estes eventos, perdendo progressivamente a capacidade de montar uma estratégia coerente para o médio prazo". MALLAN, Pedro. O Problema da dívida externa. In: A Economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira. Rio de Janeiro: Vozes/Achiané. 1972. p. 17.

ida do Brasil ao FMI, após o setembro negro de 1982¹¹⁸. O volume de recursos externos em moeda tornam-se inferiores ao serviço da dívida, por volta de 1982. O Brasil já não conseguia mais captar o volume de recursos necessários para fechar o balanço de pagamentos e cumprir seus compromissos frente a Comunidade Financeira Internacional. Era o fim do modelo de crescimento econômico que contava com o apoio do endividamento externo¹¹⁹.

O resultado deste período (1981-82) é uma grave recessão interna e que levou aos seguintes resultados: crescimento da dívida externa do setor público, aceleração e expansão da dívida de curtíssimo prazo e substancial perda de reservas internacionais¹²⁰. O desempenho favorável da balança comercial em 1982, com um superávit de US\$ 780 milhões, se deu em virtude de uma forte redução no volume de importação que se

¹¹⁸- "Mas ao discutir a crise de balanço de pagamentos do Brasil, não convém exagerar a importância dos efeitos colaterais das crises na Argentina e no México. Mesmo na ausência de episódios dramáticos na América Latina, a captação dos recursos externos necessários ao "fechamento" do balanço de pagamentos não teria sido tarefa fácil para nosso país em 1982. Pela dimensão de seu endividamento e por sua vulnerabilidade a choques externos reais e financeiros, o Brasil vem encontrando sérias dificuldades de captação externa desde 1980". BATISTA Jr., Paulo N. Mito e realidade na dívida externa brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983. p. 53.

¹¹⁹- "O modelo de crescimento com endividamento atingira o seu ponto de esgotamento. Era chegada a hora de socializar as perdas do endividamento externo". PORTELLA FILHO, Petrônio. Op. cit. p. 53.

¹²⁰- RESENDE, André L. A Ruptura no mercado internacional de crédito. In: ARIDA, Pércio. Dívida externa, recessão e ajuste estrutural- o Brasil diante da crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982. p. 52. BATISTA Jr., Paulo N. Op. cit. p. 51. e em GOLDENSTEIN, Sérgio. Op. cit. p. 144.

reduziu de US\$ 22,1 bilhões em 1981 para US\$ 19,3 bilhões em 1982. Contudo, o déficit em transações correntes se elevou em virtude do crescimento das despesas com o pagamento de juros^{1 R 1}.

TABELA 21 - BRASIL- Indicadores da Dívida Externa

PERÍODO	DÍVIDA BRUTA MÉDIO E LONGO PRAZOS/ EXPORTAÇÃO	DÍVIDA/ PIB	SERVIÇO/ PIB	SERVIÇO/ EXPORTAÇÃO	RESERVAS/ DÍVIDA	RESERVAS/ IMPORTAÇÕES
1968	2,0	10,5	2,1	33,4	6,8	13,8
1969	1,9	11,1	2,1	29,2	14,9	32,9
1970	1,9	15,5	2,6	33,1	22,4	47,3
1971	2,3	13,6	2,4	39,7	26,0	53,1
1972	2,4	16,3	2,7	39,1	43,9	98,8
1973	2,0	15,0	2,6	35,3	51,0	103,6
1974	2,2	15,6	2,3	32,5	30,7	41,7
1975	2,4	16,4	2,8	42,3	19,1	33,1
1976	2,6	17,0	3,1	47,4	25,2	52,8
1977	2,6	18,2	3,5	50,8	22,6	60,3
1978	3,4	21,7	3,9	62,1	27,3	86,9
1979	3,3	22,5	4,8	69,3	19,4	53,6
1980	2,7	22,9	4,8	56,2	12,8	30,1
1981	2,6	23,2	5,8	66,1	12,2	34,0
1982	3,5	24,7	6,4	90,7	5,7	20,6
1983	3,7	39,4	7,9	75,0	5,6	29,6
1984	3,4	42,7	7,8	61,7	13,2	86,2
1985	3,7	42,1	8,0	71,0	10,9	79,7
1986	4,5	37,4	7,7	93,4	6,6	48,1
1987*	4,1	35,5	7,5	86,2	6,9	49,5
1988	3,0	29,3	7,2	74,2	8,9	62,6
1989	2,9	20,6	9,0	125,7	9,7	52,9

FONTE: Conjuntura Econômica e demais tabelas do texto

Apesar de todos os indicadores a respeito da dívida externa brasileira apresentarem um quadro de deterioração

^{1 R 1} - O déficit em transações correntes passa de US \$12,8 bilhões em 1981 para US \$16,3 bilhões em 1982.

constante e perigoso (vide tabela 21), a insolvência externa do Brasil foi agravada quando da reorientação do fluxo de capital internacional num contexto de endividamento externo deliberado e crescente do governo brasileiro. Segundo Rubens D. Almonacid, inicialmente o Sistema Financeiro Internacional interrompeu o empréstimo de dinheiro novo, posteriormente se recusou a financiar o montante dos juros, para finalmente se negar a renovar o principal. A grave consequência desse fato decorreu de que o Brasil e os demais países devedores do mercado internacional de crédito foram obrigados a passar, em curto espaço de tempo, de importadores líquidos a exportadores de poupança¹²².

O discurso oficial das autoridades brasileiras apontava a crise do petróleo como o elemento responsável pela crise¹²³. Todavia, o choque do petróleo atingiu tanto os países que importam o petróleo (Brasil), como também países exportadores tradicionais do produto (México e Venezuela), e deixou praticamente imune alguns países industrializados dependentes do petróleo (Japão) que continuaram a crescer sem acumular dívida externa. Outro ponto a ressaltar é que o impulso inicial no ritmo de crescimento da dívida externa brasileira (1970-73) foi

¹²²- ALMONACID, Ruben D. , PINOTTI, Maria C. Op. cit. p. 7-8. GOLDENSTEIN, Sergio. Op. cit. p. 161-63. e em PORTELLA FILHO, Petrônio. Op. cit. p 26.

¹²³- GALVEAS, Ernane. Economia brasileira- desafios e realizações. In: Revista de finanças públicas. ano XI. n. 348. p. 55-63. out./dez. 1981.

anterior à crise do petróleo (1974) e ao surgimento do déficit público interno¹²⁴.

Por outro lado, o agravamento da crise do setor externo do Brasil, foi uma oportunidade para que os setores conservadores passassem a apontar os desequilíbrios macroeconômicos como os responsáveis pela crise vivida pela sociedade brasileira¹²⁵. Desse modo, fatores tais como a estatização da economia, a execução de obras faraônicas, excesso de gastos públicos foram apontados como os principais causadores da crise brasileira. Entretanto, o endividamento dos países em desenvolvimento, que teve início em virtude do crescimento da oferta de recursos por parte do mercado de Eurodólares e do comportamento da taxa de juros internacional, foi fortemente abalado pela falta de oferta de recursos que permitisse a continuação da rolagem da dívida¹²⁶. Os EUA ao modificar sua política econômica interna, se transformou em forte demandador de recursos no sistema financeiro internacional, levando os bancos a redirecionar os seus recursos em detrimento dos países

¹²⁴- ALMONACID, Ruben D. , PINOTTI, Maria C. Op. cit. p. 1-2.

¹²⁵- Embora os ideólogos do regime de 1964 e os setores conservadores somente ressaltassem as virtudes da economia brasileira, um grupo de estudiosos progressistas já apontava vários desequilíbrios na estrutura dessa economia desde o período do "Milagre" brasileiro 1968-1973.

¹²⁶- "Assim como o excesso de crédito promoveu o endividamento da América Latina, o esgotamento súbito desse crédito precipitou a crise final". KUCINSKI, Bernardo , BRANFORD, Sue. A Ditadura da dívida. São Paulo: Brasiliense. 1987. p.199.

em desenvolvimento¹²⁷. Esse fato provocou uma crise em todos os países que dependiam dos empréstimos do sistema privado de crédito internacional¹²⁸. Entretanto, não devemos nos esquecer do peso que deve ser dado aos erros da política econômica brasileira na formação, expansão e agravamento do endividamento externo brasileiro¹²⁹.

Com uma grande dívida externa, primeiro a Polônia, depois o México, declararam impossibilidades de honrar seus compromissos junto à comunidade financeira internacional, recorrendo ao FMI. Posteriormente, no dia 7 de setembro é a vez da Argentina também se declarar inadimplente e pedir a ajuda do Fundo Monetário Internacional. O Brasil é, pouco tempo depois, forçado a recorrer ao FMI e aplicar uma política de ajustamento "ortodoxo" na sua economia sob a supervisão do Fundo.

¹²⁷- "A política econômica dos EUA é sem dúvida uma das principais responsáveis pela gravidade da crise econômica-financeira mundial" BATISTA Jr. Paulo N. Op. cit. p. 58.

¹²⁸- "Assim, a política econômica praticada na administração Reagan, teve efeitos de desajustes estruturais sobre a economia mundial mais severos que os dois choques de petróleo ocorridos na década de setenta". TAVARES, Maria C. Op. cit. p. 18.

¹²⁹- "O fato de os choques externos poderem explicar uma parte tão grande da acumulação da dívida não implica, naturalmente, a ausência de erros da política econômica brasileira". CARDOSO, Eliana, DORNBUSCH, Rudiger. Dívida brasileira: réquiem para a política de muddling through. In: Pesquisa e planejamento econômico. Rio de Janeiro: IPEA. v.18. n. 2. p.220. ago.1988.

3.3 As políticas de ajustamento pós-1983

3.3.1 Os Pilares teóricos do programa de ajustamento do FMI-Fundo Monetário Internacional¹³⁰.

O programa de ajustamento preconizado pelo FMI consiste de uma mistura dos "approches" da Absorção (que se apoia na diminuição das despesas do consumo e dos investimentos globais), da Elasticidade (que prega a desvalorização da moeda nacional com o objetivo de aumentar as exportações e diminuir as importações), do Ajustamento monetário da Balança de Pagamentos (que significa regulação do circuito monetário da economia nacional à balança de pagamentos), e, finalmente, o approche micro-econômico da estrutura da oferta (que se apoia nas políticas de preços sinceros e na eficiência da alocação dos fatores de produção).

É o approche pós-keynesiano da absorção que o programa do FMI tem como objetivo principal. Este fato decorre da necessidade de se gerar um excedente econômico capaz de ser exportado⁶ e assim criar divisas necessárias ao pagamento da dívida externa. Porém, para que a estratégia de diminuição da absorção interna funcione perfeitamente, deve estar apoiada em medidas complementares objetivando uma maior flexibilidade da estrutura de oferta de bens e serviços. Daí por que o Fundo Monetário Internacional defende a "retirada do Estado da economia"

¹³⁰ - AMARAL FILHO, Jair. Os Pilares teóricos de ajustamento do Fundo Monetário Internacional (FMI). Fortaleza: UFC/CAEN. 1990. mimeo.

e advoga uma maior liberdade ao funcionamento do mercado. Por outro lado, a estratégia macroeconômica que visa a convergência entre os approches da absorção e monetário decorre da necessidade de mobilização da poupança a fim de criar o excedente econômico para transformar a balança de pagamentos excedentária sem os recursos de dinheiro novo do exterior.

E foi justamente nesta linha a política econômica implementada pelo governo brasileiro em 1983 após recorrer ao Fundo Monetário Internacional.

3.3.2 A resposta brasileira ao problema da transferência Financeira

O período que se inicia em 1982/83 pode ser designado como o ponto de ruptura com o passado¹³⁴. O Brasil que durante as décadas de 60 e 70, fora um dos grandes demandadores de recursos no sistema financeiro internacional, se depara então, com o problema da transferência financeira para o exterior.

A dinâmica interna da economia brasileira passou a partir de 1982/83 a ser condicionada pelo "Problema da Transferência Financeira para o Exterior". Este problema determinou que a economia nacional teria que gerar divisas

¹³⁴ - CAVALCANTI, Carlos B. Op. cit. p. 31-33; MUNHOZ, Dércio G. Op. cit. p. 38. e FERRER, Aldo. Dívida externa, estratégia de desenvolvimento. In: Revista de economia política. São Paulo: Brasiliense. v.7. n.2. p.41. abr./jun. 1987.

necessárias ao serviço da dívida externa e não mais a disposição sob a forma de empréstimos no sistema privado de crédito internacional. Dito de outra forma, a partir deste momento se tornou necessário transformar o sistema produtivo em produtor de divisas, e por intermédio do processo de exportação de mercadorias obter saldos comerciais suficientes para resolver o constrangimento imposto pelo pagamento da dívida externa.

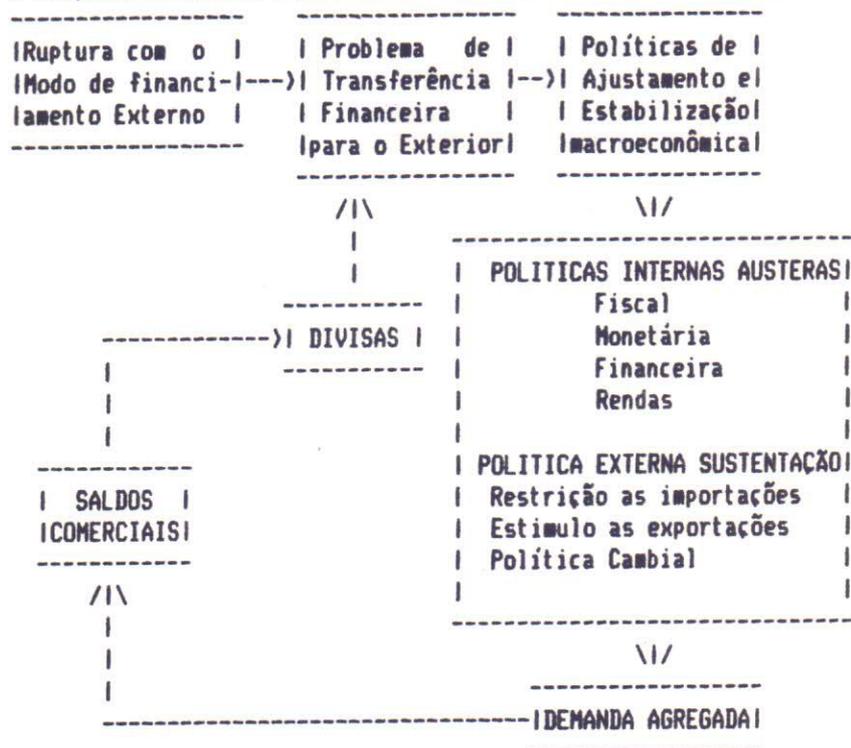
Ao longo dos anos oitenta, o governo brasileiro passou a implementar uma política de ajustamento e estabilização macroeconômica, visando atender a necessidade de geração de divisas para o pagamento do serviço da dívida externa do Brasil. Foi implementada uma política de contração da demanda interna, para a criação de excedentes exportáveis, que deveriam fornecer os saldos comerciais (divisas) necessários ao pagamento dos juros aos credores externos¹³². O quadro I dá uma mostra de como o governo brasileiro respondeu a este problema.

As políticas internas e as políticas externas estarão voltadas para o atendimento das necessidades da dívida externa brasileira. As políticas externas de sustentação (política de estímulo à exportação, restrições às importações e a política cambial (desvalorização da moeda nacional) viabilizaram

¹³² - As políticas de estabilização baseadas na contenção da demanda interna predominaram entre 1981-1984 e grande parte de 1985. De 1986 a 1989 tivemos vários planos heterodoxos (Plano Cruzado, Plano de Estabilização Macroeconômica e Plano Verão) preocupados com o desequilíbrio interno da economia, mas mantendo a política de superávits comerciais; vide ZINI JÚNIOR, Álvaro A. O Brasil num cruzamento: dívida externa e exaustão fiscal. In: Revista de economia política. São Paulo: Brasiliense. v.10. n. 1. p. 32-53. jan./mar. 1990.

QUADRO I

A Resposta Brasileira ao Problema da Transferência Financeira



FONTE: AMARAL FILHO, Jair do. Políticas de ajustamento no Brasil entre 1930 e 1937: a industrialização apesar do problema da transferência financeira para o exterior. Fortaleza: UFC/ CAEN. 1990. (Texto para discussão) mimeo.

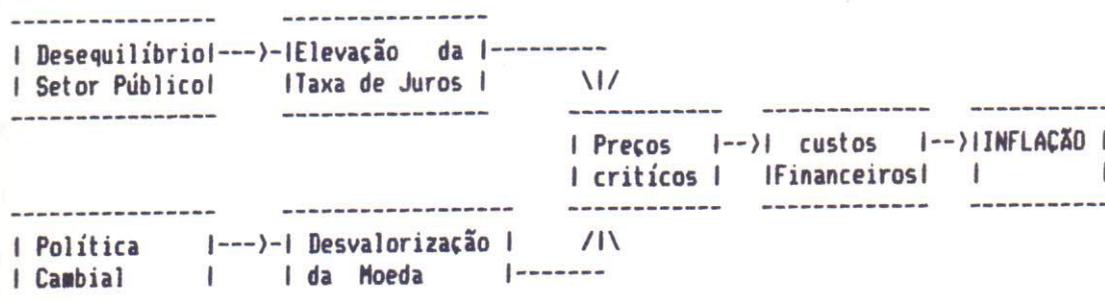
a obtenção de elevados superávits comerciais. Aliado a este fato, existiam também as políticas internas (fiscal, monetária, financeira e de rendas), que além de reduzirem a absorção interna (despesa com produtos internos e de importação), possibilitaram ao principal devedor (Estado) criar uma moeda (títulos públicos) para com eles adquirir as divisas do setor privado e realizar o pagamento da dívida externa do Brasil.

Entretanto, a elevação da taxa de juros interna em

decorrência do desequilíbrio do Setor Público e a desvalorização da moeda em consequência da política cambial irão se transformar nos preços críticos da economia brasileira durante a década de oitenta. Estes preços críticos forçarão a elevação dos custos financeiros e, conseqüentemente, se tornarão os responsáveis pela elevação da inflação no Brasil durante este período. O quadro II apresenta o processo mencionado (A elevação dos custos provocando uma inflação de custos).

QUADRO II

Fatores Responsáveis pela elevação da Inflação no Brasil



A política econômica voltada para atender o pagamento do serviço da dívida externa brasileira provocou o agravamento da situação econômica interna, com o aprofundamento de questões como inflação, déficit público, desemprego, etc. Estes diversos problemas ganham autonomia em relação à dívida externa e fazem com que a política econômica do governo federal passasse a dar prioridade aos assuntos internos, sem contudo dificultar a

geração de excedentes para o exterior¹⁹³.

Como já mencionado, a implementação da política externa de sustentação que visava estimular as exportações, restringindo as importações, associado a desvalorizações cambiais, que será responsável por megassuperavits¹⁹⁴ comerciais (vide tabela 22).

Em virtude da dívida externa ser, na sua maior parte, de responsabilidade do Estado (69,6% da dívida em moeda da lei nº 4131 em 1981, ver tabela 18), ocorreu ao longo dos anos 80 um aprofundamento da dívida pública interna. A política econômica foi dirigida visando mobilizar os recursos internos necessários para que o Estado pudesse pagar o serviço da dívida aos credores. Assim sendo, o governo brasileiro utilizou a emissão de títulos públicos para financiar tanto a compra de divisas ao setor exportador, como para reciclar a própria dívida interna. As principais consequências para a economia brasileira da utilização desta prática foi a forte elevação das taxas de juros internas, elevada pressão dos custos financeiros, aceleração da inflação e substituição de investimentos produtivos por

¹⁹³- Embora o Plano Cruzado tenha reduzido o saldo da balança comercial em 1986, este ainda assim, permaneceu em um nível bastante elevado, atingindo cerca de US \$ 8,3 bilhões (veja tabela 22).

¹⁹⁴- GIAMBIAGI, Fábio. Paridades cambiais, dívida externa e ajustamento: reflexões sobre o caso brasileiro- 1983/87. In: Pesquisa e planejamento econômico. Rio de Janeiro: IPEA. v.18. n.2. p.454. ago. 1988.

investimentos financeiros realizado pelos empresários^{130B}.

TABELA 22 - BRASIL- Composição e Saldo da Balança Comercial
1968/1989 US\$ milhões

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1968	1.881	1.855	26
1969	2.311	1.993	318
1970	2.739	2.507	232
1971	2.904	3.247	-344
1972	3.991	4.235	-244
1973	6.199	6.192	7
1974	7.951	12.641	-4.690
1975	8.670	12.210	-3.540
1976	10.128	12.383	-2.255
1977	12.120	12.023	97
1978	12.659	13.683	-1.024
1979	15.244	18.083	-2.839
1980	20.132	22.955	-2.823
1981	23.293	22.091	1.202
1982	20.175	19.396	779
1983	21.899	15.429	6.470
1984	27.004	13.916	13.088
1985	25.639	13.153	12.486
1986	22.393	14.044	8.349
1987	26.225	15.051	11.174
1988	33.787	14.605	19.182
1989	34.406	18.255	16.151

FONTE: Boletim do BACEN

BCME-BIBLIOTECA

As políticas de ajustamento visando forçar o sistema produtivo brasileiro a fornecer divisas para o pagamento do serviço da dívida externa mostrarão a flexibilidade e a

^{130B}- AMARAL FILHO, Jair do. O Problema orçamentário brasileiro: um problema mal resolvido e seus efeitos sobre a inflação e a financiarização da economia. Fortaleza: UFC/CAEN. 1989. (Séries Textos para Discussão; n.74)

diversificação da estrutura produtiva brasileira¹³⁶. Logo após a crise de 1982, o Brasil destacou-se por ser quase o único país devedor e periférico a conseguir ajustar o seu balanço de pagamentos, gerando as divisas necessárias para o pagamento do serviço da dívida sem necessitar de novos recursos, em grande volume, junto a Comunidade Financeira Internacional- exceção de 1983¹³⁷. Entretanto, durante esse processo, encontramos o prosseguimento do desenvolvimento das fragilidades do regime de acumulação e da formação social brasileira, que são características do Brasil desde a formação e consolidação da industrialização¹³⁸.

As políticas econômicas implementadas pelo governo brasileiro, após recorrer ao FMI em janeiro de 1983 e ao longo da década de 80, podem ser divididas nos seguintes períodos:

1- Período de 1983-84 - Política de ajustamento ortodoxo sob a orientação do FMI.

2- Período de 1985-89 apresenta um misto de ortodoxia e heterodoxia (Governo da Nova República)

¹³⁶- BARROS DE CASTRO, Antônio , PIRES DE SOUSA. Francisco E. A Economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

¹³⁷- GIAMBIAGI, Fabio. Op. cit. p. 454.

¹³⁸- "A economia latino-americana encontra-se diante de um quadro pós-cepalino, cujas misérias herdadas e antigas se acumulam com misérias típicas dos anos 80. De repente as potencialidades e plasticidades emergentes nos anos 60 e 70 parecem estar sufocadas pela força inercial de nossas fragilidades". AMARAL FILHO, Jair do. Contra o estatuto da dívida externa: um paradigma pós-cepalino. In: Jornal do Economista. São Paulo: CORECON. n.30. p.3. out. 1990.

2.1- Ano de 1985- O Ministro Francisco Dornelles implementará uma política monetária restritiva durante sua gestão, de março a agosto de 1985.

2.2- Agosto de 1985 a abril de 1987- Sob o comando do Ministro Dilson Funaro temos o período de desenvolvimento, implantação e morte do Plano Cruzado. É uma fase marcada pela expansão da economia e de problemas na área externa.

2.3- Abril a dezembro de 1987- A administração do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira utiliza a política de redução da demanda interna e dos salários reais visando recompor o superávit da balança comercial.

BCME-BIBLIOTECA

2.4- Os anos de 1988 e 1989- Com o Ministro Mailson da Nobrega no comando da economia, temos uma tentativa de liberalização da economia e o descontrole da inflação no Brasil.

Conforme iremos perceber, apesar do governo brasileiro procurar implementar políticas de ajustamento visando o pagamento do serviço da dívida externa, o agravamento de questões que se autonomizam em relação a dívida externa fará com que as autoridades econômicas procurem também obter um equilíbrio interno da economia¹⁹⁹.

¹⁹⁹- "A política econômica brasileira nos anos oitenta tem sido uma sucessão de tentativas para ajustar a economia, mudando-se a ênfase entre o objetivo de equilíbrio externo e interno. Períodos de redução da absorção para equilibrar as contas externas são seguidos por períodos de expansão da demanda interna para conter o desemprego ou então por programas de congelamento de preços para combater a inflação. A sucessão de planos e programas com ênfases contrastantes e terapias opostas deixou a economia sem equilíbrio interno (em 1988 a inflação de dezembro a dezembro ultrapassou 1000%) e sem equilíbrio externo (ou com uma estratégia de longo prazo para lidar com a dívida externa)". ZINI

3.3.2.1 O Brasil na fase de ajustamento ortodoxo sob a orientação do FMI(1983-84)

O governo brasileiro, apesar dos sucessivos desmentidos realizados por sua equipe econômica, ao longo de 1983, anuncia sua ida ao Fundo Monetário Internacional, logo após as eleições de novembro de 1982. Enquanto isso, procurando resguardar o sistema financeiro internacional e não agravar a crise deflagrada com a moratória mexicana, o tesouro americano, o FMI, o BIS e os bancos comerciais estrangeiros fornecem créditos de emergência para o governo brasileiro¹⁴⁰.

A 7 de janeiro de 1983, o governo brasileiro encaminha formalmente a 1ª carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional. Neste documento o governo brasileiro se comprometia a reduzir o déficit público, desvalorizar sua moeda, reduzir os salários reais dos trabalhadores, eliminar subsídios, acabar com as restrições às remessas de lucros, royalties e de assistência técnica, elevar os preços dos combustíveis e remover a política⁶ de crédito favorecido à agricultura¹⁴¹.

A partir deste momento, o FMI impõe as suas famosas "condicionalidades" ao Brasil, pois sua visão parte da hipótese

JUNIOR, Alvaro A. Op. cit. p. 36.

¹⁴⁰- O tesouro americano forneceu US \$ 900 milhões, o FMI US \$ 500 milhões, o BIS(Bank of International Settlements) US \$ 500 milhões e os bancos comerciais US \$ 2,3 bilhões.Vide CAVALCANTI, Carlos B. Op. cit. nota 26, p.86.

¹⁴¹- MUNHOZ, Dércio G. Op. cit. p.41.

de que as dificuldades do país decorrem exclusivamente de causas internas (utilização de políticas não apropriadas). Baseado nesta ótica, o Fundo submeteu o país a um bloco de decisões de política econômica que reduzia a renda e a demanda interna, forçando as empresas a buscar mercado externo. Aliado a esta política, o FMI prescreveu uma política de desvalorização cambial e de arrocho salarial para reduzir os preços no mercado internacional e elevar o poder de competição das exportações brasileiras.

Em virtude do programa apresentado ao FMI estar apoiado em hipóteses e metas impossíveis de serem cumpridas, o governo brasileiro teve necessidade de apresentar a 2ª carta de intenções (24 de fevereiro) e a 3ª (15 de setembro) em menos de um ano^{1.422}. Novas cartas de Intenções foram elaboradas durante o ano de 1984 sem que o governo consiga cumpri-las. Contudo, o período de 1983 e 1984 é marcado pela utilização de políticas de ajustamento recomendadas pelo Fundo. Ocorre que a inadequação do modelo do FMI para as economias subdesenvolvidas tornava as metas a serem atingidas pela economia brasileira irrealistas, o que

^{1.422} - "Os observadores que acompanharam as negociações com o Fundo e leram com atenção a carta de Intenções e o Memorando Técnico ficaram preocupados com os compromissos assumidos por nossas autoridades. Para começar, o critério de mensuração do déficit -proposto pelos técnicos daquele organismo multilateral, e aceito pelos negociadores brasileiros- está sujeito a muitas restrições". BELLUZZO, Luiz G. M. O Senhor e o unicórnio- a economia dos anos 80- crônicas. São Paulo: Brasiliense.1984. p.163.

redundava em constantes revisões¹⁴³.

O conjunto de políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional tinha o único objetivo de conseguir que o país obtivesse saldos comerciais, para garantir a cobertura dos encargos financeiros dos empréstimos realizados no exterior. Eram claros os efeitos depressivos da utilização das políticas recomendadas pelo Fundo. Entretanto, este organismo internacional não determinava explicitamente quais as classes sociais que deveriam pagar pela transferência dos recursos, nem quais seriam os limites da ordem social e política na aplicação de suas medidas, ficando a decisão na dependência do governo brasileiro¹⁴⁴.

O programa de ajuste acertado com o FMI, apesar de não atender ao cumprimento de várias cláusulas, levou a que o Brasil, em 1983, permanecesse em recessão pelo 3º ano consecutivo. É um período marcado pela escassez de divisas¹⁴⁵, impasse na negociação com os credores e obtenção de considerável superávit comercial (US \$ 6,4 bilhões). O crescimento das exportações (8,44%) e a redução das importações (20,44%) foram os

¹⁴³) BACHA, Edmar L. Prólogo para a terceira Carta, In: FMI x Brasil - a armadilha da recessão. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil. 1983. p. 113-128.

¹⁴⁴ - AMARAL FILHO, Jair do. Os Pilares teóricos de ajustamento do Fundo Monetário Internacional (FMI). Op. cit. p.4.

¹⁴⁵- "A partir de fevereiro de 1983, o Banco Central começou a adiar a liquidação de obrigações vencidas, uma vez que a disponibilidade de caixa em moeda estrangeira havia atingido o seu nível operacional mínimo. Em junho, o valor total dos pagamentos em atraso alcançava US \$ 927 milhões". CAVALCANTI, Carlos B. Op. cit. p. 44.

responsáveis pelo desempenho favorável do setor externo. Entretanto, a nível interno a inflação acelera-se (141,0% em 1983), ocorreu um declínio na taxa de investimento (a formação bruta de capital fixo foi de 16,5%) e o déficit do setor público se eleva em virtude do pagamento dos juros da dívida externa e interna (vide tabela 23).

TABELA 23 - BRASIL- Indicadores Economicos

	(X) e US\$ milhões									
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Crescimento do PIB	9,2	-4,4	0,6	-3,4	5,3	7,9	7,6	3,6	-0,1	3,3
Renda Per Capita	6,8	-6,5	-1,6	-5,6	2,7	5,9	5,3	1,5	-2,0	1,5
Inflação(defla. Implícito do PIB)	90,3	108,1	105,6	141,0	215,0	232,0	144,0	210,0	673,0	1.334
Investimento Interno Bruto/PIB	23,3	23,0	21,0	16,5	15,3	17,0	19,2	22,0	21,8	22,4
Neces. Finan. Setor Público/PIB		12,0	15,8	19,9	21,8	28,0	11,0	31,4	48,5	73,0
Operacional		5,2	6,2	3,0	1,6	4,3	3,6	5,5	4,3	12,4
Transferência Bruta/PIB	17,9	18,5	15,3	13,2	15,3	16,9	17,3	21,5	23,0	22,5
Transferência Externa Líquida/PIB	5,4	4,4	5,7	3,3	0,0	0,1	1,9	0,5	-1,2	-0,1
Saldo Líq. enviada Exterior/PIB	3,2	4,0	5,1	5,7	5,5	5,2	4,4	3,7	3,7	2,7
Saldo Corrente Não-Fatores/PIB	-2,2	-0,4	-0,6	2,4	5,5	5,1	2,5	3,2	4,9	2,8

Fonte: Brasil-Programa Econômico V.26, set/90 e Relatórios do Bacen-Neces. Finan. Setor Público/PIB

A transferência brasileira de recursos líquidos se eleva a partir de 1983. A transferência financeira atinge os US \$ 7,3 bilhões em 1983 e a US \$ 2,5 bilhões em 1984, conforme informações contidas na tabela 24.

Apesar da existência do processo de transferência financeira para o exterior, a partir de 1984 aconteceu a retomada do crescimento da economia brasileira. Ocorreu um crescimento do Produto Interno Bruto em 5,0% e da renda per capita de 2,7%

segundo dados do IBGE. O superávit comercial obteve um outro aumento significativo atingindo os US \$ 13,1 bilhões, que aliado ao ingresso líquido de empréstimos compensatórios e involuntários permitiu a recuperação do nível de reservas internacionais do país¹⁴⁶ (vide tabela 16).

O volume de renda líquida enviada ao exterior, que no ano de 1983 fôra de 5,7% do PIB, permaneceu em um nível bastante elevado, atingindo a 5,5% do Produto Interno Bruto em 1984, segundo os dados da tabela 23. A entrada de poupança externa líquida continuou sua queda e forneceu uma contribuição nula no ano de 1984, conforme se percebe nas informações contidas na tabela citada anteriormente.

TABELA 24 - BRASIL- Transferência de Recursos Reais e Financeiros ao Exterior (US \$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Transf. Rec. Financeiros	-	-	2.672,0	7.266,0	2.513,0	11.956,0	10.927,0	8.721,0
Transf. Finan.\Exportações								
Interess e Serv. Não-Fatores (%)	-	-	12,5	31,3	8,8	43,7	45,7	31,5
Transf. Recursos Reais	(5.289,0)	(1.001,0)	(1.868,0)	4.902,0	11.842,0	11.499,0	7.092,0	9.714,0
Transf. Real/PIB (%)	(2,2)	(0,4)	(0,7)	2,4	5,6	5,1	2,6	-
Transf. Real\Exportação								
Interess e ser. Não-Fatores (%)	(24,8)	(4,0)	(8,7)	21,1	41,5	42,1	29,7	35,1

(Continuar)

Elaborado com base em dados divulgados pelo Banco Central do Brasil

Fonte: Fundação Getulio Vargas e BACEN

Apesar do desempenho favorável, representado pelo crescimento econômico e pelo comportamento do setor externo, a

¹⁴⁶- CAVALCANTI, Carlos B. Op. cit. p. 31 e 46.

economia brasileira teve seu quadro interno agravado. Aconteceu uma nova elevação do índice de inflação em 1984 (215,0%), os salários reais continuaram em declínio e o investimento interno bruto atingiu o ponto mais baixo na década - 15,3%.

Os fatores responsáveis pela resposta favorável da economia brasileira na transferência de recursos ao exterior durante este período foram:

1- O ajuste recessivo implementado pelo governo brasileiro que reduziu as importações e promoveu as exportações;

2- A resposta do parque industrial brasileiro que teve ampliada a capacidade de produção de petróleo e eletricidade, de insumos básicos, e de bens de capital, em decorrência da política de diversificação realizada no 2º PND¹⁴⁷. Com isso, a expansão da capacidade produtiva resultante dos grandes projetos setoriais possibilitou tanto reduzir importações, como também permitiu o crescimento das exportações do país;

3- A modificação na estrutura do comércio exterior brasileiro, com o predomínio dos produtos industrializados nas exportações e uma tendência declinante na importação de bens de consumo e bens de capital¹⁴⁸.

¹⁴⁷- BARROS DE CASTRO, Antônio , PIRES DE SOUZA, Francisco E. Op. cit. p. 7-95.

¹⁴⁸- BONTEMPO, Helio C. Política cambial e superávit comercial. In: Pesquisa e planejamento econômico. Rio de Janeiro: IPEA. v.19. n.1. p. 53-54. abr. 1989.

3.3.2.2 O Período de 1985-1989 na fase de governo da Nova República

O ano de 1985 marcou o início de um novo governo para o Brasil: a Nova República. Durante este governo o problema da dívida externa brasileira e da transferência financeira para o exterior passará por fases distintas, de acordo com o ocupante do cargo de Ministro da Fazenda.

Inicialmente, o governo brasileiro manteve uma atitude convencional de negociação (Francisco Dornelles), que irá posteriormente ser relegada a uma posição secundária com a administração do ministro Dilson Funaro e sua declaração de moratória, para depois retomar os pagamentos da dívida com Bresser Pereira e Mailson da Nóbrega, finalizando com uma nova moratória - em virtude da dificuldade do Estado honrar seus compromissos externos apesar da economia brasileira gerar os dólares necessários para o serviço da dívida¹⁴⁹.

3.3.1.2.1⁶ O Período do ministro da fazenda Francisco Dornelles (março a agosto de 1985)

O Brasil não consegue chegar a um acordo com os bancos credores e nem com o Clube de Paris (dívidas brasileiras para com agências governamentais dos países desenvolvidos), em virtude da

¹⁴⁹- FREITAS, Carlos E. Por que renegociação descentralizada. In: Folha de São Paulo. São Paulo. 24/12/98. Economia, p. c.3.

rejeição do programa de ajustamento brasileiro para 1985 por parte do FMI, no fim do governo de João Baptista Figueiredo.

Ao tomar posse no cargo de Ministro da Fazenda do governo de José Sarney, Francisco Dornelles procurou fechar rapidamente um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Apesar de já surgir alguma divergência entre as autoridades econômicas com os bancos credores e o FMI, o objetivo do ministro foi acertar uma negociação que não implicasse em confronto com a comunidade financeira internacional.

Aceitando o padrão convencional de negociação do Fundo, o ministro da Fazenda Dornelles pôs em prática uma política econômica que visava realizar um ajuste interno e externo da economia pela via ortodoxa¹⁵⁰.

Enfraquecido com a morte de Tancredo Neves, o ministro Francisco Dornelles decidiu recuperar o prestígio combatendo a inflação. O corte da demanda interna, por intermédio da redução dos gastos governamentais e diminuição do déficit público, aliada a uma política de atraso nos reajustes das tarifas de serviço público, foram as medidas postas em prática pela equipe econômica, para tentar reduzir a inflação e promover as

¹⁵⁰- "O projeto de política econômica que o ministro Dornelles tentou implantar era de caráter nitidamente ortodoxo e, em tese, a maior parte de suas medidas viria ao encontro de uma política de ajuste recomendada pelo FMI. No entanto, as incoerências na sua implementação frustraram o avanço das negociações de um reescalonamento multianual da dívida externa". BAER, Mônica. A dívida externa brasileira: estratégia de negociação e impactos internos (1983/1987). In: BRESSER PEREIRA, Luiz C.(org.) Dívida Externa- Crise e Solução. São Paulo: Brasiliense. 1989. p.196.

exportações necesssárias a manutenção do superávit comercial. Se, por um lado, as autoridades econômicas conseguiram por em prática uma política monetária bastante restritiva, por outro lado, a política fiscal continuou expansiva, o que determinou resultados pouco favoráveis da política econômica¹⁵¹

O ministro Dornelles procurou reforçar ainda mais a sua política de redução do déficit público com elevação de receita (reduzindo o prazo de recolhimento dos impostos e elevando algumas alíquotas) e redução de despesas (cortes no gasto de custeio e investimento das estatais, e eliminação de subsídios), conseguindo desagradar tanto aos credores (o FMI acha fraca as medidas implementadas) como aos setores internos que não aceitavam a via da recessão e do desemprego.

As dificuldades de acerto com o FMI fizeram com que, em agosto de 1985, o Brasil e a comunidade financeira internacional decida pela prorrogação, por mais seis meses, dos termos de negociação da segunda fase¹⁵². Em meio a intensas pressões

¹⁵¹- ZINI JÚNIOR, ÁLVARO A. Op. cit. p. 38.

¹⁵²- "A fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira era na estrutura semelhante à fase 1, apresentando projetos equivalentes: 1- Projeto A (dinheiro novo)-aporte de novos recursos para o país pelos bancos comerciais estrangeiros, no montante de US \$ 6,5 bilhões; 2- Projeto B -reescalonamento automático das amortizações do principal devidas a bancos comerciais estrangeiros e brasileiros a vencer em 1984, no valor de US \$ 5,4 bilhões; 3- Projeto C -manutenção das linhas de créditos comercial de curto prazo durante o ano de 1984 no mesmo nível vigente em 30.06.83, ou seja, cerca de US \$ 9,8 bilhões; e 4- Projeto D - manutenção das linhas de depósito interbancários de instituições financeiras junto a agências de bancos brasileiros no exterior ao longo do ano de 1984 no mesmo nível de 30.06.83, ou seja, aproximadamente US \$ 5,4 bilhões". CAVALCANTI, Carlos B. Op. cit. p. 44-45.

internas ocorreu a substituição de Francisco Dornelles pelo Ministro Dilson Funaro.

A posse do novo ministro aconteceu no momento em que os assuntos internos passaram a adquirir maior importância que as questões do setor externo. Entretanto, o ano de 1985 se encerrou com a obtenção de mais um megasuperávit na balança comercial (US \$ 12,5 bilhões), que foi resultado da continuidade da política de redução das importações e da resposta do nosso parque industrial. Este fato decorreu em virtude do governo brasileiro ter-se negado a frear o crescimento econômico entre 1974-79, com a implantação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, possibilitando alterações na estrutura da economia que permitiram a continuação do crescimento das exportações, aliado a uma redução das importações no ano de 1985.

BCME-BIBLIOTECA

No que diz respeito ao campo interno, a economia continuou em crescimento (8,3% em 1985), a renda per capita se expandiu em 6,0%, mas a inflação se elevou para os 232% ao ano¹⁵⁹. (O quadro II ilustra a influência dos preços críticos na elevação da inflação na economia brasileira - elevação da taxa de juros e modificação do câmbio - apesar do crescimento). A transferência de recursos financeiros para o exterior se elevou abruptamente em virtude da falta de recursos externos (dinheiro

¹⁵⁹ - "Graças à elevação do poder aquisitivo de parcelas crescentes do proletariado, o mercado interno se expande, suscitando gradual ocupação da capacidade até então ociosa nas indústrias. O nível de emprego começa a se elevar, o que volta a acelerar a recuperação da economia". SINGER, Paul. O Dia da lagarta: democratização e conflito distributivo no Brasil do cruzado. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.43.

novo) para o Brasil do mercado financeiro internacional (em 1985 a transfêrencia financeira para o exterior foi de US\$ 11,9 bilhões, segundo dados que constam da tabela 24).

3.3.2.2.2 A Gestão de Dilson Funaro à frente do Ministério da Fazenda (setembro de 1985-abril de 1987)

Este período marcou o início das políticas econômicas que dão prioridade ao objetivo de obter o equilíbrio interno da economia brasileira. Em virtude do agravamento de questões internas como inflação e déficit público, os problemas da dívida externa e do balanço de pagamentos começaram a ficar em uma posição secundária na gestão da política econômica do novo governo¹⁵⁴.

Em uma primeira fase (setembro de 1985 -meados de 1986), o ministro Funaro respeitou o acordo firmado pela administração Dornelles e o FMI, embora se reservando ao direito de manter uma atitude crítica com relação à questão da dívida externa brasileira¹⁵⁵. Com uma atitude francamente

¹⁵⁴- "Durante boa parte de 1985 e 1986, a questão da dívida externa e o problema do balanço de pagamentos ficaram em posição secundária em relação às políticas econômicas internas do novo governo. A recuperação econômica acelerou-se, mas foi acompanhada da escalada inflacionária. O saldo da balança comercial brasileira permaneceu positivo e adequado ao pagamento dos juros da dívida até meados de 1986". CARDOSO, Eliana, FISHLOW, Albert. Op. cit. p. 53.

¹⁵⁵- BAER, Mônica. Op. cit. p. 198.

desenvolvimentista, o novo ministro manteve o crescimento econômico que havia sido retomado em 1984. Entretanto, as questões internas fazem com que a equipe econômica do governo passe a dar atenção a problemas como déficit público, inflação, desemprego, etc.

A situação favorável da conjuntura econômica externa- com queda da taxa de juros dos EUA, redução no preço do petróleo e o país de posse de reservas cambiais- favoreceu a implementação de um plano para atacar a aceleração inflacionária. Coerente com sua proposta desenvolvimentista, o ministro Dilson Funaro implementa o Plano Cruzado, com o objetivo de eliminar a inflação brasileira (revertendo as expectativas e acabando com a indexação formal) sem recorrer à via recessiva¹⁵⁶.

O Plano Cruzado, embora deixando para segundo plano o processo de transferência financeira para o exterior, não determinou a suspensão da saída dos recursos¹⁵⁷. O ano de 1986 apresentou uma queima de reservas internacionais de US \$ 3,9 bilhões, para a manutenção da transferência financeira em um nível bastante elevado, em virtude da redução do saldo da balança

¹⁵⁶- "O choque heterodoxo é, portanto, fundamentalmente, um programa de desindexação da economia, visando obter uma queda rápida da inflação sem recessão e, preferencialmente, sem criar grandes ganhadores ou perdedores na transição para a estabilidade dos preços". LOPES, Francisco. O Choque heterodoxo; combate à inflação e reforma monetária. Rio de Janeiro: Campus. 1986. p. 180.

¹⁵⁷- Dentre os objetivos embutidos no Plano Cruzado encontramos a procura de estabilidade no Balanço de Pagamentos para continuar cumprindo os compromissos financeiros com o exterior.

comercial para atender a elevação da demanda interna e o desabastecimento com o propósito de elevar as importações e reduzir as exportações.

Inicialmente, o Plano Cruzado foi um sucesso¹⁵⁸. A inflação que, em fevereiro, fora de 14,4% se medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e de 15,0% se olhássemos para o IGP-DI (Índice Geral de Preços- Disponibilidade Interna), foi de praticamente zero¹⁵⁹ entre os meses de fevereiro a julho de 1986. Entretanto, a não implementação de ajustes de caráter estrutural em tempo hábil provocou o fracasso do plano a nível interno e uma deterioração da balança comercial¹⁶⁰.

Foi a queda nas exportações, decorrente da maior absorção interna provocada pela expansão econômica originada pelo Plano Cruzado, e a elevação das importações que determinaram a redução no saldo da balança comercial e uma queda no nível das

¹⁵⁸- MODIANO, Eduardo. Da Inflação ao cruzado: a política econômica no primeiro ano da Nova República. Rio de Janeiro: Campus. 1986. p. 112-115.

¹⁵⁹- CARDOSO, Eliana, FISHLOW, Albert. Op. cit. p. 69.

¹⁶⁰- "O congelamento dos preços nominais por determinação legislativa inevitavelmente congelaria preços relativos em desequilíbrio. Se o congelamento anunciado fosse muito breve, fracassaria no objetivo de suprimir o impulso inflacionário herdado do passado; se muito longo, a inconsistência dos preços relativos bem como quaisquer choques sobre oferta ou demanda teriam de ser absorvidos pelo racionamento. A suspensão do congelamento seria seguida, provavelmente, por fortes pressões para se restabelecer as relatividades prévias, que faria reacender a inflação". ARIDA, Persio, LARA-RESENDE, André. Inflação inercial e reforma monetária: Brasil. In: ARIDA, Persio et al. Inflação zero- Brasil, Argentina e Israel. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986. p. 16-17.

reservas do país em 1986.¹⁴¹

A deterioração do saldo da balança comercial levou ao início de uma segunda fase na administração de Dilson Funaro (meados de 1986- abril de 1987). O governo brasileiro procurou ao longo deste período negociar a sua dívida externa com os bancos credores sem qualquer envolvimento do Fundo Monetário Internacional.

Depois de acertar com os bancos comerciais estrangeiros acordos sem a supervisão do FMI, o Brasil conseguiu no âmbito do Clube de Paris realizar o mesmo intento no dia 20 de janeiro de 1987. Todavia, a 20 de fevereiro, em telex enviado aos bancos credores, o governo brasileiro decretou uma moratória técnica. Foi uma medida visando proteger as reservas internacionais do país, que haviam chegado a um nível crítico de US \$ 3,9 bilhões, e obter um maior apoio político para o governo Sarney- em constante queda devido ao fracasso do Plano Cruzado¹⁴².

O desgaste sofrido pelo ministro Dilson Funaro com a fracassada experiência do cruzado, trouxe um aumento de pressão

¹⁴¹- "No plano cruzado a pressão da demanda interna, consubstanciada no aparecimento de ágios sobre os preços controlados, teve como consequência a redução nas vendas ao exterior de produtos industrializados, as quais evoluem de US \$ 3 bilhões no mês dezembro de 1985 para US \$ 1,2 bilhões em dezembro de 1986. Dessa forma, considerando a relativa estabilidade no nível de remuneração real das exportações, a explicação da redução do superávit é principalmente de ordem interna". BONTEMPO, Helio C. Política cambial e superávit comercial. In: Pesquisa e planejamento econômico. Rio de Janeiro: IPEA. v.19. n.1. p.61. abr. 1989.

¹⁴²- BAER, Mônica. Op. cit. p. 208-209.

contra a equipe econômica, e fez com que, pouco tempo depois de o ministro decretar a moratória, o mesmo peça demissão do cargo. Contudo, a administração de Funaro deixou a nível interno uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 7,6% em 1986, redução da inflação para 144% ao ano e diminuição do déficit do governo¹⁴³. Segundo Bresser Pereira¹⁴⁴, o déficit do setor público foi mantido praticamente constante entre os anos de 1985 e 1986, ficando em torno dos 4,0% do PIB.

3.3.2.2.3 A Fase do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira (maio à dezembro de 1987)

A política econômica posta em prática pelo ministro da Fazenda Bresser Pereira tinha o objetivo de recuperar o saldo da balança comercial do Brasil¹⁴⁵. Com este intuito, foi novamente posta em prática uma política de ajustamento ortodoxa para obter

¹⁴³- "Como se pode verificar na tabela 25, ao longo do período 1883-1984, a substituição de dívida externa por dívida interna foi mais acentuada nos anos de 1983 e 1985, enquanto em 1984 e 1986 houve uma pressão menor sobre a colocação de títulos. Em 1984, a redução na substituição da dívida externa por dívida interna está associada à entrada de recursos novos, que permitiram uma diminuição na transferência de recursos financeiro ao exterior, ao passo que em 1986, como já foi assinalado, a menor transferência de recursos foi financiada pela perda de reservas". CAVALCANTI, Carlos B. Op. cit. p. 58.

¹⁴⁴- BRESSER PEREIRA, Luiz C. , DALL ACQUA, Fernando M. A Composição financeira do déficit público. In: Revista de economia política. São Paulo: Brasiliense. v.7. n.2. p. 54-65. abr./jun. 1987.

¹⁴⁵- ZINI JÚNIOR, Álvaro A. Op. cit. p. 39.

saldos comerciais, com a contenção da demanda interna para gerar os excedentes necessários para a exportação.

Ao assumir o comando da área econômica do Governo Sarney, Bresser Pereira anunciou a pretensão de obter um superávit comercial de US \$ 9 bilhões e a manutenção do crescimento econômico do PIB por volta dos 3%. Para atingir tal objetivo, o ministro acenou com uma atitude convencional de negociação da dívida externa, controle das pressões de demanda com a redução do déficit do governo e pela manutenção da taxa de câmbio em nível adequado.

Bresser Pereira achava que a economia brasileira teria condições de manter o crescimento econômico e realizar ao mesmo tempo o processo de transferência financeira para o exterior. Entretanto, o ministro era defensor da idéia da redução no volume de recursos transferidos para o pagamento da dívida externa¹⁶⁶.

O período sob o comando de Bresser Pereira foi marcado pelos ajustes macroeconômicos na frente interna - combate a inflação e controle da dívida pública interna - e na frente externa - na promoção das exportações e na tentativa de resolução do problema da moratória brasileira.

Na tentativa de preservar o processo de negociação da dívida externa brasileira, Bresser Pereira esvaziou politicamente a moratória. A 6 de novembro de 1987, suspende a moratória e realiza um acordo preliminar para retomada do pagamento do

¹⁶⁶- BAER, Mônica. Op. cit. p. 212.

serviço da dívida externa¹⁴⁷.

O Plano de Estabilização Macroeconômica (Plano Bresser) que tinha como prioridade a redução do déficit público e a recuperação da capacidade de poupança do Estado, não conseguiu estabilizar a economia¹⁴⁸. Entretanto, o plano foi um sucesso no campo externo, ocorrendo uma recuperação do saldo da balança comercial em decorrência da recuperação das exportações que cresceram em 17,34%, em relação ao ano anterior. Esta política econômica que estimulou as exportações brasileiras trouxe, novamente a tona, o dilema da elevação da taxa de juros e da taxa de câmbio, que agravavam o processo inflacionário do país.

Procurando retirar recursos da economia e levar a que os exportadores adquirissem os títulos públicos com os recursos provenientes do crescimento das exportações, e com isso, combater a inflação, foi implementada uma política de valorização da taxa de juros acima do ritmo de crescimento da taxa de câmbio. Porém, para desespero da equipe econômica a inflação de 1987 se acelerou, atingindo os 210% e retomando o caminho rumo a hiperinflação. No que diz respeito aos salários, ocorreu uma redução do salário real em virtude da utilização da URP (Unidade Referencial de Preços) para recompor as perdas da aceleração

¹⁴⁷- "Comparando com a gestão anterior, houve neste período um esforço de despolitização do processo de negociação. No âmbito externo, procurou-se restringir a negociação, ainda que de maneira dura, ao âmbito técnico". BAER, Mônica. Op. cit. p. 217.

¹⁴⁸- BRESSER PEREIRA, Luiz. Uma estratégia para negociar a dívida externa. In: BRESSER PEREIRA, Luiz C. (org.) Dívida Externa - Crise e Soluções. São Paulo: Brasiliense. 1989. p. 231.

inflacionária e da política visando o pagamento da dívida externa¹⁴⁹.

Por discordância com a cúpula do governo, o ministro Bresser Pereira, pediu demissão do cargo de Ministro da Fazenda brasileiro e dá lugar a Mailson da Nóbrega.

3.3.2.2.4 A Gestão de Mailson da Nóbrega (1988 e 1989)

A fase de Mailson da Nóbrega à frente do Ministério da Fazenda se apresentou como sendo a de mais longa duração durante o período de governo da Nova República. Com uma administração que se pautou pela tentativa de estabelecer um maior grau de liberdade para o sistema econômico, sua atuação à frente do ministério passou por quatro fases distintas, a saber:

1- Em uma primeira fase (dez/87 a out/88) é acionada a vertente liberal na procura de se ter uma intervenção mínima do Estado na economia;

2- A elevação no ritmo inflacionário irá provocar o início de um curto segundo período com a tentativa de formação do Pacto Social (out.a dez/88);

3- O fracasso da tentativa de formação de um pacto

¹⁴⁹- "O chamado Plano Bresser contemplava políticas de contenção monetária e arrocho salarial (à feição do FMI) com o intuito de reajustar a economia para o pagamento da dívida externa. O ano de 1987 traria de volta o pesadelo do confisco e o desemprego. A despeito da decretação da moratória, o modelo econômico superexplorador foi retomado em sua plenitude". PORTELLA FILHO, Petrônio Op. cit. p. 118.

social e uma nova subida no índice de inflação traz de volta a intervenção econômica com a implantação do Plano Verão. É o terceiro período, que vai de janeiro de 1989 a maio do mesmo ano.

4- Finalmente, o último período (jun/89 a mar/90), onde após o fracasso do Plano Verão foi realizada uma tentativa de se evitar a hiperinflação pela via liberal¹⁷⁰.

A constatação da crise e da ineficiência do aparelho estatal brasileiro para sua solução, estimulou o desenvolvimento da corrente liberal dentro do governo. O ministro Máílson da Nóbrega, adepto dessa corrente, manteve uma atitude conservadora ao diagnosticar a causa da inflação como decorrente do excesso de demanda e ao defender a importância do cumprimento das obrigações para com os credores externos.

A utilização de políticas econômicas ortodoxas, se por um lado trouxe resultados positivos no campo exterior (o saldo da balança comercial foi de US \$ 19,2 bilhões em 1988, o maior da história da economia do Brasil), por outro lado, não foi capaz de estabilizar a taxa de inflação, que chegou a 673,0% e ainda apresentou uma taxa de crescimento nula (crescimento 0,0% segundo o IBGE).

O fracasso da política de liberalização da economia, que não foi capaz de reverter ou segurar o processo inflacionário, nem com a tentativa de formação de um pacto

¹⁷⁰- ROCHA, Euripedys E. A Gestão Máílson da Nóbrega e a hiperinflação adiada. Fortaleza: UFC/CAEN. 1980. (Textos para discussão;n.86).

social, levou a adoção do Plano Verão em janeiro de 1989.

O Plano Verão, que foi o último recurso político e a última atitude de política econômica do governo Sarney no sentido de preservar a sua imagem, era uma conjugação de elementos ortodoxos e heterodoxos de combate à inflação¹⁷¹. O plano, teve curta duração. No entanto, o Plano Verão contribuiu para que fosse bloqueada a tendência à hiperinflação existente na economia brasileira e se criassem novas condições para o retorno das políticas liberais ortodoxas no comando da vida econômica.

A fase de dupla intervenção do Estado na economia - Pacto Social e Plano Verão - é suplantada pelo retorno da via liberal na tentativa de combater a nova explosão inflacionária. Ao longo da última fase da administração de Mailson da Nóbrega, o que se verá é uma atuação do comando econômico para combater o perigo da instalação da hiperinflação.

O ano de 1989 presenciou uma progressiva defasagem cambial (em consequência da aceleração da inflação e da utilização do IPC como indexador do câmbio - veja tabela 25)¹⁷² e uma conseqüente contração do saldo da balança comercial em 16,0% (muito embora o saldo comercial de 1989 seja de US \$ 16,1 bilhões, o segundo maior da história do nosso país). Neste ano, por falta de condições de o Estado poder cumprir suas obrigações para com as dívidas externa e interna, o governo brasileiro foi

¹⁷¹ - CONJUNTURA ECONÔMICA. IBE-FGV. v.13. n.1. jan. 1989.

¹⁷² - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Economia Industrial. Boletim de conjuntura. Rio de Janeiro: v.9. n.1. p. 65. abr. 1989; e v.10. n.3. p. 49. abr. 1989.

novamente obrigado a suspender o pagamento do serviço da dívida externa, numa espécie de moratória preventiva. O volume de recursos em atrasados junto a Comunidade Financeira Internacional atingiu a cifra de US \$ 4,4 bilhões no fim do ano de 1989¹⁷³.

TABELA 25 - Evolução Real do Câmbio 1986/abril 90
Março 90 =100

PERÍODOS	Cr \$/US \$ (Real)	Taxa de câmbio Real Efetiva	Câmbio/ Salário
Média de 86	228,12	-	169,49
Média de 87	226,68	223,65	165,44
Média de 88	184,04	196,82	162,93
Média de 89	164,59	168,07	132,91
jan. 90	116,56	121,10	115,67
fev. 90	111,79	116,82	124,71
mar. 90	100,00	100,00	100,00
abr. 90	114,45	118,49	123,83

FONTE: Boletim de Conjuntura - UFRJ V.10 Nº 3 out/90

Internamente ocorreu um crescimento positivo da economia (3,6%) num contexto de elevada aceleração da inflação (1.334,3% no ano de 1989).

Durante a fase de governo da Nova República o que predominou foram as políticas econômicas voltadas para solucionar as graves questões internas. Embora não se tenha dado prioridade ao atendimento da transferência financeira para o exterior, o governo brasileiro continuou com o processo de geração e transferência dos recursos (mesmo se levarmos em conta as moratórias de Funaro e Mailson). O Brasil não buscou de forma

¹⁷³ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Economia Industrial. Boletim de conjuntura. v.10. n.1. abr.90. p. 33.

radical eliminar a saída para o exterior do enorme volume de recursos do nosso país. Segundo as informações contidas na tabela 24, a transferência financeira no ano de 1986 foi de US \$ 10,9 bilhões e em 1987 de US \$ 8,7 bilhões (últimos dados da FGV e do BACEN).

3.3.3 A Atitude de negociação dos países credores e países devedores

A crise decorrente da moratória mexicana provocou uma mudança radical no comportamento dos agentes que fazem parte do Sistema Financeiro Internacional. Tanto o bloco de países credores, como o bloco de países devedores, ao longo da década de oitenta, mudaram o seu comportamento.

O grupo de países credores teve nos Estados Unidos da América o principal responsável na defesa de seus interesses. Partindo inicialmente para uma atitude de indiferença com relação à crise¹⁷⁴, os EUA irão mudar de ponto de vista, logo após diversos outros países se mostrarem em dificuldade de honrar seus compromissos com o sistema financeiro internacional. Os Estados Unidos fizeram com que o Fundo Monetário Internacional, que vinha executando um papel secundário na supervisão e controle do

¹⁷⁴- TAVARES, Maria C. "A Crise financeira global". In: Revista de economia política. Brasiliense. v.3. n.2. p.20. abr./jun.1983, KUCINSKI, Bernardo, BRANFORD, Sue. Op. cit. p.201.

sistema privado de crédito¹⁷⁵, passe a coordenar as políticas que visassem adequar os países subdesenvolvidos para o pagamento de seus débitos junto a Comunidade Financeira Internacional (os bancos credores e ao Clube de Paris).

Em sua primeira fase, a postura americana baseou-se na idéia de que o problema dos países devedores se resumia a um caso de liquidez (falta temporária de divisas). O problema seria solucionado por intermédio de uma renegociação técnica¹⁷⁶ que combinava financiamento com ajustamento. As principais colocações e exigências do grupo de países credores, nesta fase, se resumiam aos seguintes pontos:

1- A recusa de negociação conjunta por parte dos devedores;

2- Exigência de acordo prévio de cada país devedor para com o FMI e o cumprimento de programas de ajuste e estabilização;

3- Enfatizar que o esforço dos devedores seria compensado pela expansão do comércio internacional, devido ao crescimento da economia americana e pelo reinício dos fluxos de crédito internacional¹⁷⁷.

¹⁷⁵- LICHTENSZJN, Samuel. , BAER, Mônica. Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro. São Paulo: Brasiliense. 1987. p.35-137; KUCINSKI, Bernardo. , BRANFORD, Sue. Op. cit. p. 37-38. e PORTELLA FILHO, Petrônio. Op. cit. p.78-79.

¹⁷⁶- "A lógica da pseudo-renegociação técnica está na negação das reivindicações dos devedores, e nunca na divisão dos sacrifícios". PORTELLA FILHO, Petrônio. Op. cit. p. 139.

¹⁷⁷- FERRER, Aldo. Op. cit. p. 42.

A formação de um "Comitê" composto pelos principais bancos americanos e que funcionava como uma espécie de "cartel", atuava em conjunto com o FMI na procura de forçar o processo de transferência financeira dos países em débito para com o sistema privado de crédito internacional, em direção dos países desenvolvidos¹⁷⁰.

O resultado obtido no processo de ajuste para a América Latina se revelou inadequado para solucionar a crise do endividamento externo. Em virtude dos resultados negativos do processo de ajustamento e frente a pressão dos países devedores, os EUA e demais países credores apresentaram uma mudança de percepção do problema.

A partir de 1985, os Estados Unidos iniciam uma nova fase propondo a execução de reformas estruturais nos países devedores. Esta nova etapa pretendia vincular o processo de ajustamento macroeconômico ao desenvolvimento econômico dos países devedores. Para a realização de seus objetivos, o chamado Plano Baker pretendia aumentar o volume de financiamento, propondo a utilização⁶ de políticas de ajustamento de curto prazo e a implantação de reformas estruturais de cunho liberalizante-

¹⁷⁰- "Apesar da seriedade da crise, bancos e países credores aproveitaram-se da situação em proveito próprio. A criação dos comitês de renegociação aumentou muito o poder de barganha dos bancos. O caráter de cômulo desses comitês deu a cada banco privado um monopólio de poder que não existia quando o devedor contraiu o empréstimo original. Ao invés de conseguir para o cliente empréstimos facilitados, como se dá frequentemente em casos domésticos de insolvência, esses comitês insistiam em cobrar taxas de risco ainda mais altas do que as habituais e comissões exorbitantes". KUCINSKI, Bernardo. , BRANFORD, Sue. Op. cit. p. 203.

abertura do mercado interno dos países devedores, redução da participação do Estado na economia e tratamento liberal ao capital estrangeiro¹⁷⁷. Todavia, apesar do Plano Baker tentar a mobilização de novos recursos, o mesmo ainda deixava intacta a dívida externa contraída anteriormente.

Em 10 de março de 1989, reconhecendo o fracasso das estratégias de "muddling through", ou seja "empurrar com a barriga", foi anunciado o Plano Brady, durante a reunião do Breton Woods Committee¹⁸⁰. O princípio básico do Plano Brady foi a adesão americana à proposta de desvalorização negociada do estoque da dívida externa dos países subdesenvolvidos. O Plano propunha que o FMI e o Banco Mundial oferecessem garantias aos novos títulos a serem emitidos pelos países devedores levando em conta o deságio existente no mercado secundário-securitização¹⁸¹. Uma outra forma para a redução da dívida seria

¹⁷⁷- FERRER, Aldo. Op. cit. p. 44.

¹⁸⁰- "A estratégia de empurrar com a barriga foi concebida com base na idéia de que progressos seriam conseguidos rapidamente e sem custos excessivos para os emprestadores e devedores". CARDOSO, Eliana, DORNBSCH, Rudiger. Dívida brasileira: réquiem para a política de muddling through. In: Pesquisa e planejamento econômico. Rio de Janeiro: IPEA. v.18. n.2. p.220. ago. 1988.

¹⁸¹- "Na sua apresentação o Plano Brady especificava os seguintes pontos: 1- Aos países devedores caberia adotar políticas destinadas a fomentar novos fluxos de investimento e a repatriação de capitais; 2- Aos bancos cumpriria empreender maiores esforços na busca da redução da dívida e de seu serviço, e em particular, a abdicação das "cláusulas de partilha" com a finalidade de facilitar a negociação, por parte dos bancos que assim desejarem, da redução da dívida; 3- Ao Banco Mundial e ao FMI (e esta parece ser a definição mais concreta e importante) ficaria reservado o papel de instituição executora do programa, através da criação de linhas de financiamento destinadas a apoiar

o processo de recompra; onde os países devedores adquiririam os títulos com desconto por intermédio de recursos obtidos junto aos organismos internacionais- FMI e Banco Mundial. Entretanto, ao que parece, o avanço conseguido neste campo tem sido reduzido até agora.

No que diz respeito ao comportamento dos países devedores, este foi marcado, inicialmente, por uma atitude de cooperação para com o "comitê" dos bancos credores e para com as políticas e propostas do FMI¹⁰². Existia, no ponto de vista de alguns devedores, a esperança de uma reativação da liquidez do sistema internacional de crédito e a volta dos empréstimos voluntários¹⁰³.

O ressurgimento da democracia na América Latina fará surgir uma estratégia que mostra um certo grau de independência dos países devedores. No "Congresso de Cartagena"¹⁰⁴, os países devedores destacam a co-responsabilidade pela crise da dívida

programas de redução de dívidas, de garantias para o pagamento de parte dos juros em transações para a diminuição da dívida, e através do monitoramento das políticas econômicas; 4- Aos governos credores caberia eliminar os obstáculos legais e burocráticos que dificultam a redução da dívida pelos bancos, apoiar o aumento de cotas do FMI, e (para aqueles que tem condições de fazê-lo) proporcionar financiamento adicional". UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Economia Industrial. Boletim de Conjuntura. Rio de Janeiro. v.9. n.1. p. 53. abr. 1989.

¹⁰²- PORTELLA FILHO, Petrônio. Op. cit. p. 94-95.

¹⁰³- LARA RESENDE, Andre. Crise externa: avaliação do impasse neste momento. In: FMI x Brasil: a armadilha da recessão. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil. 1983. p. 30; e CARDOSSO, Eliana, DORNBUSCH, Rudiger. Op. cit. p. 220.

¹⁰⁴ ¹⁰⁴- FERRER, Aldo. Op. cit. p. 42.

externa entre os vários elementos envolvidos- bancos credores, países devedores e países credores. O grupo de devedores chama a atenção para a impossibilidade de execução de um programa de ajustamento de longo prazo sem crescimento e com uma deterioração nas condições de comércio exterior.

Os resultados negativos decorrentes das políticas impostas pelo FMI e os persistentes sacrifícios econômicos realizados por todos os países devedores, modificou o comportamento desses países¹⁰⁵. Os países latino-americanos, apesar de continuarem insistindo na necessidade de um diálogo político para resolver a crise, tomaram as seguintes decisões:

- 1- Negociar com os bancos credores sem um prévio acordo com o FMI;
- 2- Impor um limite à transferência de recursos para o pagamento da dívida;
- 3- Realizar uma maior aproximação entre os países devedores para discutir pontos comuns sobre a dívida, comércio e outras questões¹⁰⁶.

Dificuldades para continuar cumprindo os encargos da dívida externa e o persistente quadro crítico interno vivido

¹⁰⁵- "Entretanto, a atual ordem econômica internacional não só requer que o ajuste se faça exclusivamente do lado dos países deficitários como impõe a esses países, que o ajuste se faça rápido demais, oferecendo a esses países um financiamento compensatório insuficiente para lhes dar tempo de fazer suas exportações crescerem e suas importações diminuírem, de uma forma compatível com a manutenção do nível interno de emprego". BACHA, Edmar. L. Prólogo para a terceira carta. In: FMI x Brasil a armadilha da recessão. Op. cit. p.115.

¹⁰⁶- FERRER, Aldo. Op. cit. p. 43-44.

pelos países da América Latina, tem levado alguns países a avançar numa "certa" atitude de confronto para com os bancos credores. As moratórias do Perú de Alan Garcia em 1985 e do Brasil com o ministro Dilson Funaro em 1986, são exemplos de atitudes de independência que se revelaram débeis e não modificaram profundamente o processo de negociação¹⁸⁷. Mesmo assim, um número cada vez maior de países latino-americanos começa a recorrer a moratórias parciais ou totais do serviço de suas dívidas externas.

O grupo de países devedores porém não abandonou a via da negociação. Em uma reunião realizada no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1988, uma nova tentativa foi realizada pelos maiores devedores da América Latina com exceção do Chile. Enviada posteriormente aos governos dos países credores, esta proposta procurava um novo tratamento para a questão da dívida externa dos países da América Latina¹⁸⁸. O ponto fundamental desta nova proposta dos países devedores, na tentativa de solucionar o problema do endividamento externo destes países, era a redução do

¹⁸⁷ - "A colocação em causa do estatuto da dívida externa não poderá ser satisfeita senão dentro de um quadro alternativo de resolução. Os "échecs" sucessivos dos "afrontamentos" ocorridos entre os novos regimes políticos da América Latina e os credores nos levam a essa afirmação. A colocação em causa da dívida passa pois pela "negação sistemática e sem ambiguidade das políticas de ajustamento dominantes", as quais não visam senão a transferência financeira ao exterior dentro de um prazo sem horizonte. Ela passa pois pela negação do bombeamento financeiro em benefício do capital financeiro externo". AMARAL FILHO, Jair do. O Problema da transferência financeira e os problemas de ajustamento no Brasil e na América Latina. Fortaleza: UFC/CAEN. 1989. p. 12-13. (Textos para Discussão; n.73).

¹⁸⁸ - UFRJ-IEI. Boletim de conjuntura. v.7. n.1. abr.1989.

estoque da dívida dos países endividados por parte do grupo de credores.

Apesar da boa aceitação por diversos membros da academia, comunidade financeira internacional e elementos que fazem parte de governos dos países credores, esta proposta não levou a um grande avanço na solução da questão externa dos países latino-americanos até o final dos anos 80¹⁹⁸⁹. Continua persistindo o problema da transferência financeira de recursos dos países da América Latina para o exterior.

3.4 A Economia brasileira e as consequências da transferência de recursos para o exterior

Apesar da existência de teses que tentam justificar o processo de transferência financeira realizado pela economia brasileira, a constatação a que chegamos, ao final do relato da política de endividamento externo e do processo de transferência de recursos para o exterior executado pelo Brasil ao longo da década de 80, é a de que este período veio agravar questões fundamentais para a economia e a sociedade do país.

A crise do endividamento externo representou o esgotamento do regime de acumulação baseado nos recursos externos

¹⁹⁸⁹ - BRESSER PEREIRA, Luiz . Op. cit. Da crise fiscal à redução da dívida. In: BRESSER PEREIRA, Luiz C.(org.) Dívida Externa: Crise e Soluções. São Paulo: Brasiliense. 1989. p.13-56.

e na poupança do setor público. A transferência financeira realizada pelo Brasil, além de não permitir a constituição de um novo regime de acumulação para a economia do país, veio deteriorar mais rapidamente o modelo anteriormente montado.

Como resultado observamos que os anos 80 representaram uma década perdida não somente para o Brasil, mas para os demais países do continente latino-americano¹⁷⁰. Todo e qualquer analista chega rápido à constatação de que, durante os anos 80, o Brasil não somente deixou de crescer, mas o que é mais grave ainda, ficou em piores condições de que na década anterior. O crescimento de 32,5% do Produto Interno Bruto foi até razoável¹⁷¹. Entretanto, de 1981 a 1983 a taxa de desemprego foi da ordem de 7%, e o número de falências e concordatas foi recorde na economia brasileira de até então (são números que somente encontram similar na era Collor). No restante do período, a economia brasileira apresentou um desempenho instável, com sua média de 2,9% para 1980/89 representando quase um terço da registrada na década de 70. No que se refere ao PIB per capita o nível de 1989 foi inferior ao de 1980 (vide tabela 26). O quadro é tão grave que até Maílson da Nóbrega, último ministro da Nova República, que apesar de tentar encontrar justificativas favoráveis para esta década, não deixou de também chegar a esta

¹⁷⁰- "A depressão econômica é ainda mais nítida na Região como um todo do que no Brasil, tomado individualmente". PORTELLA FILHO, Petrônio. Op. cit. p. 13; ver também KUCINSKI, Bernardo, BRANFORD, Sue. Op. cit. p. 15-31.

¹⁷¹- DAMASCO, Maria A. País fica ainda mais pobre nos anos 80. In: Jornal O Estado de São Paulo, 17/12/89.

conclusão ¹⁹⁸⁸.

TABELA 26 - BRASIL - Produto Interno Bruto "Per Capita" 1980/1989

ANOS	Preços (Cr \$ 1,00)		Índice do Produto Real	
	Correntes	Constantes	Base (1980= 100)	Var. Anual (X)
1980	0,102	0,101	100,0	6,0
1981	0,198	0,095	93,5	-6,5
1982	0,398	0,094	91,9	-1,7
1983	0,904	0,089	86,8	-5,5
1984	2,910	0,091	89,4	3,0
1985	10,198	0,096	94,4	5,6
1986	26,440	0,102	99,4	5,3
1987	81,558	0,103	100,9	1,5
1988	596,820	0,101	98,7	-2,1
1989	8.591,004	0,102	99,9	1,2

FONTE: Conjuntura Econômica V.45, Nº 7, 31/07/1991

Nota: Preços constantes de 1980.

Os principais indicadores econômicos (vide tabela 23) e sociais estão a revelar o quadro grave, decorrente do processo de transferência financeira para o exterior, que redundou na perda do equilíbrio econômico externo e interno do país. As consequências da implementação de políticas que favoreceram o processo de transferência de recursos para o exterior, podem ser

¹⁹⁸⁸ - "A década de 80 deverá ficar em nossa memória como uma das mais destacadas da história brasileira. Se a ótica for a da economia, concluiremos que a década foi perdida para o Brasil. A renda per capita estagnou, a inflação bateu todos os récores, o investimento declinou, as finanças públicas ingressaram em virtual colapso, a crise da dívida externa agravou as dificuldades no campo fiscal e transformou o Brasil, prematuramente, em exportador de capitais. Os trabalhadores perderam participação na renda nacional e a sociedade brasileira não foi capaz de reduzir os níveis de pobreza e miséria que nos envergonham". NÓBREGA, Mailson F. "Uma década para ser lembrada". In: Jornal O Estado de São Paulo. 17/12/90.

assim enumeradas:

1- A inflação sofreu uma aceleração ao longo dos anos 80, terminando o período por volta de 1.334,4% ao ano (1989);

2- O crescimento econômico do país foi fortemente restringido e tivemos uma sucessão de anos entre recessão e crescimento;

3- O investimento interno bruto foi reduzido durante boa parte do período, embora presente nos últimos anos alguma recuperação;

4- As contas do setor público foram desestabilizadas. A necessidade de gerar recursos para o pagamento da dívida externa, inflação e custos financeiros em explosão são os principais fatores que empurraram o Estado para a pior crise de sua história;

5- A redução da poupança externa líquida demonstra claramente o processo de fuga do capital estrangeiro ao longo desta década;

6- Para a classe trabalhadora, além da perda representada pela deterioração dos serviços de educação, saúde, saneamento básico e falta de habitação, ocorreu um processo de desemprego e de constante confisco de salário real.

É em meio a esta grave crise vivida pela economia e pelo Estado brasileiro, que vem à tona a questão de como tem se comportado a economia do Nordeste durante a década de 80. Numa fase em que a economia nordestina está cada vez mais inserida no contexto econômico nacional, sendo por isso influenciada pelas

políticas macroeconômicas setoriais e globais, se torna necessário averiguar o ocorrido na região. O próximo capítulo terá o objetivo de realizar o estudo do ocorrido com a Região Nordeste durante este período, ou seja, uma fase de graves desequilíbrios econômicos nacionais.

3.5 Conclusão

Este capítulo procurou apresentar o processo de transferência financeira para o exterior realizado pela economia brasileira ao longo da década de 80.

O modelo econômico brasileiro altamente concentrador e excludente, articulando os interesses do tripé formado pelo capital privado nacional e estrangeiro e as empresas estatais, estimulou cada vez mais, durante o regime militar, a estratégia do crescimento econômico baseado no endividamento externo.

A abundante oferta de empréstimos internacionais, oriundos do mercado de eurodolares, a taxa de juros real próxima de zero, permitiram ao Brasil retomar a via do crescimento econômico livre de pressões das instituições oficiais internacionais (FMI por exemplo).

Mesmo após o 1º choque do petróleo e frente a um contexto internacional de recessão, o governo brasileiro optou pela política de manutenção do crescimento com o objetivo de expandir os setores de bens de capital e ampliar a oferta interna

de insumos básicos (II PND), alavancado por intermédio da política de endividamento externo.

Essa atitude do governo causou um grave desequilíbrio externo, que foi agravado pela elevação da taxa de juros americana e, com isso, se tornou num dos problemas centrais para a política econômica brasileira.

BCME-BIBLIOTECA

A partir de 1979 e até agosto de 1982, o governo brasileiro adotou várias medidas na tentativa de evitar sua ida ao Fundo Monetário Internacional. Sem recorrer a este organismo internacional, adotou determinadas políticas que vieram de encontro ao receituário ortodoxo do Fundo, e atenderam as crescentes pressões da comunidade financeira internacional. Como resultado temos que, no período de 1981/82, o Brasil experimentou uma profunda recessão.

Entretanto, a reorientação do fluxo financeiro internacional em direção aos Estados Unidos da América forçou o Brasil e os demais países devedores (entre eles México, Argentina, etc) do mercado internacional de crédito a se tornarem obrigados a passar, em curto espaço de tempo, de importadores líquidos a exportadores líquidos de poupanças internas.

O período que se iniciou em 1982/83 pode ser designado como o ponto de ruptura com o passado. O Brasil que durante os anos 60 e 70 fôra um dos grandes demandadores de recursos no sistema financeiro internacional, se deparou com o problema da transferência financeira para o exterior e a dinâmica econômica interna passou a ser condicionada por este problema.

A partir de então, o governo brasileiro implementou políticas de ajustamento e estabilização macroeconômica visando atender a necessidade de geração de divisas para o pagamento do serviço da dívida externa do país. As políticas interna e externa se voltaram para o atendimento de tal objetivo, reduzindo a demanda interna e procurando criar excedentes exportáveis que fornecessem saldos comerciais necessários ao pagamento de altos juros aos credores internacionais.

Os superávits comerciais apresentado pelo setor externo do Brasil após 1982 serviram para mostrar a flexibilidade e a diversificação da estrutura produtiva nacional. Entretanto, durante esse processo encontramos o prosseguimento do desenvolvimento das fragilidades estruturais do regime de acumulação e da formação social brasileira que são sua característica desde a formação e consolidação da industrialização no país.

Podemos então concluir que durante a década de 80 o Brasil, ao utilizar as chamadas políticas de ajustamento e estabilização, conseguiu gerar elevados saldos na sua balança comercial. Todavia, a perseguição de tal objetivo levou a que a economia brasileira passasse durante a década por recessão (1981/83 e 1987/88), crise e pouco crescimento, que agravou questões fundamentais para a economia e a sociedade brasileira.

Concluimos ainda que a economia nacional apresentou os seguintes problemas: a) Esgotamento do regime de acumulação baseado nos recursos externos e na poupança do setor público e não

constituição de um outro regime de acumulação para a economia do país; b) O déficit público levou a que o Estado adentrasse na pior crise fiscal de sua história; c) o investimento interno bruto foi reduzido em vários anos do período; d) Os serviços prestados pelo Estado tais como educação, saúde e saneamento básico foram grandemente deteriorados; e) A classe trabalhadora sofreu com o desemprego e a perda de salário real; f) O país ficou em piores condições que na década anterior e o problema da dívida externa continuou sem ser resolvido.

É em meio a esta grave crise vivida pela economia e pelo Estado brasileiro, que vem à tona a questão de como se tem comportado a economia do Nordeste durante a década de 80. Numa fase em que a economia nordestina está cada vez mais inserida no contexto econômico nacional, sendo por isso influenciada pelas políticas macroeconômicas setoriais e globais, se torna necessário averiguar o ocorrido na região. O próximo capítulo terá o objetivo de realizar o estudo do acontecido com o Nordeste durante este período, ou seja, na fase de grave desequilíbrios econômicos⁴ nacionais e crescimento reduzido.

4 CAPÍTULO 3 - O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA NORDESTINA EM DECORRÊNCIA DAS POLÍTICAS DE AJUSTAMENTO ECONÔMICO DOS ANOS 80

4.1 Introdução

No decorrer do primeiro capítulo do presente trabalho analisamos o processo de integração da economia nordestina ao espaço econômico nacional e da sua subordinação às leis e ditames do centro econômico hegemônico do país.

O segundo capítulo apresentou a crise do endividamento externo brasileiro e a análise das políticas de ajustamento postas em prática pelo governo que permitiram a sustentação do pagamento do serviço da dívida externa do país. Finalizando o segundo capítulo, foram apresentadas as principais consequências para a economia brasileira decorrentes do processo de transferência financeira.

O presente capítulo procurará analisar o comportamento e as consequências para a economia do Nordeste da grave crise vivida pelo Estado e pela economia brasileira ao longo dos anos 80, causada pela utilização de medidas de política econômica visando favorecer a transferência financeira para o exterior. O nosso interesse é avaliar como se propagaram a nível regional os efeitos das políticas de ajustamento visando a transferência financeira para o exterior, postas em prática pelo governo federal na década passada e de como o Nordeste respondeu a este processo.

O capítulo será dividido em quatro itens. No primeiro será realizado um estudo das transformações ocorridas no Nordeste e no Brasil durante a última década. O objetivo é averiguar o comportamento dos macroagregados num período em que a economia brasileira viveu uma grave crise e no qual a região Nordeste, paradoxalmente, elevou a sua participação relativa no Produto Nacional¹⁹⁸. Os principais indicadores econômicos constataram que a recessão econômica atingiu, principalmente, a região mais dinâmica, ou seja, o Sudeste do país.

No segundo item se fará o estudo do desempenho do comércio exterior nordestino ao longo dos anos 80, procurando também compará-lo com a evolução ocorrida no setor externo do país durante o mesmo período. O que se observa é que o comércio externo da região continuou apresentando os sistemáticos superávits comerciais, colaborando com a expansão econômica regional e a transferência de recursos para o exterior.

A situação das finanças públicas dos Estados da Região Nordeste será o tema de estudo do terceiro item do presente capítulo. Neste ponto observaremos uma expansão relativamente elevada dos gastos do setor público nordestino e, portanto, contrárias a política de contenção da demanda agregada requerida pelo FMI para viabilizar a transferência de recursos para o

¹⁹⁸ - Existe uma tese defendida por Richard Paul Harber Jr. de que nos períodos de crescimento mais lento do país a posição nordestina melhora. vide Harber Jr. R. P. "O Sistema de incentivos fiscais e o Nordeste: uma análise econométrica" In: Revista econômica do Nordeste. Fortaleza: BNB. v.13. n. 4. p. 705-742. out./dez. 1982.

Sistema Privado de Créditos Internacional. No decorrer da década de 80, num contexto geral de crise fiscal do Estado brasileiro, constatamos um processo de deterioração das finanças de todos os Estados do Nordeste, que com isso não tiveram mais condições de gerar os serviços necessários, principalmente na área social e para a população mais carente.

Finalmente, será avaliada a situação dos principais indicadores sociais da Região. Nele constataremos que, apesar de o Nordeste possuir uma "capacidade mais elevada" para resistir aos efeitos das crises nacionais (anteriormente por ter sua dinâmica comandada pelo setor externo e, atualmente, em virtude da incompleta integração inter-setorial e inter-regional de sua economia), esses indicadores sociais, comprometidos pelo quadro histórico e estrutural regional, estão a revelar um quadro mais crítico que o da média nacional, tanto no que diz respeito a questões como concentração da renda e a deficiência do sistema de educação formal, quanto ao problema urbano e processo de "favelização" dos grandes centros urbanos com o agravamento das precárias condições sanitárias por falta de saneamento básico.

4.2 O Comportamento da economia nordestina na década de 80- análise da economia regional no período de realização da transferência financeira para o exterior.

BCME-BIBLIOTECA

Como se sabe, durante a década de 80 o governo brasileiro implementou uma série de políticas de ajustamento e estabilização visando atender a necessidade de geração de divisas para o pagamento do serviço da dívida externa do Brasil. Após tentar evitar sua ida ao Fundo Monetário Internacional com a implementação de uma política econômica ortodoxa centrada na contenção da demanda (1980/82), o Brasil recorreu ao Fundo e implementou no período 1983/85 uma política de ajustamento sob a sua orientação.

O objetivo inicial era reduzir a absorção interna (reduzir as despesas com produtos internos e de importação) com o único propósito de gerar saldos exportáveis a título de pagamento da dívida externa. Procurando conter a demanda interna o governo brasileiro adotou políticas de cunho restritivo na área fiscal-financeiro e monetária. No campo fiscal-financeiro procurou dificultar o consumo, reduzindo seus gastos, arrochando o salário do trabalhador e impondo restrições ao crédito. Pelo lado monetário elevou a taxa de juros e desvalorizou o câmbio¹⁷⁴

¹⁷⁴- MUNHOZ, Dércio Garcia. Reflexos desestabilizadores dos programas de ajustamento externo. In: Crise e infância no Brasil: o impacto das políticas de ajustamento econômico. Organizado por CHAHAD, José P. , CERVINI, Rubens. São Paulo: UNICEF/USP/IPE, 1988, p. 3-45.

Ao iniciar o Governo da "Nova República" (1985/89) o objetivo das autoridades econômicas passou a dar uma ênfase maior para a resolução dos problemas internos gerados pela política ortodoxa (inflação e déficit público), sem, entretanto, dificultar a geração dos necessários superávits comerciais (exceção do período do Plano Cruzado, quando o pagamento da dívida externa foi relegado ao segundo plano).

As diversas políticas postas em prática durante todo este período que buscavam obter o equilíbrio externo e/ou interno da economia ocasionaram no país o agravamento de algumas questões fundamentais para a economia e a sociedade. Além da inflação galopante e do déficit público, tivemos uma redução na formação bruta de capital fixo (vide tabela 56), uma deterioração dos serviços de educação, saúde, saneamento básico, déficit habitacional, desemprego e constante confisco de salário real.

Nesta fase de grave crise vivida pela economia e pelo Estado brasileiro e de elevada transfêrencia de recursos para o Sistema Privado de Crédito Internacional, encontramos a Região Nordeste mais inserida no contexto econômico nacional. Com sua inserção cada vez maior no espaço econômico brasileiro, a economia nordestina passou a ser influenciada em maior grau pelas políticas setoriais e globais de origem do governo federal¹⁷⁵.

¹⁷⁵- "As políticas econômicas de natureza global e de natureza setorial não são, em geral, neutras; ao contrário têm efeitos indiretos de sinal e magnitude diversas nas diferentes regiões". BOISIER, Sergio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional In: HADDAD P. R. et al. Economia regional- teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE. 1989. p. 596.

Ocorre que a utilização das políticas de ajustamento e estabilização que possibilitaram a transferência financeira para o exterior, fez com que durante os anos 80 a economia brasileira não conseguisse obter as elevadas taxas de crescimento das décadas anteriores.

Todavia, apesar da conjuntura nacional se apresentar desfavorável ao longo desse período, os indicadores econômicos da região Nordeste revelam que sua economia apresentou uma taxa de crescimento superior (4,7%) ao registrado em termos nacionais (2,9%). O que se constata é que a economia do Nordeste, fugindo à lógica das políticas de ajustamento implementadas pelo governo brasileiro durante a década de 80 obteve um crescimento apreciável. O desempenho do PIB per capita também confirma o desempenho da economia regional durante a década de 80. (vide tabela 27)

TABELA 27 - BRASIL e NORDESTE- Taxa Média de Crescimento do PIB Total e PIB "Per Capita" 1980/89

DISCRIMINAÇÃO	PIB TOTAL	PIB PER CAPITA
BRASIL	2,9	0,7
NORDESTE	4,7	2,7

FONTE: BRASIL- IBGE Contas nacionais consolidadas 1980-1989
NORDESTE- SUDENE Produto e Formação Bruta de Capital Nordeste do Brasil 1965-89

O economista americano Richard Paul Harber Jr. defende a tese de que a economia nordestina melhora de posição nas

fases de crescimento mais lento da economia do país¹⁹⁴. Por outro lado, embora caminhando na mesma linha de raciocínio, Osmundo Rebouças analisando as informações sobre a renda agregada e de mais um conjunto selecionado de indicadores sócio-econômicos para o período de 1959-77, concluiu que ocorreu uma melhora absoluta e uma piora relativa do Nordeste no contexto nacional¹⁹⁷.

Muito embora existam os trabalhos de Richard Haber Jr., Osmundo Rebouças, como também proposições que apontam o comportamento diferenciado da economia nordestina e brasileira durante vários períodos da economia nacional, nós não estamos interessados em comprovar a validade ou não dessas teses. O que estamos interessados em investigar são a resposta e as consequências para a Região Nordeste da aplicação por parte do governo federal das políticas que viabilizem a transferência de recursos para o exterior realizados pelo Brasil durante os anos 80. Outro aspecto que faz parte do objetivo do trabalho é procurar saber quais os motivos que permitiram a economia da região obter uma taxa de crescimento mais elevada do que a da economia brasileira nesta última década.

Nas duas últimas décadas a Região Nordeste obteve taxas de crescimento econômico que permitiram elevar a sua participação no Produto Interno Bruto do país de 12,6% em 1970

¹⁹⁴- HARBER Jr. Richard P. Op. cit. p.705-742.

¹⁹⁷- REBOUÇAS, Osmundo E. Crescimento do Nordeste no contexto nacional: fatores condicionantes In: Revista econômica do Nordeste. Fortaleza: BNB. v.9. n.4. p.453-467. out./dez. 1978.

para 15,2% em 1989¹⁷⁰.

Durante os anos 80, período de interesse para o presente trabalho, o PIB nordestino se elevou de 14,2% para 15,2% do PIB nacional e o PIB per capita passou de 48,1% para 52,8% entre 1980 e 1989, conforme informações que constam da tabela 28. Neste período de crescimento regional, os anos de 1983 e 1986 representaram duas situações bem diferentes de desempenho econômico, com 1983 ocorrendo a queda mais significativa do PIB (-3,8%) e em 1986 obtendo o melhor nível de desempenho da atividade produtiva na região (14,4%). Semelhante à economia nacional, a economia nordestina sofre as agruras de 1983 como também o euforismo de 1986, mas em proporções diferentes.

As políticas econômicas implementadas pelo governo federal, que procuravam viabilizar o pagamento do serviço da dívida externa do país, tiveram como característica geral a de operar a nível nacional. As variações do Produto Interno Bruto do Brasil e do Nordeste sofreram oscilações e efeitos semelhantes, mas proporcionalmente diferentes, da aplicação dessas políticas pelo governo do Brasil. Assim, se faz necessário uma explicação do impacto das políticas de ajustamento (que procuravam obter o equilíbrio externo e interno da economia) no Nordeste, em virtude do comportamento apresentado pela economia do país e das diversas

¹⁷⁰-Segundo dados do BNB- Nordeste análise Conjuntural. Fortaleza: BNB. v.27. n. 2. jul./dez. 1989. O trabalho do IPESPE afirma que entre 1970 e 1990 o Nordeste elevou a participação do PIB regional no PIB do país de 11,4% para 13,9%. IPESPE. Novos governadores nordestinos: seminário dos desafios sociais. Recife. 1990. p.2. mimeo.

regiões.

TABELA 28 - BRASIL e NORDESTE- Variação anual do PIB e Participação do PIB Regional

ANOS	VARIACÃO ANUAL DO PIB REAL ANO BASE 1980		Participação PIB c.f.per capita do Nordeste no PIB		Participação PIB p. m. Nordeste no PIB	
	BRASIL (A)	ÍNDICE NORDESTE (B)	ÍNDICE	c.f per capita Brasil	p.m. do Brasil	
1980	9,2	100,0	2,9	100,0	48,1	14,2
1981	-4,4	95,6	-0,7	99,3	48,6	14,1
1982	0,6	96,2	10,5	109,7	50,7	14,6
1983	-3,4	92,9	-3,8	105,5	51,5	14,9
1984	5,3	97,8	8,6	114,6	53,7	15,4
1985	7,9	105,6	8,2	124,0	53,3	15,0
1986	7,6	113,6	14,4	141,8	55,0	15,6
1987	3,6	117,7	2,0	144,6	52,9	15,3
1988	-0,1	117,6	3,0	148,9	53,3	15,6
1989	3,3	121,4	2,3	152,3	52,8	15,2

FONTE: NORDESTE- Sudene Produto e Formação Bruta de capital 1865-89

BNB- Análise Conjuntural v.27 n 2 jul/dez 1989

BRASIL- Conjuntura Econômica v.45 nº 7 31/07/1991

Nota: c.f - custo de Valores e p.m. - Preço de Mercado.

No que diz respeito ao esclarecimento dos impactos diferenciados entre as regiões quando da implementação de uma política de ajustamento, nós podemos encontrar três possíveis explicações¹⁷⁷:

1) que as variações determinadas em uma ou mais de uma das variáveis de política sejam regionalmente diferenciadas. Ex: a restrição ao crédito e/ou o corte nos gastos federais se concentrem mais em uma região que nas outras;

2) que as diferenças nas estruturas econômicas regionais determinam que as regiões dêem respostas diferenciadas

¹⁷⁷- GOMES, Gustavo M. et al. Recessão e desemprego nas regiões brasileiras. Recife: UFPE/PIMES. 1985. p.33.

em decorrência da utilização de um programa de estabilização. Ex: políticas nacionais de exportação, que não discriminam regiões podem provocar efeitos diferentes em função da diferenciação setorial;

3) que a política, apesar de definida de forma não regionalizada, seja discriminatória em termos setoriais. Ex: restrição geral do crédito aplicado de forma indiscriminada entre as regiões poupe determinados setores (por exemplo a agropecuária).

Embora aceitando que os itens 1 e 3 atuaram na região Nordeste durante os anos 80, o que melhor explica as diferenças de intensidade dos impactos da política regional se concentra nas diferenças entre as estruturas produtivas regionais^{***}. Assim sendo, durante o período de vigência da política econômica ortodoxa de cunho recessivo, o "padrão temporal de difusão regional da crise" ou seja, o modo como a crise atinge as várias regiões ao longo do tempo, atua inicialmente na área mais ligada ao mercado avançado e somente depois se propagando para as outras regiões de caráter mercantil menos acentuado. No Brasil isto ocorreu inicialmente na região Sudeste e na indústria de transformação, em especial os Departamentos II e III, estendendo-se em seguida para o Sul e depois para o Nordeste. Isto decorre do fato de que as políticas de ajustamento atuaram mais

^{***}- "As diferenças regionais no impacto da política de estabilização, portanto, devem ser atribuídas muito mais às diferenças estruturais entre as regiões do que as diferenças regionais no desempenho das políticas" GOMES, Gustavo M. et al. Op. cit. p.47.

acentuadamente sobre os setores e as regiões mais integradas ao mercado e por isso mais sensíveis e dependentes das políticas econômicas postas em prática pelo governo federal.

No processo de expansão capitalista brasileiro ocorreu uma maior integração e complementaridade da economia nordestina com relação a economia nacional. Porém, este processo não ocorreu de forma a unificar completamente a economia da região ao mercado brasileiro. O setor industrial que é o responsável pelo crescimento econômico regional não se encontra totalmente integrado quer do ponto de vista setorial, quer do ponto de vista espacial¹. Desse modo, ainda podemos perceber deficiências na integração intra-regional e inter-regional.

A integração incompleta no mercado, tanto do setor primário quanto do próprio setor secundário, irá determinar que os efeitos das políticas de ajustamento sejam, num primeiro momento, mais reduzidos no Nordeste do que na Região Sudeste do país, haja vista que o Sudeste tem um mercado mais integrado e dinâmico² e com um maior nível de solarização. Um aspecto

¹ - A cadeia interindustrial do Nordeste apresenta fracos elos de ligação. Vide FERREIRA J. C. et al. Incentivos fiscais e a criação de empregos no Nordeste. Fortaleza: SUDENE/CAEN. 1979.

² - A Região Sudeste se caracteriza por possuir o parque industrial mais concentrado do país. Esta região apresenta ainda uma grande integração e diversificação da sua estrutura econômica. Com isso, as forças produtivas capitalistas dessa área demonstram ser as mais desenvolvidas do Brasil. Por outro lado, a economia do Nordeste evidencia uma incompleta integração e um menor grau de desenvolvimento das forças capitalistas de produção. Desse modo a massa de capital e de assalariados é menos concentrada do que a encontrada no Sudeste do país. Assim sendo, as políticas de ajustamento atuam mais acentuadamente sobre a região Sudeste.

interessante é que ao longo da década de 80 a estrutura produtiva nordestina continuou ainda sofrendo transformações decorrentes do processo de industrialização e da continuidade do processo de integração de sua economia à economia nacional, apresentando uma queda de participação do setor primário e uma elevação do setor terciário. Um comportamento que não se assemelha de todo ao ocorrido na economia nacional durante esta fase, em virtude da redução da participação do setor secundário na economia brasileira em benefício do avanço da terceirização da economia.

Visto pela Tabela 29 observa-se que ocorre um "inchamento" do setor terciário regional e nacional que pode não necessariamente indicar uma degradação da economia, mas uma tendência de agudização da segmentação das estruturas produtivas. No que toca, especificamente, ao crescimento do terciário nordestino, este é uma consequência do crescente processo de urbanização ocorrido em decorrência da falta de condições de sobrevivência no meio rural²⁰³ em virtude da seca, do processo de crescimento das atividades financeiras e de serviços às empresas (em virtude da expansão da intermediação financeira e da modernização da economia) e, em menor grau, pela modernização no meio rural (agricultura irrigada) e pelo crescimento industrial.

²⁰³-CARLEIAL, Liana M. Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso. São Paulo: IPE/USP. 1986. p.91. (Série Ensaios econômicos; n. 59)

TABELA 29 - BRASIL e NORDESTE - Composição Setorial do Produto Interno Bruto 1980/1989 (X)

ANOS	NORDESTE			BRASIL		
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1980	17.2	29.3	53.4	10.2	40.7	49.1
1981	16.7	27.7	55.6	9.7	39,6	50.7
1982	14.3	29.1	56.6	8.1	41.2	50.7
1983	13.2	32.3	54.5	9.7	38.9	51.4
1984	16.3	31.6	52.1	10.2	40.8	48.9
1985	16.2	30.1	53.6	10.2	40.2	49.5
1986	14.8	26.9	58.2	10.4	42.0	47.7
1987	13.2	29.7	57.1	8.7	39.8	51.5
1988	16.1	28.4	55.5	8.8	37.9	53.3
1989	13.4	29.4	57.2	6.9	34.5	58.6

FONTE: NORDESTE- Sudene Produto e Formação Bruta de capital 1865-89
BRASIL- Conjuntura Econômica v.45 n: 7 31/07/1991

As informações que constam da tabela 30 revelam que a economia nordestina apresentou um crescimento mais elevado que o obtido para a economia brasileira em todos os setores econômicos durante a década de 80. Tanto o setor primário, como o secundário e terciário da região, obtiveram um crescimento mais elevado que os obtidos pelos mesmos setores da economia nacional. Porém, foi o terciário o setor que apresentou o melhor comportamento.

Procurando verificar o crescimento dos Estados do Nordeste ao longo desta fase, nos limitaremos somente ao período 1980/87, em virtude de ser somente para este período que se dispõe de informações para todos os estados da região. Também durante esta fase se constata que a taxa média de crescimento do PIB total e do PIB per capita nordestino foi

superior ao alcançado pela economia do país. (veja tabela 31).

TABELA 30 - BRASIL e NORDESTE- índices do Produto Interno Bruto Real Segundo os Setores Econômicos 1980/89

ANOS	NORDESTE			BRASIL		
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1980	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1981	100.8	89.7	103.7	108.0	91.2	97.8
1982	114.5	96.0	115.5	107.4	91.2	99.7
1983	80.5	100.7	114.3	106.8	85.8	98.9
1984	123.9	101.1	119.8	110.4	91.5	103.0
1985	129.8	104.3	133.0	121.4	99.1	109.7
1986	135.4	110.6	157.6	111.7	110.7	118.7
1987	112.4	115.3	167.0	128.4	111.9	122.6
1988	141.8	110.6	167.3	121.5	109.0	125.5
1989	135.8	114.6	173.2	133.2	112.1	130.3

FONTE: NORDESTE- Sudene Produto e Formação Bruta de capital 1865-89
BRASIL- Conjuntura Econômica v.45 nº 7 31/07/1991

Os Estados do Maranhão (11,7%) e do Rio Grande do Norte (12,4%) foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento²⁰⁰⁴, enquanto a Paraíba (4,8%) e Pernambuco (4,2%)

²⁰⁰⁴- Estes números obtidos pelos Estados do Maranhão e Rio Grande do Norte são consequência do crescimento do setor indústria e do setor serviços. Para o Maranhão constatamos um crescimento industrial de 128,1% entre 1980/87 e para os serviços o número foi de 120,5%. Para este fato colaborou a implantação do Projeto Carajás pelas empresas ALUMAR e Companhia Vale do Rio Doce. No que diz respeito ao Rio Grande do Norte encontramos um crescimento de 162,3% para a indústria e de 181,9% para os serviços no transcorrer do mesmo período. A performance do Estado do Rio Grande do Norte foi decorrente do complexo químico-metalúrgico do Estado, bem como do complexo salineiro de Macau. Vide Produto e formação bruta de capital - Nordeste do Brasil 1965-1989. Recife: SUDENE. 1990. P.44 e 58.

registraram as menores taxas^{***}. Acontece que mesmo apesar da existência de diferenças consideráveis nas taxas de crescimento entre os Estados nordestinos, todos eles apresentaram um comportamento superior à média nacional. A importância desse fato decorre de que a variação do Produto Interno Bruto ser um dos indicadores mais significativos dos efeitos das políticas de ajustamento.

TABELA 31 - BRASIL e NORDESTE- Taxa Média de Crescimento do PIB Total e PIB "Per Capita" 1980/87

DISCRIMINAÇÃO	PIB TOTAL 1980/87	PIB PER CAPITA 1980/87
Brasil	3.7	1.0
Nordeste	5.8	3.6
Maranhão	11.7	8.5
Piauí	7.7	5.1
Ceará	7.6	5.4
Rio G. Norte	12.4	10.1
Paraíba	4.8	3.2
Pernambuco	4.2	2.4
Alagoas	6.0	6.4
Sergipe	7.1	4.6
Bahia	5.7	3.3

FONTE: Nordeste- Sudene Pro. e For. Bruta de Capital 65/89
Brasil - Conjuntura Econômica V.45 nº 7 31/07/1991

A evolução do PIB per capita dos Estados da Região

***- O desempenho obtido pela economia de Pernambuco diz respeito ao reduzido crescimento apresentado por todos os setores econômicos pois, entre 1980/87, a agropecuária variou de apenas 6,6%, a indústria 21,7% e os serviços 37,9%. No que diz respeito a Paraíba, este Estado apresentou os seguintes resultados: indústria cresceu de 36,0%, a agropecuária de 70,7% e os serviços de 67,9%. Veja Produto e formação bruta de capital - Nordeste do Brasil 1965-1989. Op. cit. p.76 e 84.

Nordeste apresenta um comportamento semelhante aos apresentados pelo crescimento do PIB total. Foram também os Estados do Rio Grande do Norte (10,1%) e o Maranhão (8,5%) que obtiveram as mais expressivas taxas de crescimento, ficando a Paraíba (3,2%), Pernambuco (2,4%) e a Bahia (3,3%) responsáveis pelas mais reduzidas variações de crescimento.

Mesmo com a economia nordestina apresentando um melhor comportamento que ocorrido no conjunto da economia nacional não ocorreram grandes modificações na sua estrutura produtiva. O setor agropecuário não resolveu o seu mais grave problema que é a questão fundiária, e as ações da SUDENE neste campo foram capturadas pela oligarquia rural, servindo para uma "modernização conservadora"^{***}.

Ao longo das três últimas décadas ocorreram algumas mudanças conservadoras no interior da estrutura fundiária regional, como a substituição da produção de subsistência e de alimentos para o mercado pelo cultivo da cana-de-açúcar e outros produtos demandados pelas indústrias (Cajú, banana, etc), introdução de inovações tecnológicas e químicas (como por exemplo a irrigação, fertilizantes e adubação, etc). Essas mudanças somente tornaram cada vez mais grave a questão da produção de alimentos, levando o Nordeste a importar cada vez mais esses produtos (milho, feijão, arroz), sem contudo modificar a situação de uso e posse da terra, ou seja, um dos maiores entraves que

^{***}- vide MORRE JÚNIOR, Barrington. As Origens sociais da ditadura e da democracia - senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Edições Cosmos. (Coleção Coordenadas.)

existem na região Nordeste e no Brasil.

Os dados da tabela 32 apresentam informações a respeito da Distribuição Percentual dos Estabelecimentos Agrícolas Segundo Grupos de Áreas para o ano de 1985 e revela a elevada concentração de terras nas mãos de uma reduzida minoria.

No que se refere a política de industrialização, esta proporcionou uma relativa diversificação da estrutura industrial da região. Esta nova estrutura produtiva tem o seu crescimento conduzido por segmentos dinâmicos da indústria regional (Química e gêneros dela derivados- borracha, material plástico, produtos farmacêutico- e metalúrgia) e está concentrada nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Entretanto, a sua estrutura ainda não

TABELA 32 - BRASIL e NORDESTE - Distribuição Percentual dos Estabelecimentos Agrícolas Segundo Grupos de Área

DISCRIMINAÇÃO	1985							
	MENOS 10 Ha.		110Ha. 100		1100Ha. 1000		11000Ha. MAIS	
	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA
Brasil	52,9	2,7	37,1	18,5	8,9	35,0	0,9	43,8
Nordeste	70,5	5,4	23,8	23,2	5,1	39,3	0,3	32,1
Maranhão	83,8	4,4	10,7	15,3	4,3	38,8	0,4	41,3
Piauí	71,4	3,3	21,3	17,9	6,6	37,9	0,5	40,8
Ceará	63,3	6,1	29,9	28,2	6,4	45,1	0,3	20,5
Rio G. Norte	65,4	4,7	28,0	23,6	6,0	42,8	0,5	28,9
Paraíba	72,9	8,0	20,5	27,6	4,2	44,0	0,2	20,6
Pernambuco	76,1	10,7	20,3	31,4	3,3	43,8	0,1	14,0
Alagoas	82,0	11,4	15,1	26,5	2,7	44,5	0,1	17,6
Sergipe	80,0	10,3	16,8	31,6	2,8	43,1	0,1	15,0
Bahia	57,5	4,3	35,5	23,9	6,4	35,3	0,4	36,5

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1985.

se encontra fortemente integrada espacial e setorialmente. Sua

característica mais marcante é a dependência e complementaridade com relação as indústrias do Sudeste do país.

Apresentando um comportamento diferente do registrado com o Nordeste, a economia do Sudeste brasileiro demonstra ter sido fortemente influenciada pelas políticas de ajustamento postas em prática pelo governo federal no decorrer dos anos 80. A consequência disso é que a Região Sudeste apresentou uma redução na sua participação percentual no PIB nacional a custos de fatores (passou de 62% em 1980 para 58% em 1985) e uma queda no PIB per capita (de Cr \$ 0,1309 em 1980 para Cr \$ 0,1171 em 1985) conforme dados que constam da tabela 33.

TABELA 33 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PIB custo de fatores e PIB "per capita" das REGIÕES DO BRASIL Anos Selecionados - Renda per capita a preços constantes de 1980 (Cr \$)

REGIÕES	1975		1980		1985	
	PIB c.f.	Iper capita	PIB c.f.	Iper capita	PIB c.f.	Iper capita
NORTE (1)	2,22	0,0316	3,31	0,0614	4,28	0,0665
NORDESTE	11,54	0,0240	12,14	0,0380	13,55	0,0413
SUDESTE	63,68	0,0913	62,10	0,1309	58,18	0,1171
SUL	18,27	0,0673	17,26	0,0989	17,69	0,1017
CENTRO-DESTE (2)	4,29	0,0449	5,19	0,0750	6,31	0,0826

FONTE: IBGE: Contas Nacionais Consolidadas 1980-1989

(1) Norte- Exclusive Tocantins

(2) Cento-Deste- Inclusive Tocantins.

Nesta mesma tabela constatamos que foi a Região

Sudeste do país a única região a apresentar redução de participação tanto no PIB a custo de fatores como no PIB per capita regional. Por outro lado, a Região Sul quase que não modificou a sua participação no PIB a custo de fatores, embora tenha obtido um reduzido crescimento no PIB per capita. Enquanto isso, o Nordeste juntamente com as demais regiões do país elevou sua participação em ambos os indicadores.

Coerente com os dados das tabelas anteriores e confirmando que as políticas de ajustamento tiveram um impacto mais elevado na região mais industrializada e dinâmica do Brasil, os dados da tabela 34 apresenta a participação quase que constante da renda média do Sudeste como proporção da renda média

TABELA 34 - BRASIL e GRANDES REGIÕES - Renda Média Regional Como Proporção da Renda Média Nacional (Anos Seleccionados)

REGIOES	1970	1980	1983	1986	1988
NORTE	81,0	86,3	111,3	108,1	100,1
NORDESTE	55,6	56,7	59,0	58,0	61,4
SUDESTE	128,5	122,1	121,9	117,9	121,1
SUL	96,9	99,8	103,5	101,7	99,8
CENTRO-DESTE	85,2	100,3	105,1	121,3	107,5

FONTE: Maurício Costa Romão. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. p. 13.

nacional. Encontramos ainda que, enquanto o Sul do país diminuiu a sua parcela na renda média nacional, ocorreu, por

outro lado, um aumento da fatia do Nordeste brasileiro.

Outros aspectos que merecem ser analisados diz respeito aos indicadores de renda e emprego para as regiões Nordeste, Sudeste e para o país. Nestes pontos também constataremos que o impacto das políticas visando atender o processo de transferência financeira durante os anos 80 foi maior na região mais dinâmica do país.

Tendo por base as tabelas 57 e 58 constatamos que o comportamento do Sudeste levou a um crescimento no processo de concentração de renda regional (redução do percentual de renda apropriado pelos 40% mais pobres da população e uma elevação do percentual de renda apropriado pelos 10% mais ricos). Enquanto isso, o Nordeste mostrou um comportamento oposto ao verificado na região mais dinâmica do país, pois apresentou uma melhora reduzida no seu perfil de distribuição de renda durante a última década.

O estudo dos indicadores de renda nessas mesmas tabelas revela ainda o difícil quadro nordestino. Nelas comprovamos que, se o Brasil já demonstrava possuir um índice elevado de concentração da renda, a região Nordeste apresenta números bem mais graves para a situação²⁰⁷.

Todavia, o Nordeste que historicamente possui os

²⁰⁷ - "Se existe algum aspecto sobre o qual há consenso entre os analistas da economia brasileira é o de que nela prepondera uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo ocidental, senão a mais desigual" ROMÃO, Mauricio C. *Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil*. Recife: UFPE/PIMES. p. 15. (Texto para Discussão n. 209.)

números mais elevados no que diz respeito a incidência da pobreza²⁰⁰ no Brasil, obteve uma redução na sua participação em virtude do seu crescimento durante os anos 80, enquanto que a Região Sul e, principalmente, no Sudeste crescia a incidência de pobres. E estes fatos podem ser confirmados pelos dados da tabela 35, que vem novamente demonstrar um dos pontos centrais deste trabalho, que é o de que a recessão atingiu com maior força a região mais dinâmica do país quando da aplicação das políticas de ajustamento ortodoxo visando a geração de saldos para o pagamento da dívida externa.

TABELA 35 - BRASIL- Contribuição Percentual à Incidência da Pobreza (Anos Seleccionados)

REGIOES	1970	1980	1983	1986	1988
NORTE	2,9	3,4	2,0	2,1	2,7
NORDESTE	44,6	44,5	41,1	41,2	38,9
SUDESTE	34,0	32,8	37,3	38,0	37,7
SUL	12,9	13,5	13,6	13,4	14,1
CENTRO-OESTE	5,4	5,8	6,0	5,3	6,6

6. FONTE: Maurício C. Romão. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. p. 41.

²⁰⁰ - Maurício Romão trabalha com uma concepção objetiva da pobreza, quantificando-a segundo a noção absoluta (implica no estabelecimento de padrões mínimos de necessidade, ou níveis de subsistência abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres). Segundo Maurício Romão esse conceito sugere uma ação destinada a erradicar a pobreza. Vide ROMÃO, Maurício C. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. Recife: UFPE/PIMES. 1990. p.27-47 (texto para discussão n.209).

Baseando-se no coeficiente de GINI como indicador global de desigualdade, percebe-se que esse coeficiente evoluiu para patamares mais elevados à medida que as várias políticas, procurando obter o ajustamento da economia foram postas em prática ao longo do período 1980-89. Coerente com o regime de acumulação brasileiro que é, histórica e estruturalmente, concentrador e excludente, como também com as medidas de política econômica que permitiram a transferência de recursos para o exterior, os números do coeficiente de GINI se elevaram tanto para o Sudeste, Nordeste e Brasil. (veja tabela 36).

Todavia, o crescimento do coeficiente de Gini foi oscilante para o Nordeste, apresentando período em que ocorreu elevação e período de redução, terminado em 1988 com um valor (0,587) um pouco inferior ao apresentado em 1980 (0,589). Já a Região Sudeste mostrou um crescimento deste coeficiente ao longo de quase toda esta fase, e mesmo a queda verificada em 1988 (0,584) o deixou em um nível superior ao encontrado em 1980 (0,570).

TABELA 36 - BRASIL, NORDESTE e SUDESTE -
Coeficiente de GINI (anos selecionados)

PERIODO	BRASIL	NORDESTE	SUDESTE
1980	0.588	0.589	0.570
1983	0.601	0.602	0.583
1986	0.600	0.586	0.587
1987	0.616	0.602	0.600
1988	0.597	0.587	0.584

FONTE: IBGE- Censo 1980 e PNADs

Finalizando este item, as tabelas 37 e 38 apresentam o

comportamento do desemprego aberto^{***} e do subemprego durante os anos 80. O que se constata ao longo desta fase é que a taxa de desemprego no Nordeste se situou em patamares inferiores aos níveis encontrados para região Sudeste e para a economia nacional em todo o período (exceção do ano de 1980), ratificando o desempenho dos Produtos Interno Bruto das referidas regiões e o nacional. Outro fato que deve ser salientado é que não somente para economia brasileira, mas também para a economia nordestina a variação da taxa de desemprego acompanhou o comportamento cíclico da economia, com os anos de 1981 e 1983 apresentando os números mais elevados de desemprego e 1986 revelando os menores índices de ociosidade da força-de-trabalho, decorrência do impacto do Plano Cruzado sobre o nível de emprego.

Embora a taxa de desemprego no Nordeste tenha sido menor que o apresentado pela economia brasileira e pela Região Sudeste na década de 80, o mesmo não pode ser dito da taxa de subemprego regional. O quadro regional sempre apresentou números muito mais elevados que os encontrados no país e na região mais dinâmica do país.

^{***} - A taxa de desemprego aberto parecer não ser o indicador mais adequado para se estudar o problema da mão-de-obra entre as várias regiões do Brasil. A economia de subsistência na área rural e o setor informal nos centros urbanos distorcem os números da utilização da mão-de-obra no país.

TABELA 37 - BRASIL, NORDESTE e SUDESTE- Taxa de Desemprego Durante a Década de 80
1980/89

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Brasil	2.23	4.26	3.93	4.86	4.26	3.38	2.42	3.58	3.80	3.02
Sudeste	2,10	5.39	4.99	6.10	5.35	4.27	2.78	4.14	4.04	
Nordeste	2.92	3.47	3.12	3.76	3.32	2.55	2.29	3.43	3.75	3.24
Maranhão	2.16	-	-	1.85	1.70	1.33	1.42	2.01	2.69	2.42
Piauí	1.56	-	-	2.86	3.18	1.63	1.34	2.12	1.73	1.05
Ceará	2.61	3.27	2.84	3.57	2.73	2.17	1.83	2.88	3.40	2.66
Rio G. Norte	3.38	-	-	5.75	4.27	3.82	3.43	2.79	3.53	4.22
Paraíba	2.58	-	-	4.59	3.70	3.74	2.43	4.05	3.46	3.69
Pernambuco	3.07	4.57	4.47	5.17	5.02	3.37	3.12	4.50	5.22	3.62
Alagoas	3.20	-	-	-	2.36	2.62	3.27	3.38	4.71	2.48
Sergipe	3.16	-	-	-	4.11	2.28	1.39	2.89	3.05	3.44
Bahia	3.53	3.90	3.20	3.31	3.16	2.43	2.29	3.99	3.95	3.97

FONTE: Censo de 1980 e PNAD's

Nota: Taxa de desemprego e a relação entre as pessoas não ocupadas (procurando emprego sobre o total da PEA

TABELA 38 - BRASIL, NORDESE e SUDESTE- Taxa de Subemprego Invisível

DISCRIMINAÇÃO	1980	1983	1986	1989
Brasil	39.3	41.1	34.9	35.1
Sudeste	25,6	30.2	25.6	
Nordeste	67.6	56,2	54.0	56.8
Maranhão	72.3	72,8	62.6	62.9
Piauí	77.9	80,7	66.4	69.4
Ceará	70.9	73,7	58.5	63.7
Rio G. Norte	66.4	53,9	51.3	54.8
Paraíba	72.6	56,3	60.3	62.4
Pernambuco	61.4	53,9	46.6	49.6
Alagoas	68.8	-	48.7	57.4
Sergipe	61.4	-	49.5	50.7
Bahia	58.2	57,9	50.3	51.4

FONTE: IBGE- Censo 1980 e PNADs

Nota: Subemprego invisível e composto das pessoas sem remuneração ou que ganham até um salário mínimo sobre a PEA

Todas as informações apresentadas revelam que realmente

a economia nordestina obteve um bom crescimento econômico durante a década de 80, apesar da sua integração subordinada ao contexto nacional e da utilização pelo governo brasileiro de políticas de ajustamento visando fazer com que a economia brasileira realizasse a transferência financeira para o exterior. As diferenças estruturais entre as regiões possibilitaram que a economia do Nordeste sofresse um impacto mais reduzido que a área mais dinâmica do país (Sudeste), em decorrência das medidas de política econômica implementadas pelo governo federal durante os anos 80.

Influenciando para que ocorresse esse fato, encontramos os efeitos positivos do setor externo nordestino e das políticas dos governos da região estimulando o dinamismo da economia regional.

4.3 O Desempenho do setor externo nordestino durante a década de 80

O comportamento do comércio exterior do Nordeste é outro aspecto que influenciou o bom desempenho regional na última década. Mesmo após a redução da influência do setor externo sobre a dinâmica da economia da região e de sua maior inserção no contexto econômico nacional, esta região do país continuou a ser uma grande geradora de divisas para a economia brasileira.

A região Nordeste obteve durante os anos 80 elevados

superávits na sua balança comercial, podendo com isso contribuir com a política de transferência financeira que o Brasil passou a realizar para o Sistema Privado de Crédito Internacional a partir de 1982//83. Mesmo mantendo o crescimento econômico, a economia regional conseguiu reduzir as suas importações durante boa parte dessa década (1982-1985) e incrementar as exportações para o exterior ao longo desse período.

A análise da balança comercial da Região e do país, revela que o Brasil conseguiu obter megassuperávits comerciais após a implementação das políticas de ajustamento e de forma mais precisa após a entrada em cena do FMI em 1983²¹⁰. Por outro lado, a economia do Nordeste conseguiu manter o seu tradicional superávit no comércio exterior. (veja tabela 39).

Apresentando um comportamento semelhante ao ocorrido com a balança comercial brasileira logo após a crise de 1982, o Nordeste obteve um incremento no saldo de suas transações comerciais com o exterior. Respondendo imediatamente às políticas de ajustamento postas em prática pelo governo federal, a economia regional elevou suas exportações e reduziu suas importações ao

²¹⁰ - " O programa de ajustamento que o FMI impõe às nações sob sua intervenção inclui um conjunto de políticas aparentemente contraditórias, mas que coerentemente estão voltadas para a obtenção de saldos comerciais. Os principais pontos do ajustamento exigido pelo Fundo são: a) equilibrar o orçamento do Estado (aumento de impostos e redução dos investimentos públicos); b) liberar preços e elevar a taxa de juros; c) retirada dos subsídios; d) redução das importações e aumento das exportações; e) reduzir o salário do trabalhador; e f) desvalorizar o câmbio. Vide LICHTENSZJN, Samuel, BAER, Mônica. Fundo monetário internacional e banco mundial - estratégia e políticas do poder financeiro. São Paulo: Brasiliense. 1987.

iniciar o período sob a orientação do FMI.

TABELA 39 - BRASIL e NORDESTE- Composição e Saldos das Balanças Comerciais 1980/1989 (US \$ MILHÕES FOB)

ANOS	BRASIL			NORDESTE		
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1980	20.132	22.955	-2.823	2.314	1.381	933
1981	23.293	22.091	1.202	2.688	1.064	1.624
1982	20.175	19.396	779	1.956	991	965
1983	20.899	15.429	6.470	2.370	811	1.559
1984	27.004	13.916	13.088	2.718	702	2.016
1985	25.639	13.153	12.486	2.526	775	1.751
1986	22.393	14.044	8.349	2.032	926	1.106
1987	26.225	15.051	11.174	2.286	946	1.340
1988	33.787	14.605	19.182	2.907	1.053	1.854
1989	34.406	18.255	16.151	2.879	1.293	1.586

FONTE: BANCO DO BRASIL- CACEX

As tabelas 40 e 41 apresentam a evolução das exportações e importações do Nordeste e do Brasil. Nelas percebemos que o país e a região apresentam quase o mesmo ciclo de expansão e contração do comércio exterior, em ritmos um pouco diferenciados. O crescimento das exportações brasileiras na década de 80 foi de 71%, enquanto que as exportações nordestinas se elevaram em apenas 21% no mesmo período. Fica demonstrado que embora tenha ocorrido um aumento das exportações da região, estas não cresceram tanto quanto às exportações do Brasil, o que revela uma diferença evidente em termos de concentração industrial e competitividade no resto do país com relação ao Nordeste.

TABELA 40 - BRASIL e NORDESTE- Evolução das Exportações 1980/1989

ANOS	BRASIL			NORDESTE		
	US \$	Índice	Tx. Média	US \$	Índice	Tx. Média
	milhões		la. cresci.	milhões		la. cresci.
1980	20.132	100	-	2.314	100	-
1981	23.293	116	15,7	2.688	116	16,2
1982	20.175	100	-13,4	1.956	85	-27,2
1983	21.899	109	8,5	2.370	102	21,2
1984	27.004	134	23,3	2.718	117	14,7
1985	25.639	127	- 5,1	2.526	109	- 7,1
1986	22.393	111	-12,7	2.032	88	-19,6
1987	26.225	130	17,1	2.286	99	12,5
1988	33.787	168	28,8	2.907	126	27,2
1989	34.406	171	1,8	2.879	121	- 1,0

FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

Por outro lado, a redução das importações do Nordeste, que foi superior à queda obtida pelas importações brasileiras nos primeiros cinco anos da década, terminou esta fase quase que voltando ao mesmo nível de 1980. Enquanto a região não conseguiu reduzir as importações, o Brasil diminuiu enormemente o valor importado, sendo esta via um dos fatores de maior peso para a obtenção de seus megassuperávits comerciais.

Todavia, o que se constata é que mesmo com esses fatos, o setor externo regional respondeu às políticas postas em prática pelo governo federal visando elevar o saldo comercial do país, mais pela via da diminuição de suas importações do que pela via do crescimento das exportações.

TABELA 41 - BRASIL e NORDESTE- Evolução das Importações 1980/1989

ANOS	BRASIL			NORDESTE		
	US \$	Índice	Tx. média	US \$	Índice	Tx. média
	milhões		la. cresci.	milhões		la. cresci.
1980	22.955	100	-	1.381	100	-
1981	22.091	96	- 3,8	1.064	77	- 23,0
1982	19.396	84	- 12,2	991	72	- 6,9
1983	15.429	67	- 20,5	811	59	- 18,2
1984	13.916	61	- 9,8	702	51	- 13,4
1985	13.153	57	- 5,5	775	56	10,4
1986	14.044	61	6,8	926	67	19,5
1987	15.051	66	7,2	946	68	2,2
1988	14.605	64	- 3,0	930	67	- 1,7
1989	18.255	79	25,0	1.293	94	39,0

FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

Demonstrando a coerência da política que visava a obtenção de divisas para o pagamento do serviço da dívida externa, o governo brasileiro conseguiu elevar o grau de abertura externa pelo lado das exportações e reduzir significativamente a abertura externa pelo lado das importações, chegando em 1989 com um coeficiente de importação de 3,8 que se reduziu a quase um terço do coeficiente do início da década (9,8). (vide tabela a 42). Este resultado é decorrente da resposta do parque industrial brasileiro que teve ampliada a capacidade de produção de bens de capital e insumos básicos em virtude da política de diversificação realizada no II PND. Com isso, a expansão da capacidade produtiva nacional, resultante dos grandes projetos setoriais, possibilitou tanto reduzir as importações como também ampliar as exportações brasileiras.

No que diz respeito à região nordestina, esta conseguiu diminuir o seu já reduzido coeficiente de importações, como também manter o seus superávits comerciais apesar da queda brusca no coeficiente de exportação regional a partir da segunda metade dos anos 80.

Ao longo de toda esta fase em que a política econômica posta em prática pelo governo brasileiro procurou elevar o coeficiente de exportação e reduzir o coeficiente de importações, constatamos uma redução na participação regional relativa de exportação e uma pequena elevação na participação regional relativa de importação. A queda da participação regional de importação decorre de uma significativa redução do coeficiente de importação do país maior que o da região. (veja tabela 43).

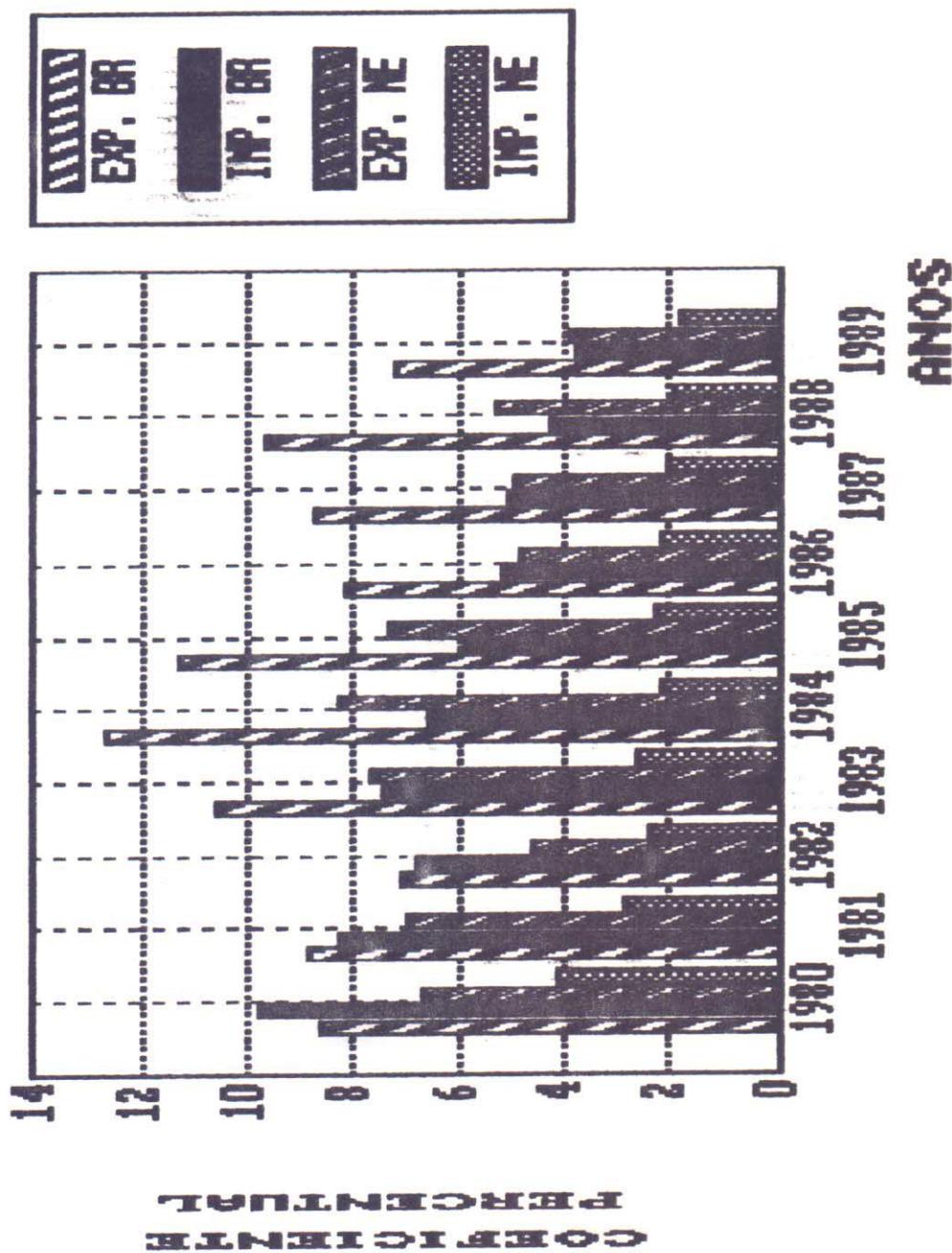
TABELA 42 - BRASIL e NORDESTE- Coeficiente de Comércio Exterior 1980/1989

ANOS	BRASIL		NORDESTE	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
1980	8.6	9.8	6.6	4.1
1981	8.8	8.3	7.0	2.8
*1982	7.1	6.8	4.6	2.4
1983	10.6	7.5	7.7	2.6
1984	12.7	6.5	8.3	2.1
1985	11.3	5.8	7.4	2.3
1986	8.2	5.2	4.8	2.2
1987	8.7	5.0	4.9	2.0
1988	9.7	4.2	5.3	1.9
1989	7.2	3.8	3.9	1.8

FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

Semelhante ao apresentado na década de setenta, o que se percebe é a perda relativa de importância do Nordeste nas

FIGURA 2: BRASIL E NORDESTE - Coeficiente de Comercio Exterior 1980/1989.



exportações do Brasil e um crescimento reduzido da sua participação no que se refere às importações brasileiras em consequência da grande queda no coeficiente de importação nacional. A reduzida participação da região no processo de diversificação industrial ocorrido no Brasil durante os anos 70 (II PND) e, ao mesmo tempo, da integração de sua economia à economia nacional, fez com que o Nordeste passasse a importar mais de outras regiões do país do que do resto do mundo.

TABELA 43 - PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES REGIONAL NAS EXPORT. E IMPORT. DO BRASIL(%) - 1970/79

ANOS	Part. Regional Exportações	Part. Regional Importações
1980	11.5	6.0
1981	11.5	4.8
1982	9.7	5.1
1983	10.8	5.3
1984	10.1	5.0
1985	9.9	5.9
1986	9.1	6.6
1987	8.7	6.3
1988	8.6	6.4
1989	8.4	7.1

FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

É durante esta década que a pauta de exportações de produtos nordestinos deixou de ser comandada por um número reduzido de produtos primários. O grupo de produtos básicos que no início dos anos 80 participava com 54% nas exportações de produtos do Nordeste, encerrou a fase com uma fatia de 21%. Por outro lado, os artigos manufaturados passaram de 23% em 1980 para 49% no ano de 1989. Ocorreu também um crescimento das

exportações dos produtos semimanufaturados, que passou de 21% de participação regional, no início da década, para 29% no encerramento. (vide tabela 44)

Essa mudança que aconteceu na pauta de exportação Nordestina foi em virtude da diversificação da estrutura industrial da região, com o predomínio da produção de bens intermediários (química e produtos dela derivados, metalúrgica) e um conseqüente processo de modernização do aparelho produtivo regional causado pela política de industrialização via SUDENE.

TABELA 44 - NORDESTE- Participação das Exportações Segundo a Classe de Produtos

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Produtos básicos	54.08	47.48	43.49	35.55	29.79	32.68	34.04	32.59	24.88	20.90
Semimanufaturados	21.43	16.39	14.07	13.95	17.54	20.43	25.85	24.11	29.84	29.24
Manufaturados	23.77	35.64	41.88	49.89	51.85	45.96	39.52	42.60	44.89	49.47
Outras Classes	0.72	0.49	0.56	0.61	0.82	0.93	0.59	0.70	0.39	0.39
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

A evolução das exportações do Nordeste segundo a classe de produtos é apresentada na tabela 45 a seguir. Nela, as informações confirmam a redução significativa ocorrida no grupo de produtos básicos na pauta de exportação da região, pois se em 1980 este partia de um índice 100, chega em 1989 com um índice de 48. O que é realmente uma queda elevada. As classes de produtos manufaturados e semimanufaturados da Região Nordeste cresceram

respectivamente de 159% e 70% ao longo destes anos^{#11}.

A relação dos principais produtos da região Nordeste que são exportados para o exterior revela a redução do grau de vulnerabilidade do setor externo nordestino em decorrência da diminuição da concentração e dependência com relação ao grupo de produtos básicos. Os dez produtos (açúcar, cacau, algodão, óleo de mamona, sisal, fumo, lagosta, melação, cêra de carnaúba, e castanha de cajú) que em 1980 participavam com 77% das exportações nordestinas chegaram em 1989 com 28% de participação. (veja tabela 46)

TABELA 45 - NORDESTE- Evolução das Exportações Segundo a Classe de Produtos 1980/1989
US \$ 1.000 (FOB)

ANOS	BÁSICOS		SEMIMANUFATURADOS		MANUFATURADOS		OUTROS	
	VALORES	ÍNDICE	VALORES	ÍNDICE	VALORES	ÍNDICE	VALORES	ÍNDICE
1980	1.251.660	100	495.911	100	550.103	100	16.563	100
1981	1.276.310	102	440.462	89	958.124	174	13.286	80
1982	850.635	68	275.166	55	819.113	149	11.033	67
1983	842.392	67	330.669	67	1.182.371	215	14.455	87
1984	809.552	65	476.612	96	1.409.190	256	22.245	134
1985	825.429	66	516.027	104	1.160.613	211	23.560	142
1986	691.703	55	525.132	106	802.836	146	11.966	72
1987	745.115	60	551.086	111	973.903	177	16.010	97
1988	723.416	58	867.608	175	1.304.831	237	11.231	68
1989	601.873	48	841.932	170	1.424.346	259	11.142	67

FONTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

#11 - Com relação à composição da pauta das exportações regional de manufaturados, em 1989, destacam-se os produtos: petroquímicos (17,3%), Açúcar refinado (8,9%), óleo combustível (8,1%), gasolina automotiva (5,2%), óxido de alumínio (4,7%), etc. Já os principais produtos Semimanufaturados foram: alumínio em bruto (45,8%), manteiga de cacau (6,6%), couros e peles (6,5%). Vide Nordeste: análise conjuntural. Fortaleza: BNB. v.27. n.2. p. 159 e 161. jul./dez. 1989.

O desenvolvimento industrial do Nordeste, implementado pela SUDENE por intermédio da política de incentivos fiscais durante os anos sessenta e setenta, concentrou seu potencial de crescimento no eixo Bahia-Pernambuco. No final dos anos setenta com a implementação do III Polo Industrial do Nordeste (1978/79), esta industrialização se expande um pouco para o Estado do Ceará. Esse III Pólo Industrial do Nordeste teve como objetivo a promoção de atividades industriais no Ceará, com ênfase no pólo metal-mecânico, e visava impulsionar de maneira diversificada os ramos têxtil, confecções, calçados, couros, cerâmica, alimentos,

TABELA 46 - NORDESTE- Principais Produtos Exportados para o Exterior 1980/1989 US \$ 1.000,00

PRODUTOS	1980		1981		1982		1983	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Açúcar	707.788,00	30,6	735.678,00	27,4	338.199,00	17,3	337.709,00	14,3
Cacau	616.307,00	26,6	531.149,00	19,8	377.484,00	19,3	495.893,00	20,9
Algodão	30,00		-		380,00		16.044,00	0,7
Óleo de Mamona	71.237,00	3,1	52.494,00	1,9	26.217,00	1,3	19.024,00	0,8
Sisal	129.596,00	5,6	100.252,00	3,7	65.702,00	3,4	91.291,00	3,9
Fumo	51.385,00	2,2	54.872,00	2,0	46.175,00	2,4	41.275,00	1,7
Lagosta	37.460,00	1,6	49.960,00	1,9	49.077,00	2,5	29.008,00	1,2
Melaço	82.372,00	3,6	68.563,00	2,5	1.127,00	0,1	24.643,00	1,0
Cera de Carnaúba	16.982,00	0,7	17.783,00	0,7	14.434,00	0,7	12.847,00	0,6
Castanha de Cajú	69.102,00	3,0	78.443,00	2,9	67.190,00	3,4	69.002,00	2,9
Outros	531.979,00	23,0	998.988,00	37,2	969.962,00	49,6	1.233.155,00	52,0
TOTAL	12.314.238,00	100,0	12.688.182,00	100,0	11.955.947,00	100,0	12.369.891,00	1100,0

Fonte: Banco do Brasil- Cacex

TABELA 46
NORDESTE- Principais Produtos Exportados para o Exterior 1980/1989
Continuação US \$ 1.000,00

PRODUTOS	1984		1985		1986	
	VALOR	X	VALOR	X	VALOR	X
Açúcar	359.077,00	13,2	260.073,00	10,3	239.635,00	11,8
Cacau	588.870,00	21,7	680.332,00	26,9	537.181,00	26,4
Algodão	12.260,00	0,5	7.098,00	0,3	-	-
Óleo de Mamona	39.040,00	1,4	37.085,00	1,5	32.523,00	1,6
Sisal	95.907,00	3,5	79.179,00	3,1	74.197,00	3,7
Fumo	35.933,00	1,3	39.256,00	1,6	35.491,00	1,7
Lagosta	51.526,00	1,9	38.945,00	1,5	27.988,00	1,4
Melaço	22.192,00	0,8	9.287,00	0,4	19.488,00	1,0
Cera de Carnaúba	10.186,00	0,4	12.193,00	0,5	16.416,00	0,8
Castanha de Cajú	66.416,00	2,4	103.394,00	4,1	108.456,00	5,3
Outros	1436.193,00	52,9	1.258.787,00	49,8	940.262,00	46,3
TOTAL	12.717.600,00	100,0	12.525.629,00	100,0	12.031.637,00	100,0

Fonte: Banco do Brasil - Cacex

TABELA 46
NORDESTE- Principais Produtos Exportados para o Exterior 1980/1989
Continuação US \$ 1.000,00

PRODUTOS	1987		1988		1989	
	VALOR	X	VALOR	X	VALOR	X
Açúcar	233.965,00	10,2	258.831,00	8,9	254.417,00	8,8
Cacau	470.391,00	20,6	412.466,00	14,2	247.616,00	8,6
Algodão	67.820,00	3,0	-	-	-	-
Óleo de Mamona	39.621,00	1,7	38.259,00	1,3	-	-
Sisal	62.100,00	2,7	88.989,00	3,1	106.790,00	3,7
Fumo	28.729,00	1,3	37.756,00	1,3	32.797,00	1,2
Lagosta	53.316,00	2,3	53.432,00	1,8	37.884,00	1,3
Melaço	26.513,00	1,2	22.213,00	0,8	-	-
Cera de Carnaúba	18.817,00	0,8	23.636,00	0,8	21.066,00	0,7
Castanha de Cajú	87.791,00	3,8	111.232,00	3,8	109.339,00	3,8
Outros	1.197.050,00	52,4	1.860.272,00	64,0	2.069.385,00	71,9
TOTAL	12.286.113,00	100,0	12.907.086,00	100,0	12.879.294,00	100,0

FONTE: BANCO DO BRASIL- CACEX

cimento, eletro-eletrônico, e produtos petroquímicos finais²¹².

Ao longo dos anos oitenta, o Maranhão recebeu estímulos no seu setor industrial com a implantação do projeto Carajás, por intermédio da Companhia Vale do Rio Doce, Alcoa e Alumar (Albras/Alunorte), apresentando um grande crescimento no comércio externo do Nordeste. Todavia, apesar destas transformações ocorridas, no setor externo da região transparece cada vez mais a concentração das atividades de exportação e importação no Estado da Bahia como veremos nas tabelas 47 e 48.

O grau de concentração das atividades do comércio externo no Estado da Bahia chega a ser tão elevado que sua média ultrapassa os 50% de participação, tanto no que diz respeito as exportações como nas importações regionais. Esta informação pode ser confirmada pelos dados das duas últimas tabelas citadas anteriormente.

Neste mesmo período, ocorreu uma redução na importância do Estado de Pernambuco para o comércio exterior da região. Em um menor grau de participação aparecem o Ceará e Alagoas com um comportamento relativamente estável e, a partir de 1984, o Estado do Maranhão passa a contribuir de forma mais acentuada para o setor externo do Nordeste.

²¹² - O III Pólo Industrial do Nordeste foi complementado com a criação, pelo Governo do Estado, do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará), que oferecia um elenco de incentivos para motivar a instalação de um grande número de empreendimentos no Distrito Industrial de Fortaleza. Veja ROCHA, Euripedys E. O Caráter inovador do fundo de desenvolvimento industrial do Ceará. Fortaleza: UFC/CAEN. 1991. (Texto para discussão n. 97.)

A participação do Maranhão se torna tão significativa no final deste período ao ponto de em 1989 liderar as exportações de semimanufaturados com 46,3% de participação, à frente até da Bahia que ficou com 42,1%. Ficaram ainda as exportações maranhenses em terceiro lugar no valor das exportações de manufaturados (5,8%), perdendo apenas para Bahia (60,6%), Pernambuco (18,1%), e ultrapassando o estado do Ceará²¹².

A política econômica posta em prática pelo governo brasileiro, que visava obter saldos na balança comercial por intermédio do aumento das exportações e da redução nas importações, sofreu restrições decorrentes das condições imperantes no comércio internacional onde prevaleceu o protecionismo e a reciprocidade, em virtude do problema da dívida

TABELA 47 - NORDESTE- Participação dos Estados no Valor das Exportações 1980/1989E (X)

ESTADOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Maranhão	0.5	0.3	0.2	0.7	1.0	3.3	8.0	9.8	15.5	16.0
Piauí	-	-	-	0.7	0.7	0.7	0.8	1.2	1.4	1.2
Ceará	8.7	7.9	10.0	7.0	7.5	8.5	9.7	10.0	9.0	7.6
R. G. Norte	0.4	0.4	0.6	1.8	1.6	1.7	1.4	2.1	2.1	2.5
Paraíba	1.8	1.7	1.1	2.1	2.3	1.9	2.4	1.7	1.8	2.3
Pernambuco	21.3	19.9	13.5	11.9	12.8	10.4	12.4	11.0	12.0	11.2
Alagoas	18.7	15.9	10.0	10.1	8.8	7.5	8.3	7.5	6.7	5.3
Sergipe	-	5.6	9.7	1.0	1.3	1.2	1.0	1.1	1.2	1.0
Bahia	48.6	48.3	54.8	64.7	64.0	64.8	56.0	55.6	50.3	52.9
NORDESTE	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0

FORNTE: BANCO DO BRASIL - CACEX

externa de grande número de países e da utilização das políticas recessivas recomendadas pelo FMI durante os anos 80.

Desse modo, apesar da conjuntura de recessão mundial ser modificada pela recuperação da economia americana, com os Estados Unidos entrando numa nova fase expansionista e puxando atrás de si as economias Latino Americanas, a via que procurava o aumento das exportações como solução ideal para o ajuste externo encontrou certa dificuldade, ficando a via da redução das importações como a mais bem sucedida (por que respaldada pelos ajustes estruturais decorrentes do II PND)²¹⁴. Este fato, aliado as políticas de ajustamento que procuravam reduzir a absorção interna da economia e transferir renda para o exterior, implicaram numa década de crise e alguns anos de recessão para a economia nacional.

TABELA 48 - NORDESTE- Participação dos Estados no Valor das Importações 1980/1989 (%)

ESTADOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Maranhão	1.9	1.7	3.2	7.6	6.2	8.5	7.4	4.5	5.1	7.7
Piauí	0.2	0.1	-	0.1	0.2	0.1	0.3	1.5	0.2	0.3
Ceará	8.1	9.9	10.6	11.0	9.9	11.8	10.2	8.7	5.5	9.5
R. G. Norte	0.5	0.8	0.4	0.1	0.2	0.1	0.5	0.5	0.8	1.6
Paraíba	0.9	0.5	0.4	0.4	0.9	1.1	0.7	0.8	0.6	2.6
Pernambuco	22.8	24.4	18.3	22.5	26.0	19.6	23.9	18.1	13.1	15.2
Alagoas	4.7	8.3	5.3	3.8	5.4	5.9	3.5	3.7	4.4	3.5
Sergipe	1.2	0.7	0.3	0.2	1.4	1.1	1.8	1.3	1.4	1.0
Bahia	59.7	53.6	61.5	54.3	49.8	54.8	51.7	60.9	68.9	58.6
NORDESTE	1100.01	100.0	1100.01	100.0	100.01	100.0	1100.0	1100.0	1100.0	1100.0

FONTE: BANCO DO BRASIL- CACEX

²¹⁴ - BARROS DE CASTRO, Antônio, PIRES DE SOUZA, Francisco A. Economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Apesar dessa conjuntura, a economia do Nordeste não somente conseguiu manter a sua tradicional função de geradora de divisas, como ainda obteve uma taxa de crescimento positiva durante a década de 80, contribuindo assim, para a transferência de recursos que o país realizou para o exterior.

4.4 As Finanças dos Estados e Municípios nordestinos

Em meados dos anos sessenta o governo brasileiro realizou uma reforma que promoveu a concentração e centralização para esfera da União dos instrumentos tributários e financeiros. Esta mudança elevou o poder do governo central e fez com que Estados e Municípios dependessem cada vez mais da esfera federal, não só política mas também financeiramente.

Devido às limitações financeiras dos Estados federativos em consequência da reduzida base dos tributos, e da insuficiência de recursos transferidos a fundo perdido e sem capacidade própria de financiamento, os governos estaduais e municipais passam a recorrer às operações de crédito para financiar seus projetos de investimento. Além do mais, observamos que o modo de financiamento criado a partir de 1964 pelo novo regime político tinha na expansão do déficit público, na expansão da dívida pública e na utilização da liquidez do mercado financeiro internacional uma característica comum de atuação de todo o setor público brasileiro. (vide capítulo 2)

Durante a década de setenta o mecanismo de operação de crédito tem uma expansão mais elevada nos Estados mais desenvolvidos do país. Na década de oitenta esse modo de financiamento do setor público chegou ao seu limite em virtude do processo de endividamento desenfreado forçado pelo governo central e/ou pela política de reprodução do poder econômico e político das elites estaduais e regionais¹⁵, por que passaram os Estados das diversas regiões do país e em especial São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul¹⁴, apoiados nas suas fortes estruturas econômicas.

A evolução das finanças públicas dos Estados Nordestinos apresentou durante os anos setenta e oitenta as seguintes características:

1) O aumento de participação das operações de crédito nos orçamentos desses Estados, na década de setenta, foi posterior aos realizados pelos Estados mais desenvolvidos do país;

2) O endividamento recente levou a um peso maior do passivo externo no saldo devedor total regional;

3) Os fluxos orçamentários apresentaram um comportamento anticíclico da economia nordestina no início dos

¹⁵- AMARAL FILHO, Jair do. Endividamento dos estados federativos: um "affair" das elites locais. São Luiz, 1991. p.3-7. (Texto preparado para o Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, mimeo.)

¹⁴- Em dezembro de 1990, 91,9% da dívida pública estadual e municipal era da responsabilidade dos referidos estados, conforme dados do BACEN, Relatório anual do Banco Central 1990. v.27. Brasília, 1991. p.68.

anos 80¹⁷.

O quadro de endividamento crescente de Estados e Municípios que chegou até a abalar a estabilidade e as finanças de vários bancos estaduais, aliada à conjuntura de dificuldades da economia brasileira que se encontrava às voltas com o problema da transferência financeira para o exterior, não determinou que o comportamento das finanças públicas nordestinas correspondesse à lógica de redução da demanda interna existente na economia do Brasil.

Apesar da desaceleração do ritmo da atividade econômica, em geral, e da utilização de políticas procurando reduzir a absorção interna da economia (em especial os gastos governamentais), a evolução das finanças dos Estados e Municípios do Nordeste revela uma expansão relativamente elevada de seus gastos durante os anos 80¹⁸. Ao longo de toda a década as despesas estaduais e dos municípios das capitais nordestinas experimentaram um incremento de 45%, e uma taxa média de crescimento anual de 4,27%. Um resultado que se aproxima bastante da taxa média de crescimento atingida pelo PIB do Nordeste durante a última década, ou seja, 4,7%.

Esse comportamento contribuiu para diminuir o impacto

¹⁷- SUDENE. Endividamento dos estados da região Nordeste. Recife, 1988. p.12. (Série Finanças Públicas 2.)

¹⁸- "Devemos ter em conta que os governos estaduais e municipais não podem emitir moeda, possuem uma capacidade de endividamento junto ao público limitada e tem seus gastos determinados pelas circunstâncias". Conforme GOMES, Gustavo M. et al. Op. cit. p.37.

recessivo advindo do programa de ajustamento ortodoxo (1981-1982) e do programa de ajustamento monitorado pelo FMI (1983-1984). A tabela 49 revela que a Região nordeste apresentou uma tendência de crescimento na participação das despesas totais dos governos e municípios das capitais no Brasil. Em 1980 o Nordeste participava com 15,7% do total das despesas dos governos estaduais e municipais e chega em 1985 a participar de 18% do total.

TABELA 49 - DESPESAS TOTAIS DOS GOVERNOS E MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS DAS DIVERSAS REGIÕES 1980/89

Regiões	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
NORTE										
índice	100	94	153	120	137	216	275	252	219	324
percentual	3,0	2,9	4,2	3,8	4,4	5,1	5,4	5,1	4,6	6,2
NORDESTE										
índice	100	104	113	97	98	150	178	165	149	145
percentual	15,7	16,5	16,2	16,2	16,3	18,3	18,0	17,1	16,3	14,5
CENTRO-OESTE										
índice	100	104	120	112	124	169	174	189	158	171
percentual	7,1	7,4	7,7	8,4	9,2	9,3	7,9	8,8	7,7	7,7
SUDESTE										
índice	100	96	103	85	84	109	140	139	140	154
percentual	58,2	56,7	54,4	52,7	52,2	49,4	52,5	53,6	56,6	57,1
SUL										
índice	100	102	121	112	106	144	158	145	133	142
percentual	16,0	16,5	17,5	18,9	17,9	17,9	16,2	15,4	14,8	14,5
BRASIL										
índice	100	99	110	94	94	129	155	151	144	157
percentual	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

"Execução Orcamentária dos Estados e Municípios das Capitais 1980-1989"

Por outro lado, foi o Sudeste a única região que apresentou uma tendência de queda na sua participação percentual no total das despesas de estados e municípios durante o período

1980-1985. No que diz respeito às demais regiões do país, estas áreas também apresentaram um crescimento na sua participação e com isso vem novamente confirmar que a crise brasileira atingiu de forma mais intensa o Sudeste, ou seja, a região mais industrializada e dinâmica do Brasil.

Conforme se constata pelas informações existentes nas tabelas 50 e 51, o comportamento observado pelos Estados e Municípios das capitais do Nordeste durante os anos 80 foi influenciado pelo desempenho favorável das diversas fontes de recursos. Ao longo de toda a década, somente os anos de 1983 (-13,6%) e de 1988 (-9,7%) apresentaram taxas decrescentes de variação da receita total estadual e municipal. Esse fato pode ser visualizado por intermédio do figura 3 que apresenta o comportamento das Receitas dos Estados e Municípios da Região Nordeste e pelo figura 4 que mostra as Principais Receitas dos

TABELA 50 - NORDESTE- Receita dos Estados e Municípios da 1980/1989 (Cr\$ Mil de 10/1980)

ANOS	RECEITAS CORRENTES			RECEITAS DE CAPITAL			TOTAL	
	VALORES	Tx. Méd. %	Crescim. %	VALORES	Tx. Méd. %	Crescim. %	VALORES	Tx. Méd. Crescim. %
1980	436.488.175	70,25	-	184.880.860	29,75	-	621.369.035	-
1981	455.619.238	68,31	4,4	221.337.818	31,69	19,7	666.957.057	7,3
1982	525.793.500	76,54	15,4	161.153.433	23,46	-23,7	686.946.933	3,0
1983	478.026.423	80,57	-9,1	115.290.825	19,43	-28,5	593.317.248	-13,6
1984	503.175.418	78,05	5,3	141.507.644	21,95	22,7	644.683.063	8,7
1985	656.468.984	70,91	30,5	269.254.295	29,09	90,3	925.723.279	43,6
1986	782.624.841	80,23	19,2	192.855.882	19,77	-28,4	975.480.723	5,4
1987	687.903.137	69,75	-12,1	298.197.900	30,25	54,7	986.201.037	1,1
1988	707.221.639	79,42	2,8	183.286.973	20,58	-38,6	890.508.612	-9,7
1989	752.907.776	84,57	6,5	137.345.908	15,14	-25,1	890.253.685	0,0

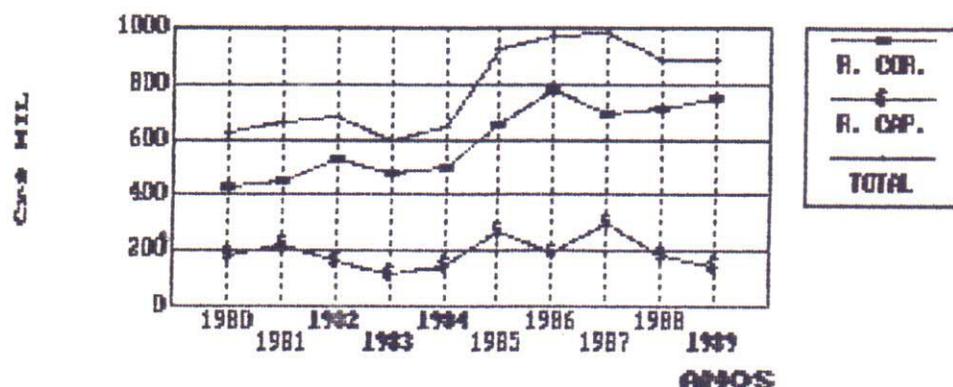
FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

"Execução Orcamentária dos Estados e Municípios das Capitais 1980-1989"

Estados e Municípios da Região.

Durante o triênio 1980/82 verificamos que a expansão dos gastos dos governos da região nordestina atuavam de uma maneira contrária à da política ortodoxa utilizada pelas autoridades econômicas do país visando resolver o problema externo e ao mesmo tempo fugir da tutela do FMI. A rubrica "despesas correntes" que no ano de 1980 representava 64,52% das despesas totais, passa a ser responsável em 1982 por 71,6% dos gastos, sendo as despesas de custeio e pessoal as mais representativas para existência desse fato. Por outro lado,

FIGURA 3: Receitas dos Estados e Municípios da Região Nordeste (%) - 1980/1989.



ocorreu uma redução em 1982 nas despesas de capital (-10,5%), que foi consequência da diminuição dos investimentos (-3,2%) e das transferências de capital (-18,4%). Todavia, no que diz respeito a despesa total esta se elevou de 4,5% em 1981 a 9,1% em 1982. (veja tabelas 52 e 53). O figura 5 apresentando o Comportamento das Despesas dos Estados e Municípios da Região Nordeste e o figura 6 mostrando a variação das Principais Despesas dos Estados e Municípios da Região fornecem uma visualização desse comportamento.

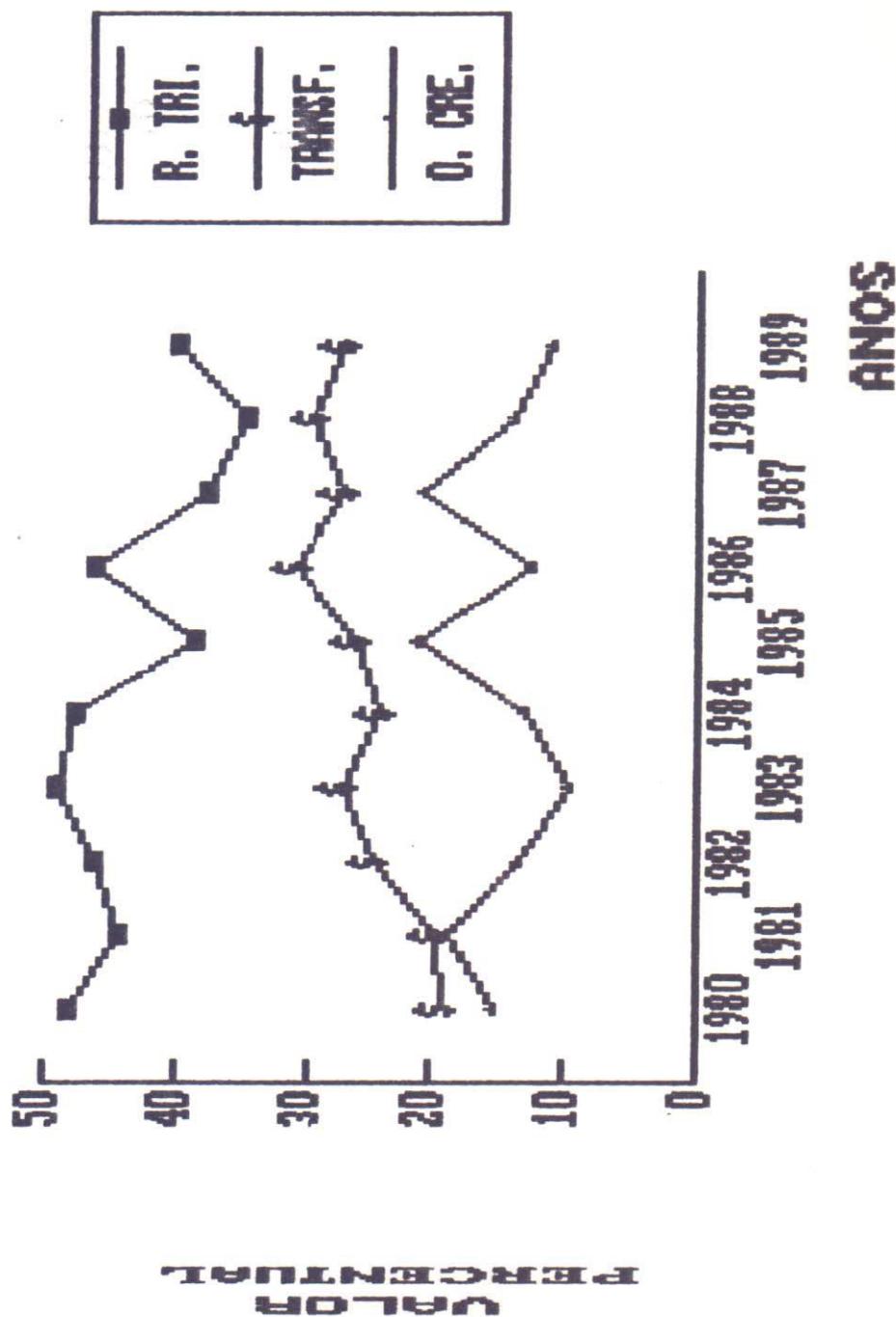
O Brasil recorreu ao Fundo Monetário Internacional em janeiro de 1983 (1ª Carta de Intenções) e aprofunda a aplicação de medidas de natureza contencionista através da adoção de programa de ajustamento acertado com o Fundo (vide capítulo 2). Assim, diferente do que se observou com relação aos anos de

TABELA 51 - NORDESTE - Principais Receitas dos Estados e Municípios e sua Taxa de Crescimento 1980/1989 (%)

ANOS	IRec. Tributária		ITransferências		IOper. Crédito	
	I	I	I	I	I	I
	X	ICrescim.	X	ICrescim.	X	ICrescim.
1980	48,08	-	19,17	-	15,08	-
1981	44,54	-0,6	19,77	10,7	18,65	32,7
1982	46,07	6,5	24,29	26,5	13,28	-26,7
1983	49,15	-7,9	26,75	-4,9	9,67	-37,1
1984	47,51	5,0	23,77	-3,4	12,96	45,6
1985	38,62	16,7	25,73	55,4	20,94	131,9
1986	46,08	25,7	30,86	26,4	12,49	-37,1
1987	37,67	-17,3	26,71	-12,5	20,84	68,7
1988	34,51	-17,3	29,29	-1,0	13,65	-40,8
1989	39,80	15,3	26,71	-8,8	10,89	-20,3

FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

FIGURA 4: Participação Relativa das Principais Receitas dos Estados e Municípios da Região Nordeste (%) - 1980/1989.



1980/82, o período 1983/84 vai registrar os níveis mais baixos dos gastos públicos na Região Nordeste durante toda esta década.

Esse comportamento dos gastos de Estados e Municípios nordestinos em 1983/84, não nega a afirmação de que os governos da região atuaram de maneira anticíclica, porém apresenta a influência que as políticas praticadas pelo governo federal passaram a ter na região em decorrência do processo de integração da economia regional à reprodução de capital da economia brasileira. Assim, os gastos e a política de endividamento dos governos da região foram, durante este biênio, fortemente influenciadas pelas diretrizes de política fiscal e creditícia do governo federal²¹⁹.

Como exemplo temos que a redução ocorrida nos recursos da rubrica "operações de crédito" (que sofre controle do governo federal) foi a principal responsável pela queda da receita total no ano de 1983, o que provocou a conseqüente redução das despesas dos Estados na região.

No ano de 1983 a redução da despesa total foi de 14,4%. A queda ocorreu tanto nas despesas de custeio (11,8%), pessoal (11,5%), investimento (37,5%), como na transferência de capital (18,3%). Aqui já começa a aparecer alguns pontos que seriam característicos dos anos finais da década de 80 e que foram a diminuição dos gastos com investimento e o arrocho sobre o salário do funcionalismo público.

Em 1984 a economia brasileira inicia um processo de

²¹⁹ - SUDENE, Op. cit. p. 14.

TABELA 52 - NORDESTE- Despesas dos Estados e Municípios 1980/1989

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL			TOTAL		
	VALORES	I X	ITx. Méd. ICrescim.	VALORES	I X	ITx. Méd. ICrescim.	VALORES	ITx. Méd. ICrescim.	
1980	396.443.311	64,52	-	218.027.429	35,48	-	614.470.741	-	
1981	419.521.572	65,36	5,8	222.376.593	34,64	2,0	641.898.166	4,5	
1982	501.536.074	71,60	19,5	198.930.285	28,40	-10,5	700.466.360	9,1	
1983	458.373.061	76,41	-8,6	141.534.014	23,59	-28,8	599.907.075	-14,4	
1984	417.144.487	69,21	-9,0	185.593.233	30,79	31,1	602.737.721	0,5	
1985	587.022.231	63,60	40,7	335.897.880	36,40	81,0	922.920.111	53,1	
1986	756.633.643	68,90	28,9	341.553.518	31,10	1,7	1.098.187.161	19,0	
1987	757.853.162	74,53	0,2	258.949.766	25,47	-24,2	1.016.802.928	-7,4	
1988	629.520.556	68,49	-16,9	289.589.171	31,51	11,8	919.109.728	-9,6	
1989	646.275.521	72,20	2,7	248.890.539	27,80	-14,0	895.166.061	-2,6	

FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

"Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais 1980-1989"

recuperação da atividade econômica, que culmina em 1985 e 1986. E é justamente no biênio 1985/86 que as finanças públicas regionais apresentam o crescimento mais elevado tanto das receitas como das despesas durante a década de 80. Em 1985 a receita total experimentou um crescimento de 43,6% em decorrência da variação positiva de 30,5% das "receitas correntes" e 90,3% das receitas de capital. Na rubrica receita de capital encontramos as operações de crédito com 131,9% com um significativo aumento nesse ano.

O crescimento altamente favorável das finanças públicas estaduais e municipais forneceram o suporte financeiro para o significativo incremento da despesa total (53,1%) no ano de 1985. As despesas correntes variaram positivamente de 40,7% e as

FIGURA 5: Despesas dos Estados e Municípios da Região Nordeste - 1980/1989.

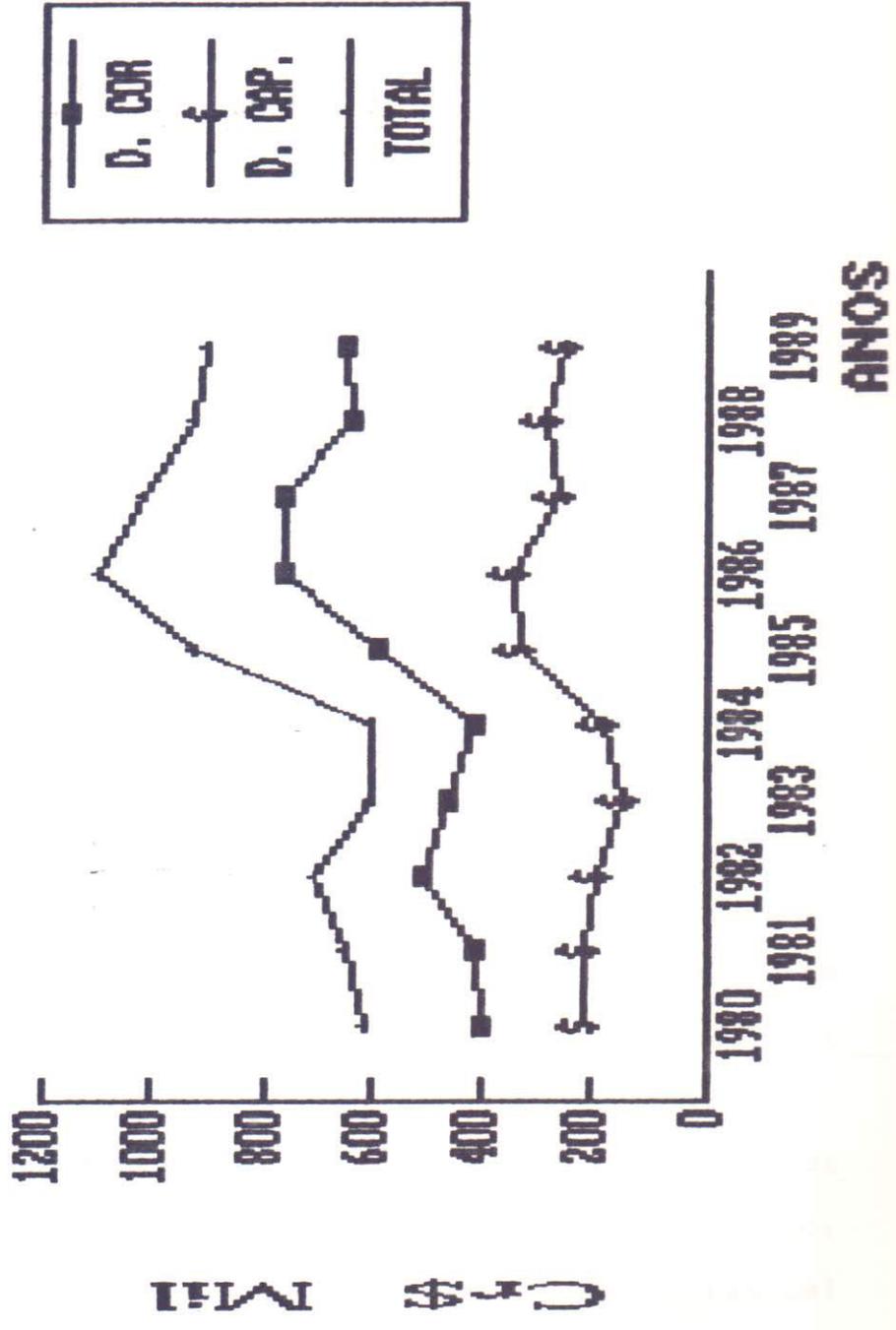


TABELA 53 - NORDESTE- Principais Despesas por Categoria Econômica dos Estados e Municípios e sua Taxa de Crescimento 1980/1989 (%)

ANOS	Desp. Custeio		Pessoal		Investimento		Trans. Capital	
	Tx. Méd.	Crescim.	Tx. Méd.	Crescim.	Tx. Méd.	Crescim.	Tx. Méd.	Crescim.
	%	%	%	%	%	%	%	%
1980	35,47	-	29,31	-	16,84	-	16,63	-
1981	35,42	4,3	28,83	2,7	17,04	5,4	15,93	0,1
1982	38,62	19,0	31,97	21,0	15,11	-3,2	11,91	-18,4
1983	39,78	-11,8	33,04	-11,5	11,02	-37,5	11,37	-18,3
1984	34,15	-13,8	28,22	-14,2	13,54	23,5	15,45	36,5
1985	31,97	43,4	27,26	47,9	17,69	100,0	17,89	77,4
1986	36,54	36,0	31,55	37,7	14,33	-3,6	15,49	3,0
1987	35,57	-9,9	30,80	-9,6	10,48	-32,3	13,82	17,4
1988	37,21	-5,4	30,15	-11,5	11,31	-2,5	16,35	6,9
1989	39,12	2,4	31,22	0,8	13,02	12,2	13,67	-18,6

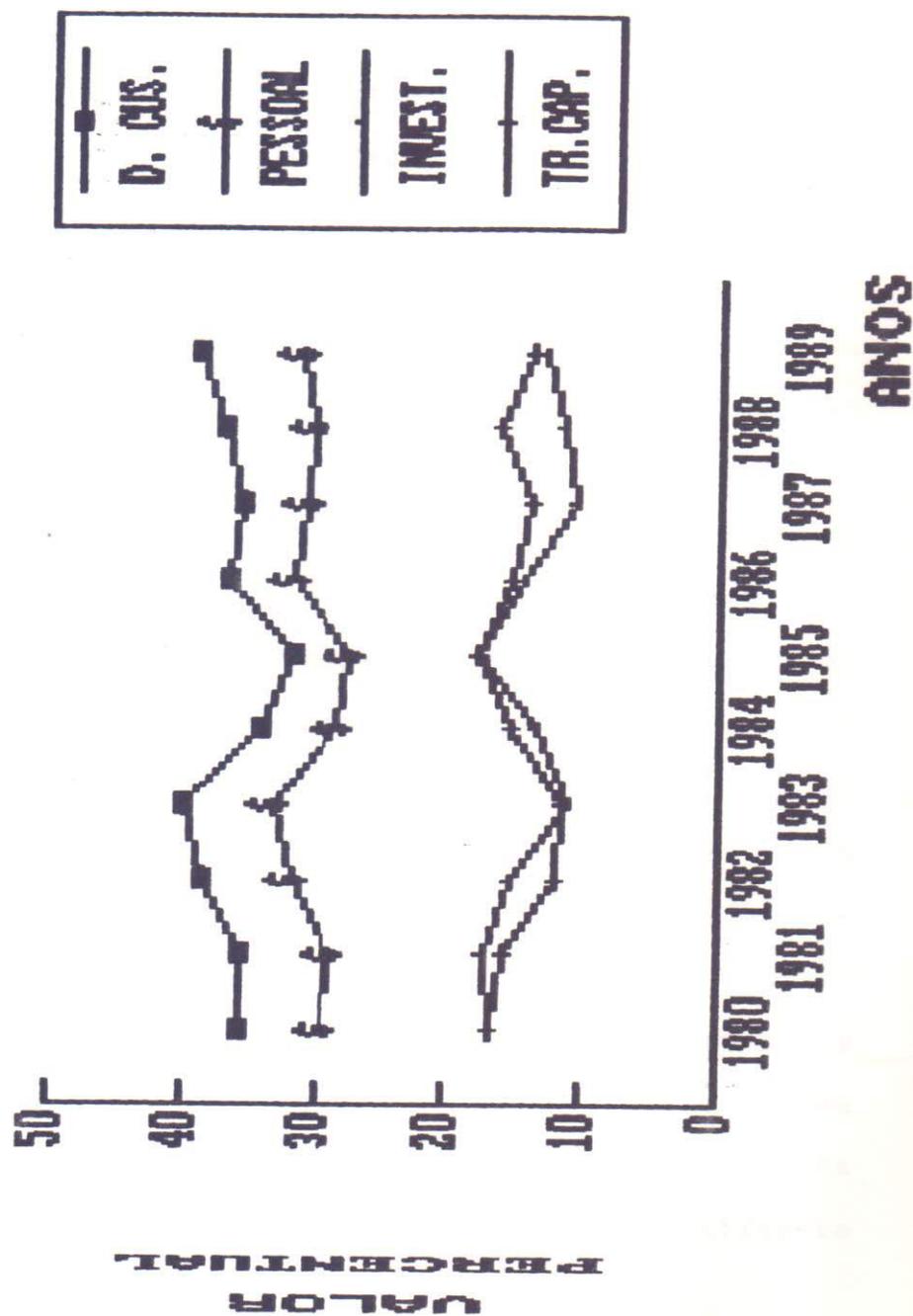
FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

despesas de custeio (43,4%), pessoal (47,9%), investimento (100%) e na transferência de capital (77,4%).

A implantação do Plano Cruzado reduzindo drasticamente os índices inflacionários e a manutenção do crescimento econômico constituíram-se em fatores que colaboraram decisivamente com um novo crescimento nas receitas e despesas dos Estados e Municípios das capitais do Nordeste. O incremento observado na receita total (5,4%) em 1986, apesar da elevada redução nas operações de crédito (37,1%) para a região, favoreceram um impulso nos gastos de custeio (36%) e pessoal (37,7%) durante este ano.

A redução ocorrida nas operações de crédito foi em virtude de medida na esfera federal (Resolução BACEN n 1.135) que congelou os empréstimos financeiros aos governos estaduais e

FIGURA 6: Participação Relativa das Principais Despesas dos Estados e Municípios da Região Nordeste (%) - 1980/1989.



à administração indireta, devido ao agravamento da situação financeira estadual e municipal. Desse modo, em 1986 constatou-se uma queda na participação e na variação das receitas de capital e na sua rubrica "operações de crédito", que se repetiria nos anos de 1988 e 1989. Assim, é somente no final do período que acontece uma modificação na estrutura de financiamento dos Estados e Municípios nordestinos, em virtude da redução das operações de crédito e do agravamento das finanças públicas da região.

A partir de 1987 inicia-se um ciclo de desaceleração da atividade econômica nacional e regional, que reduz a arrecadação e os gastos dos Estados e Municípios do Nordeste, porém mantendo-os em patamares bem acima dos verificados no início dos anos 80. Ao longo da fase 1987/89 ocorreu uma redução na receita tributária regional (1987/88), nas transferências (1987/89) e nas operações de crédito (1988/89), mas é somente em 1988 que diminuiu o montante de receita total da região (9,7%).

Pelo lado dos gastos o que se observou foi uma queda nas despesas correntes e nas de capital que determinaram uma redução dos gastos totais em todos os anos do triênio 1987/89. As maiores quedas foram as que ocorreram nos gastos com investimento e gasto com pessoal.

Essa atitude dos governos estaduais e municipais da Região Nordeste, que apresentaram um comportamento contrário ao requerido pela política de contenção da demanda interna e da demanda governamental posta em prática pelo governo brasileiro,

favoreceu também o crescimento econômico regional observado na região durante a década de 80^{mas}. Porém, num contexto de crise do regime de acumulação nacional que apresentava pontos de estrangulamento na área externa e interna, a política dos governos estaduais nordestinos acarretou para a região as seguintes consequências:

1) agravamento na precária situação financeira dos Estados;

2) redução na participação dos investimentos na despesa total;

3) crescimento desmensurado dos gastos referentes ao serviço da dívida estadual e municipal; e

4) Arrocho salarial para o funcionalismo público no final deste período.

Perante este quadro de ruptura no padrão de financiamento do setor público brasileiro e de seus Estados federativos, e em meio à grave crise vivida nos anos 80, merece destaque a atuação do governo do Ceará a partir de 1987 com a procura da constituição de um novo modo de gerenciamento da coisa pública. Após realizar um grande esforço de ajuste fiscal-financeiro-administrativo durante a administração Tasso

^{mas} - "Mais importante a assinalar, para o argumento que vimos desenvolvendo, é que as inversões do Setor Público no Nordeste, em termos reais, mesmo diante da alarmante crise fiscal ora vivida no país, nos três níveis de governo, têm-se constituído no mais importante componente de indução da trajetória relativamente estável do crescimento do PIB regional" FERREIRA, Assuero. Em busca de um novo estilo de desenvolvimento para o Nordeste. Planejamento e políticas públicas. Brasília:IPEA. p.131. dez. 1990.

Jereissati, o Estado do Ceará é apontado como exemplo a ser seguido pelas outras unidades da federação.

O comportamento dos indicadores sociais, ao longo deste período, também é merecedor de uma análise.

4.5 O Contexto social do Nordeste durante a década de 80

O estudo dos impactos sociais decorrentes das medidas de política econômica tem revelado ser de uma dificuldade mais acentuada do que a realização da análise das mudanças econômicas. As principais causas dessas dificuldades são as seguintes: menor interesse das autoridades por questões sociais, a falta de recursos dos órgãos que pesquisam sobre a questão, a precariedade de determinados dados e a falta de atualização de outras informações²²¹. Quando a análise das questões sociais diz respeito à região Nordeste, encontramos também uma carência relativa de indicadores sociais à nossa disposição referente ao período que pretendemos estudar. Todavia, apesar de um grau maior de dificuldade nas pesquisas da área social, o presente item tem o intuito de averiguar o comportamento do contexto social nordestino durante os anos 80.

O Brasil passou, durante as últimas cinco décadas, de uma nação rural para um país industrializado e predominantemente

²²¹ - "CHAHAD, José R. , MACEDO, Roberto. Ajustamento econômico e impacto social no Brasil 1980-89. Os Efeitos sobre a população infantil. In: CHAHAD, José P. Z. , CERVINI, Rubens. (org.) Crise e infância no Brasil : O Impacto das Políticas de Ajustamento Econômico. São Paulo: IPE/USP. 1988. p.82.

urbano. Processo de urbanização semelhante ocorreu na Região Nordeste, embora este não se tenha dado com a mesma intensidade. Em 1950 a região contava com 26,4% de sua população residindo na zona urbana, 33,9% em 1960 e 41,4% em 1970^{BR}. Os dados da tabela 54 revelam que durante a década de 80 a tendência de crescente urbanização da população nordestina e brasileira foi mantida. De 49,9% em 1980, a população urbana do Nordeste se elevou para 58,2% em 1989, apresentando um aumento de 3,62% a.a. durante esta fase. Podemos ainda constatar que o crescimento regional foi superior ao obtido pelo país (3,25%).

Os números com relação à PEA (População Economicamente Ativa) confirmam a tendência de redução da participação da

TABELA 54 - BRASIL e NORDESTE - Participação e Taxa de Crescimento Médio Anual da População Rural e Urbana 1980/1989

DISCRIMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO				VARIAÇÃO (%)		
	1980		1989		RURAL	URBANA	TOTAL
	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA			
Brasil	30,0	70,0	25,0	75,0	-0,44	3,25	2,16
Nordeste	50,1	49,9	41,8	58,2	0,51	3,62	2,17
Maranhão	72,4	27,6	62,7	37,3	1,95	4,34	2,75
Piauí	59,8	40,2	48,3	51,7	0,46	4,51	2,32
Ceará	45,5	54,5	41,2	58,8	0,81	3,17	2,12
Rio G. Norte	40,2	59,8	35,2	64,8	0,57	3,06	2,09
Paraíba	47,6	52,4	35,3	64,7	-1,37	3,90	1,66
Pernambuco	39,5	60,5	29,6	70,4	-0,81	3,32	1,89
Alagoas	52,9	47,1	40,5	59,5	-0,20	4,10	2,10
Sergipe	46,0	54,0	46,1	53,9	2,55	2,08	2,30
Bahia	50,7	79,3	42,2	57,8	0,47	3,90	2,28

FONTE: Censo 1980 e PNAD 1989

população rural no Nordeste e no Brasil, e demonstram que na região a variação de crescimento da população urbana se deu a uma taxa bastante elevada (6%), principalmente nos Estados do Maranhão (7,82%) e Piauí (7,40%) (vide tabela 55).

A elevada taxa de urbanização ocorrida nos principais centros urbanos do país e da região acarretou a necessidade de gastos em infra-estrutura visando fazer frente às novas demandas oriundas desse processo. No Brasil, os investimentos ligados à área de desenvolvimento urbano ficaram na sua maioria sob a responsabilidade do governo federal. O Estado brasileiro concentrava no poder central a grande maioria do volume de recursos e se encarregava do destino e distribuição das verbas federais. Ocorre que o esforço realizado pelo governo brasileiro para fazer frente a estas demandas não procurou suprir as

TABELA 55 - BRASIL e NORDESTE- Participação e Taxa de Crescimento Médio da População Economicamente Ativa- da População Rural e Urbana 1980/1989

DISCRIMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO				VARIÇÃO (%)		
	1980		1989		RURAL	URBANA	TOTAL
	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA			
Brasil	32,4	67,6	25,7	74,3	2,40	4,88	4,18
Nordeste	49,5	50,5	43,6	56,4	2,96	6,00	4,56
Maranhão	68,6	31,4	65,0	35,0	3,75	7,82	5,00
Piauí	58,0	42,0	50,4	49,6	5,20	7,40	4,91
Ceará	46,9	53,1	41,9	58,1	3,26	4,96	4,21
Rio G. Norte	41,3	58,7	35,4	64,6	3,48	5,81	4,92
Paraíba	47,7	52,3	36,9	63,1	1,32	6,39	4,22
Pernambuco	38,4	61,6	32,1	67,9	1,46	5,18	3,84
Alagoas	50,7	49,3	46,4	53,6	3,26	6,29	4,78
Sergipe	45,8	54,2	47,0	53,0	5,33	4,90	5,10
Bahia	50,7	49,3	43,2	56,8	3,02	6,53	4,87

FONTE: Censo 1980 e PNAD 1989

necessidades da população mais carente^{***} e nem conseguiu fornecer a infra-estrutura necessária ao rápido processo de urbanização. Desse modo, problemas sociais foram se agravando à medida que a procura dos serviços públicos não encontrava uma resposta rápida e eficiente por parte do Estado.

Acontece a expansão das periferias, cresce o processo de favelização, persiste a falta de emprego e moradia, aliado à ausência de saneamento básico, assistência médica e educação. Todo esse processo resulta em precárias condições de vida para a grande maioria da população e ocorreu de forma mais ou menos intensa nos principais centros urbanos de todas as regiões do país.

Todavia o quadro nordestino tem se revelado mais grave do que a média nacional. Além do mais existe ainda uma elevada participação da população rural na população total do Nordeste (42%), que está a apontar na direção da continuidade do intenso processo de urbanização regional, devido a, dentre outros fatores agravantes, a questão da seca que provoca grande êxodo rural.

As políticas econômicas ortodoxas e mesmo as heterodoxas postas em prática pelo governo brasileiro durante os anos 80 procuraram reduzir a demanda interna (exceção do Plano Cruzado) com o objetivo único de gerar saldos comerciais

^{***}- ALBUQUERQUE, Marcus C. C. Gastos sociais no Brasil: habitação e saneamento. In: Planejamento e políticas públicas, Brasília: IPEA. n. 1. p.107-125. jul. 1989.

positivos e transferir renda para o exterior. Essas políticas levaram a que a economia brasileira apresentasse durante este período um comportamento cíclico de recessão (1981-83) expansão (1984-86) e nova retração econômica (1988-89).

A crise do setor externo tem um prolongamento no Estado e nas finanças públicas comprimindo a capacidade de investimento do setor público, e com isso levando o governo diminuir ou não mais realizar os investimentos em infra-estrutura e gastos sociais.

Uma análise do comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) para o Brasil e o Nordeste, ao longo dos anos 70 e 80, ressalta uma mais elevada redução dos investimentos na economia nacional. A tabela 56 apresenta números que acentuam a queda do investimento, em virtude da queda de participação da FBCF no PIB brasileiro após 1983. Por outro lado, no Nordeste constatamos um comportamento com variações de menor intensidade da FBCF do setor público regional e valores bastante favoráveis de participação da FBCF/PIB até 1985.

Esses dados se revelam por demais importantes, não somente porque apresentam a redução do investimento, mas também por causa da importância que representa FBCF do setor público para a dinâmica da economia nordestina²²⁴.

²²⁴- Segundo o Professor Pedro Jorge Ramos Vianna: a) a FBCF do setor público é de extrema importância para a FBCF total do Nordeste; e b) os setores públicos estaduais e municipais parecem influenciar mais expressivamente a FBCF total que a FBCF do Governo Federal na Região. Vide VIANNA, Pedro, J. R. O Tamanho e o papel do setor público no Brasil e no Nordeste. Fortaleza, p.32. ago. 1991. mimeo.

TABELA 56 - BRASIL e NORDESTE- Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)
1970/89 (X)

ANOS	BRASIL		NORDESTE			
	FBCF/PIB	FBCF/PIB	FBCF Setor Público/PIB			
			AGROPECÁ.	SECUNDA.	SERVIC.	TOTAL
1970	20,30	19,02	0,24	3,15	5,86	9,25
1971	21,00	15,67	0,25	2,36	4,09	6,69
1972	21,90	17,15	0,21	3,12	4,02	7,35
1974	24,10	21,41	0,27	3,51	6,07	9,86
1975	25,20	24,06	0,36	4,95	4,78	10,09
1976	24,50	27,69	0,46	5,46	6,15	12,07
1977	23,20	26,61	0,42	5,52	5,79	11,73
1978	23,20	26,66	0,41	5,80	6,35	12,56
1979	22,40	24,78	0,39	5,52	5,36	11,27
1980	22,50	22,16	0,39	4,43	5,22	10,04
1981	20,10	21,02	0,52	5,06	4,10	9,68
1982	18,80	21,74	0,46	4,76	4,71	9,94
1983	16,00	23,31	0,83	7,23	4,15	12,20
1984	15,70	18,56	0,38	4,68	4,77	9,84
1985	16,20	18,45	0,16 (1)	5,08(1)	4,26(1)	9,50 (1)
1986	18,10	16,46	0,23 (1)	4,63(1)	3,87(1)	8,73 (1)
1987	17,10	-	0,25 (1)	5,79(1)	3,87(1)	9,91 (1)
1988	17,00	-	-	-	-	-
1989	16,70	-	-	-	-	-

FONTE: BRASIL- Conjuntura Econômica V.42 N° 9 set/1988
NORDESTE- SUDENE Produto e Formação Bruta de Capital
-Nordeste do Brasil 1965-1989
Produto e Formação Bruta de Capital Fixo do
Setor Público - Nordeste do Brasil 1960-1987

(1) Dados preliminares.

A atitude do governo de redução dos investimentos em infra-estrutura e dos gastos sociais é devido:

- 1) a queda da atividade econômica que reduz a receita real e os recursos do Estado para este tipo de investimento;
- 2) o objetivo das políticas de ajustamento recessivas

que procura equilibrar as finanças públicas²²⁵.

Em decorrência da aplicação das políticas de ajustamento, o processo de transferência financeira realizado pela economia brasileira provocou o agravamento das questões urbanas e sociais da sociedade do Brasil durante os anos 80. A crise da economia do país durante esta fase veio expandir em maior proporção o processo de favelização, elevar o desemprego, reduzir os ganhos reais dos trabalhadores, restringir a oferta de alimentos básicos, provocar um crescimento brutal da marginalidade e da violência urbana, e aumento da mortalidade infantil no Brasil²²⁴.

BCME-BIBLIOTECA

A Região Nordeste apresentou ao longo desta década um dinamismo econômico apreciável e demonstrou possuir uma capacidade de resistir aos efeitos das crises nacionais. Porém, os principais indicadores sociais da região revelam que o Nordeste apresenta um quadro mais crítico do que a média

²²⁵- FARRET, Ricardo L. A Crise econômica e os investimentos federais em desenvolvimento urbano In: Crise e Infância no Brasil: O impacto das políticas de ajustamento econômico. Op. cit. p.221.

²²⁴- A mortalidade infantil no Brasil vem apresentando uma tendência decrescente em todo o país ao longo das décadas. Vide BACKER, Roberto A. Brasil: principais causas da mortalidade infantil In: Crise e infância no Brasil. Op. cit. p 269-280. O que ocorre e que a redução se dá em um ritmo e intensidade desigual, segundo o nível de desenvolvimento regional, o acesso aos serviços de saúde e saneamento e as diferenças sócio-econômicas e culturais entre as classes e camadas sociais. Veja SIMÕES, Celso C. S. , ORTIZ, Luis P. A Mortalidade infantil no Brasil nos anos 80 In: Crise e infância no Brasil. Op. cit. p.243-268.

nacional²²⁷. A repercussão no contexto social da região da crise nacional e do dinamismo do nordeste será objeto de análise a seguir.

4.5.1 A Distribuição de Renda

As tabelas 57 e 58 mostram que a economia brasileira apresentou, durante os anos 80, uma tendência de agravamento da situação das pessoas mais pobres da população com a perda de participação na renda nacional. Essa elevação no índice de concentração da renda nacional vem mais uma vez confirmar que o regime de acumulação do Brasil é concentrador e excludente.

Em comparação com os números do início da década de 70, as informações de alguns anos selecionados na década de 80 revela esta maior concentração da renda nacional. A recessão do início dos anos 80 deprime em maior proporção a renda dos estratos mais pobres da população. Em 1986, na vigência do Plano

²²⁷ - "Antes de..., que a maioria dos índices de qualidade de vida nordestina apresenta hiatos de mais de 50% com relação aos das demais regiões, exemplificando tem-se no Nordeste: .mais da metade (51%) dos analfabetos brasileiros; .cerca da metade das habitações subnormais do Brasil; .quase 2/3 da população brasileira com déficit calórico supremo a 200 calorias/dia; .quase metade dos trabalhadores brasileiros com rendimento igual ou inferior a um salário mínimo; .a esperança de vida dos nordestinos é inferior em 10 anos a média dos habitantes do Sudeste". Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea. Nordeste I indicadores de desenvolvimento e desigualdade 1980(89). Fortaleza, 1990. p.45-46. mimeo.

TABELA 57 - BRASIL e GRANDES REGIÕES- Percentual de Renda
Apropriado pelos 40% mais Pobres da População
Anos Selecionados

BRASIL E GRANDES REGIÕES	1970	1980	1983	1986	1987	1988
Brasil	10,4	9,2	8,1	9,0	8,2	8,8
Norte	15,9	11,6	10,5	10,5	9,6	9,9
Nordeste	13,5	10,6	9,3	10,5	8,7	12,5
Sudeste	10,7	10,0	9,5	9,3	8,7	9,0
Sul	13,2	10,7	10,4	10,1	9,5	10,1
Centro-Oeste	13,0	9,1	9,6	9,0	8,8	8,7

Fontes: Maurício C. Romão. Op.cit. p.19.

Cruzado, acontece uma recuperação para a maioria da população. A partir de 1987 uma nova perda do dinamismo da economia e a aceleração do processo inflacionário vêm novamente agravar o problema da distribuição de renda nacional.

Ao longo da década de 80 ocorreu uma piora na distribuição de renda das pessoas com rendimento no Brasil, pois em 1981 os 50% mais pobres da população detinham 13,4% da renda e em 1989 eles tiveram sua participação reduzida para 10,4%²²².

O Nordeste tem como característica marcante no processo de concentração da renda brasileira, o de que os 10% mais ricos da população da região, sistematicamente se apropriam de uma fatia maior da renda do que os 10% mais ricos das outras

²²² - IBGE. Crianças & adolescentes indicadores sociais. v.3. Rio de Janeiro: IBGE. 1989. p.21.

TABELA 58 - BRASIL e GRANDES REGIÕES- Percentual de Renda
Apropriado pelos 10% mais Ricos da População
Anos Selecionados

BRASIL E GRANDES REGIÕES	1970	1980	1983	1986	1987	1988
Brasil	44,7	46,7	46,2	47,3	48,5	46,3
Norte	39,3	43,2	42,9	42,4	43,7	44,4
Nordeste	44,9	49,6	50,3	48,3	51,3	48,0
Sudeste	42,3	44,5	44,3	46,6	47,8	45,5
Sul	40,7	45,6	44,3	45,0	46,0	44,2
Centro-Oeste	44,1	49,6	47,0	49,9	49,6	48,4

Fontes: Maurício Costa Romão, op. cit., p. 20.

regiões do país. Desse modo, os mais pobres que residem na região nordestina são menos favorecidos do que os mais pobres das demais áreas do Brasil.

Durante os anos 80 o comportamento da distribuição de renda no Nordeste apresentou uma tendência estacionária, com uma melhora reduzida no seu perfil de distribuição para o último ano da série de anos selecionados^{***}. Conforme constatamos na tabela 57, em 1980 os 40% mais pobres da população se apropriavam de 10,6% da renda e em 1988 atingem os 12,5% de participação. Por outro lado, a tabela revela que os 10% mais ricos, que iniciam a década com 49,6% de apropriação de renda chegam em 1988 com uma fatia de 48% do total. Estes números também revelam a elevada

*** - O coeficiente de correlação de Spearman - um teste exato ao nível de 5% significância indica que não se pode refutar a hipótese de existência de não correlação.

concentração de renda que existe no Nordeste, onde os 10% mais ricos, entre 1987 e 1988, apresentaram a maior proporção nacional (49,65%).

Esta pequena mudança ocorrida na distribuição da renda regional durante essa década de crescimento econômico, é confirmada pelas informações da tabela 59, que versa sobre a distribuição percentual das pessoas ocupadas no Brasil e no Nordeste segundo o rendimento mensal. Apesar da maioria absoluta das pessoas ocupadas no país e na região se situarem na faixa de até 2 salários mínimos, constatamos uma redução no percentual de pessoas que participam desta faixa e um pequeno crescimento do grupo que se situa acima dos 10 salários mínimos. Em 1980, o percentual de pessoas ocupadas do grupo sem rendimentos e recebendo até 2 salários mínimos era de 68,4% no Brasil e de 85,4% no Nordeste. Já no ano de 1989, após o quadro de crise na economia do país e de crescimento no contexto regional, os números caíram para 57% e 77,8% no país e na região respectivamente. O intervalo de mais elevada remuneração e que se situa, parâ a referida tabela, acima de 10 salários mínimos revela que no Nordeste os números passaram de 1,7% em 1980 para 3,4% em 1989.

No trabalho realizado para o Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea Parte I Nordeste- Indicadores de Desenvolvimento e Desigualdades 1980(89), a economista Sandra Maria dos Santos encontra números que revelam um quadro ainda mais grave na remuneração da população da zona rural nordestina

e brasileira. Em 1989, o percentual de pessoas que recebiam até 2 salários mínimos foi de 79,4% para o país e de 87,2% para a região. Na faixa acima dos 10 salários os números atingiram somente os 2% e 0,9% para o Brasil e o Nordeste respectivamente.

TABELA 59 - BRASIL e NORDESTE- Distribuição Percentual das Pessoas Ocupadas Segundo Rendimento Mensal (%) anos selecionados

ANOS	BRASIL				NORDESTE			
	S/Rem la 2 SM	2 SM la 5 SM	5 SM la 10 SM	REM > 10 SM	S/Rem 2 SM	2 SM la 5 SM	5 SM la 10 SM	REM > 10 SM
1980	68,4	21,6	6,2	3,8	85,4	10,3	2,6	1,7
1983	66,7	21,3	7,6	4,4	83,7	11,1	3,4	1,8
1986	58,4	26,2	9,2	6,2	78,1	15,1	4,2	2,6
1989	57,0	25,4	9,3	8,3	77,8	14,5	4,2	3,4

Fontes: Censos demográficos 70 e 80 e PNAD'S

BCME-BIBLIOTECA

O quadro se revela dos mais graves em virtude de em 1988 ainda existir uma elevada proporção da população nordestina ocupada trabalhando no setor primário (41%), vindo muito a frente do secundário (15,8%) e logo atrás do terciário (43,2%). Para o mesmo ano, os números do Brasil foram de 24,2% para o setor primário, 23,3% para o secundário e 52,4% para o terciário, conforme as informações da tabela 60.

A análise da distribuição de renda vem colocar que o processo de crescimento regional colaborou para impedir uma deterioração ainda maior nas condições de vida da população mais carente da região. Assim, a manutenção do crescimento regional apesar de não ser o único elemento que melhora as condições e o

problema da distribuição de renda na região, é fator importante para melhorar as condições de vida da população.

TABELA 60 - BRASIL e NORDESTE- Estrutura Setorial da Força de Trabalho Ocupada (%) (Anos Selecionados)

ANOS	BRASIL			I	NORDESTE		
	Primário	Secundário	Terciário		Primário	Secundário	Terciário
1960	54,5	12,3	33,2	70,0	7,3	22,7	
1970	44,3	17,9	37,8	62,6	10,6	26,8	
1980	30,0	25,4	44,6	50,4	15,4	34,2	
1985	28,5	22,2	49,3	46,4	15,1	38,5	
1988	24,2	23,3	52,4	41,0	15,8	43,2	

FONTE: IBGE- Censos de 1970 e 1980 e PNADs

4.5.2 O Sistema Educacional

O Brasil apresentou um crescimento da taxa de escolarização para todas as classes de renda ao longo da década de 80. Segundo os dados da tabela 61, as crianças de família com rendimento mensal de 1/4 do salário mínimo que frequentavam a escola, em 1981, era de 61,9% e 96,7% para o grupo de meninos com famílias acima de 2 salários. No ano de 1989 estes números passam para 72,7% para as crianças de famílias com renda até 1/4 do salário e 97% para as de acima de 2 salários. Assim, durante os anos 80 foram as classes de renda mais baixa que obtiveram o maior crescimento relativo da taxa de escolarização. Todavia, são as crianças de origem mais pobre as que ainda permanecem fora da

escola em maior proporção.

TABELA 61 - BRASIL - Taxa de
Escolarização de Pessoas de 7-14
Anos Por Rendimento Mensal Familiar
" Per Capita" 1980/1989

BRASIL		1981	1989
Até	1/4 SM	61,9	72,7
	1/4 a 1/2 SM	73,1	80,5
	1/2 a 1 SM	83,1	87,7
	1 a 2 SM	91,7	93,0
	> 2 SM	96,7	97,0

FONTE: PNAD'S

Os indicadores que dizem respeito ao sistema educacional do Nordeste apresentam um quadro por demais preocupante, e com números que mostram uma deficiência mais elevada que a média nacional. Nesse contexto, são os Estados do Piauí, Alagoas e Maranhão que apresentam os piores resultados na tentativa de alfabetizar suas populações.

Analisando-se a tabela 62 que apresenta os dados da taxa de alfabetização da população nordestina durante a década de 80, constatamos que no período 1980-89 a região e o país elevaram o percentual de indivíduos alfabetizados na sua população. Durante os anos 80, mesmo diante dos graves problemas nacionais, o percentual da população brasileira alfabetizada continuou a crescer para as faixas de 5 a 9 anos, 10 a 14 anos e de 15 anos ou mais. Processo semelhante aconteceu na região Nordeste, embora no total esta apresente números bem menores que

o país para todas as faixas etárias da referida tabela. No ano de 1989 tivemos o Brasil obtendo uma taxa de alfabetização de 67,5% de sua população e o Nordeste chegando apenas a 49,5% de pessoas alfabetizadas.

O sistema educacional brasileiro e nordestino têm o predomínio absoluto no número de estabelecimentos públicos de ensino. Conforme pode-se perceber na tabela 63, em 1980, 92,7% das escolas do país eram públicas e no Nordeste este percentual atingiu os 93,3% dos estabelecimentos de ensino. Durante os dez anos deste período não ocorreram modificações na participação das escolas públicas e particulares, e com isso em 1989 92,6% das escolas do Brasil e 93% dos estabelecimentos de ensino do Nordeste pertenciam a esfera do Estado.

TABELA 62 - BRASIL e NORDESTE- Taxa de Alfabetização da População por Faixa de Idade 1980/89

DISCRIMINAÇÃO	1980				1989			
	5 a 9	10 a 14	15 a mais	TOTAL	5 a 9	10 a 14	15 a mais	TOTAL
Brasil	29,3	74,1	74,6	58,6	40,5	85,2	81,2	67,5
Nordeste	13,8	50,1	54,6	39,5	21,4	66,5	63,6	49,5
Maranhão	12,0	47,6	50,3	35,5	13,3	59,7	59,8	42,6
Piauí	10,7	47,9	51,1	36,1	11,0	59,2	56,4	42,0
Ceará	13,4	49,8	55,3	40,4	20,5	49,9	60,8	47,6
Rio G. Norte	15,8	56,5	56,3	42,7	16,8	62,5	63,7	48,5
Paraíba	12,5	47,7	51,0	37,4	29,6	70,6	63,1	51,7
Pernambuco	15,1	52,2	57,5	42,4	24,3	69,7	66,9	53,4
Alagoas	11,6	42,8	46,4	33,1	19,2	62,2	56,6	44,2
Sergipe	14,3	52,3	54,5	39,5	20,7	67,1	63,2	48,6
Bahia	15,3	51,1	57,2	41,0	25,9	70,6	67,7	53,6

Fontes: Censos demográficos 70 e 80 e PNAD'S

Nota: taxa de Alfabetização = população alfabetizada em cada grupo de idade em relação a população residente em cada grupo de idade vezes cem

TABELA 63 - BRASIL e NORDESTE- Participação e Taxa de Crescimento dos Estabeleci. Públicos e Particulares

DISCRIMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO				VARIAÇÃO (%)	
	1980		1988		PÚBLICO	PARTICULAR
	PÚBLICO	PARTICULAR	PÚBLICO	PARTICULAR		
Brasil	92,7	7,3	92,6	7,4	-8,8	-8,0
Nordeste	93,3	6,7	93,0	7,0	-8,0	-3,3
Maranhão	94,1	5,9	93,8	6,2	9,9	16,1
Piauí	95,1	4,9	95,3	4,7	-2,2	-7,2
Ceará	94,7	5,3	92,8	7,2	-30,2	-3,6
Rio G. Norte	94,8	5,2	93,3	6,7	-13,2	13,3
Paraíba	93,8	6,2	94,5	5,5	-7,3	-19,1
Pernambuco	89,1	10,9	89,3	10,7	-9,0	-10,6
Alagoas	88,2	11,8	86,9	13,1	-2,3	10,3
Sergipe	87,8	12,2	88,6	11,4	-16,5	-22,8
Bahia	94,2	5,8	94,4	5,6	4,5	0,7

FONTE: Censo 80 e PNAD

Entretanto, a redução no percentual de analfabetos acontecida em todas as faixas etárias a nível nacional e regional não é um fato que apresente uma tendência estável de expansão. Ocorreu que, ao longo dos anos 80, presenciamos a uma variação negativa no número de estabelecimentos privados e públicos tanto no Brasil como na região Nordeste. A diminuição que se deu a nível nacional no número de estabelecimentos públicos (8,8%) e privados (8,0%) foi mais elevada que a ocorrida nos estabelecimentos nordestinos, e que foi de -8% e -3,3% respectivamente para as escolas públicas e privadas. Este fato revela ser de grande gravidade, pois o ensino no Brasil e em maior grau nas escolas do Nordeste, além das suas reconhecidas

deficiências não consegue atender a toda a sua clientela.

Não se incorre em erro afirmar que os níveis de eficiência do sistema educacional brasileiro não sofreu modificação importante durante os anos 80. O sistema escolar do país manteve praticamente constante os índices de evasão escolar, a taxa de repetência e o nível de aprovação.

Nos anos finais da década a situação das escolas do Nordeste e do Brasil revelavam o seguinte quadro:

1) no país 23,3% dos professores da rede pública e 15,9% da rede particular não possuíam uma formação adequada (não possuía magistério de 2º grau e/ou licenciatura de 3º grau) em 1988. Os números para o Nordeste eram de 38% para os professores da escola pública e 21,4% para os das escolas particulares;

2) A taxa de repetência na 1ª série foi de 24,4% e 9% respectivamente para a escola pública e privada nos anos de 1987/88 no Brasil. No Nordeste se observou uma repetência de 27,4% e 13,1% para as escolas públicas e particulares no mesmo período;

3) Os índices de evasão escolar, também para a 1ª série das escolas públicas e privadas, no Brasil foram de 15,4% e 6,2% durante os anos de 1987/88. As escolas do Nordeste apresentaram números de 17,7% para as escolas públicas e de 9,6% para as escolas particulares;

4) Finalizando, as evidências trazidas pela PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar) demonstram que 40% dos adolescentes de 12 a 15 anos não possuem quatro anos de

escolaridade no Brasil. O número do Nordeste é bem mais elevado chegando a 68% dos jovens desta faixa etária^{RG90}.

Os resultados insatisfatórios do sistema educacional do Brasil, e principalmente do Nordeste, inviabilizam o ensino que é fornecido às crianças, adolescentes e à população em geral, como instrumento para se atingir níveis mais elevados de bem-estar social e de desenvolvimento econômico. Este fato se torna por demais preocupante em virtude de que a grande riqueza que possui hoje qualquer nação desenvolvida está muito vinculada a educação que recebe o seu povo.

4.5.3 O Problema da Habitação e as Condições Sanitárias

O quadro das condições habitacionais e sanitárias da população do Nordeste revelam ser bem precárias e não contradizem as informações ligadas à distribuição de renda regional, à alfabetização e aos demais indicadores econômicos e sociais.

Os fatores ligados às condições habitacionais e sanitárias⁶ do contexto nordestino também apresentaram uma melhora durante a década de 80. Ocorreu durante este período um crescimento sensível no número de domicílios que passaram a ter acesso ao abastecimento d'água da rede geral, cresceu o número de domicílios que passaram a dispor de energia elétrica e a usufruir do serviço de coleta de lixo.

No que diz respeito à participação dos domicílios que

^{RG90} - IBGE. Crianças & adolescentes. Op. cit. p. 47-49.

passaram a contar com o abastecimento d'água pela rede geral (vide tabela 64) no Nordeste, apesar do investimento realizado e que apresentou uma variação de 115,8% ao longo dos anos 80, e que foi superior a acontecida no Brasil (80,3%); apenas 51,3% dos domicílios da região estavam ligados à rede geral em 1989, enquanto que para o país o número era de 73% das residências. O que é mais grave ainda é que apenas 51,8% dos domicílios da região possuem filtro de água²³⁴.

TABELA 64 - BRASIL e NORDESTE - Participação dos Domicílios em termos de Abastecimento D'água e a Taxa de Variação no Período 1980/1989

DISCRIMINAÇÃO	1980		1989		VARIAÇÃO (%)	
	REDE GERAL	POÇO OU NASCENTE	REDE GERAL	POÇO OU NASCENTE	REDE GERAL	POÇO OU NASCENTE
	Brasil	54,9	99,8	72,9	19,2	80,3
Nordeste	31,6	26,8	51,3	22,1	115,8	9,4
Maranhão	17,9	38,3	34,5	30,6	115,7	5,4
Piauí	26,7	17,8	45,2	14,7	137,2	15,6
Ceará	17,6	36,9	33,5	39,3	153,5	42,1
Rio G. Norte	37,8	11,0	60,9	7,8	111,9	-7,1
Paraíba	36,3	18,8	63,4	8,0	128,1	-44,4
Pernambuco	41,9	22,0	63,7	14,9	94,3	-13,4
Alagoas	33,2	28,5	50,1	25,7	63,2	16,1
Sergipe	42,3	20,2	61,3	19,1	90,4	24,3
Bahia	34,7	27,7	54,9	22,0	116,7	8,6

FONTE: Censo 80 e PNAD

A situação dos domicílios em termos de ligação na rede de energia elétrica também apresenta um grande esforço realizado na região durante o período sob análise. Com uma variação de 109,3% entre 1980/89, os números do Nordeste passaram de uma

²³⁴ - IPESPE. Op. cit. p.10.

participação de 43,6% em 1980 para 68,7% em 1989. Todavia, aqui novamente estes números ficaram abaixo do encontrado a nível nacional, que em 1989 apontava com um número de 86,9% de domicílios com energia elétrica conforme os dados da tabela 65.

Na averiguação do destino dado ao lixo dos domicílios (tabela 66) é que se percebe que a realidade habitacional e sanitária do Nordeste é bastante precária. Apesar da melhoria relativa ocorrida na região ao longo do período, em 1989 tínhamos que 51,7% do lixo existente era depositado em terreno baldio. Demonstrando um atraso da região e de sua população, neste mesmo ano somente 38,8% de lixo era coletado. Estes números ficam bem aquém da média nacional, apesar da mesma não representar nenhum padrão de excelência que deva ser ressaltado, pois segundo o

TABELA 65 - BRASIL e NORDESTE - Situação dos Domicílios em Termos de Energia Elétrica 1980/89

DISCRIMINAÇÃO	Particip. domicílios com energia elétrica		VARIACÃO %
	1980	1989	
Brasil	68,5	86,9	72,9
Nordeste	43,6	68,7	109,3
Maranhão	23,3	53,7	204,8
Piauí	28,7	47,0	129,6
Ceará	43,4	59,9	84,7
Rio G. Norte	50,0	79,2	108,5
Paraíba	43,4	73,6	121,1
Pernambuco	57,3	80,5	78,9
Alagoas	46,6	75,9	110,0
Sergipe	53,1	73,3	81,5
Bahia	43,0	71,2	126,5

FONTE: Censo 80 e PNAD

censo de 80 quase 45% das habitações urbanas do país não eram servidas com água encanada e 21% não possuía qualquer tipo de instalação sanitária.

Convém acrescentar que os problemas existentes no Nordeste demonstram ser relativamente mais graves nas áreas rurais em virtude da maior escassez dos serviços de saneamento. Todavia é nas cidades que se concentra a maior parte do problema do déficit habitacional não só nordestino, mas também o brasileiro. Segundo Marcos Cintra C. Albuquerque o déficit habitacional brasileiro seria de 10 milhões de unidades na área urbana e de 4 milhões de unidades na área rural⁸³⁸.

TABELA 66 - BRASIL e NORDESTE- Destino dado ao Lixo 1981/1989

DISCRIMINAÇÃO	1981			1989		
	COLETADO	QUEIMADO	QUITERRENO	COLETADO	QUEIMADO	QUITERRENO
	IENTERRADO	IBALDIO	IBALDIO	IENTERRADO	IBALDIO	IBALDIO
Brasil	49,2	15,4	35,3	62,9	14,3	22,7
Nordeste	26,6	7,5	66,0	38,8	9,5	51,7
Maranhão	-	-	-	13,1	27,9	58,8
Piauí	-	-	-	20,1	12,3	67,6
Ceará ^e	23,6	8,0	68,4	33,2	8,6	58,0
Rio G. Norte	-	-	-	51,4	6,4	48,2
Paraíba	-	-	-	53,1	2,1	44,0
Pernambuco	33,4	5,3	61,2	51,6	3,2	45,2
Alagoas	-	-	-	44,4	4,9	50,7
Sergipe	-	-	-	45,4	6,6	48,0
Bahia	25,1	5,3	69,5	39,8	9,6	50,6

FONTE: PNAD'S

⁸³⁸ - ALBUQUERQUE, Marcos C. C. Op. cit. p. 113.

O problema das condições de habitação e saneamento se revela por demais importante em virtude de que estes fatores apresentam uma correlação direta com os índices de mortalidade infantil, desenvolvimento global das crianças e a esperança de vida da população, assuntos que serão tratados a seguir.

4.5.4 Evolução da Esperança de Vida e da Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil que é considerada classicamente um dos melhores indicadores sociais, apresenta no Brasil um número muito elevado. Segundo dados do Banco Mundial, a taxa de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos no grupo de menos de um ano de idade era em 1986 de 65 óbitos para os brasileiros^{BR 87}. Significa um número que ficava bem acima do encontrado para países como Colômbia (47 por mil), Argentina (33 por mil) e o México (48 por mil). Na América Latina somente um grupo reduzido de países tais como Honduras (95,4 por mil), Haiti (120,9 por mil) e a Bolívia (138,2 por mil) apresentavam taxas superiores à brasileira.

O comportamento da taxa de mortalidade infantil e a evolução da esperança de vida ao nascer sempre foram grandemente influenciadas pelas disparidades de renda, produto, das condições habitacionais e sanitárias que caracterizam o meio espacial

^{BR 87} - Banco Mundial. World Development Report 1987 e 1988.

brasileiro. Os referidos indicadores mesmo exibindo grandes diferenças entre as diversas regiões do país, têm apresentado um comportamento de melhora da qualidade de vida do povo e podemos observar uma tendência de aumento da esperança de vida e da redução da mortalidade infantil no Brasil.

Os valores desses indicadores no que se refere a região Nordeste, tanto para a esperança de vida como para a taxa de mortalidade infantil, apresentam uma "performance" que é bastante inferior as encontradas nas demais regiões do país. Este fato se apresenta grave e importante em virtude dos dados relativos à distribuição da população jovem para as grandes regiões do Brasil revelarem que é no Nordeste que se concentra a maioria da população de crianças e adolescentes do país (vide tabela 67).

TABELA 67 - População de 0 A 17 Anos
Segundo as GRANDES REGIÕES (%)

DISCRIMINAÇÃO	1981	1989
Norte	48,3	47,0
Nordeste	48,7	47,5
Sudeste	40,4	37,3
Sul	42,2	39,0
Centro-Oeste	46,9	43,3

FONTE: PNAD's

O Brasil apresenta uma baixa esperança de vida ao nascer mas, o valor encontrado para a região nordestina é ainda

menor. Os dados da tabela 68 mostram que a região Nordeste conseguiu acompanhar a tendência existente no país e elevou a esperança de vida de sua população ao longo das últimas décadas. Porém os valores encontrados para esta área são sempre os menores existentes no Brasil

TABELA 68 - BRASIL e GRANDES REGIÕES- Esperança de Vida ao Nascer 1950/80

DISCRIMINAÇÃO	1950	1960	1970	1980
Brasil	45,5	51,6	53,5	60,1
Norte	44,9	53,6	54,7	63,6
Nordeste	39,0	41,1	45,6	51,0
Sudeste	49,1	56,8	57,4	64,4
Sul	53,5	60,4	60,7	67,2
Centro-Oeste	51,2	56,9	58,9	63,9

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil.

A evolução da taxa de mortalidade infantil brasileira, que vem diminuindo desde 1935, continuou apresentando uma queda durante os anos 80. Todavia, em decorrência do processo recessivo por que passou a economia do Brasil, entre 1981 e 1983, ocorreu uma elevação dessa taxa em 1983 e 1984, tendo novamente decrescido nos anos de 1985/86. O comportamento observado com esta taxa ao longo dos anos 80 na região Nordeste demonstrou ser semelhante ao ocorrido no país, apresentando porém os índices mais elevados dos existentes nas diversas regiões do Brasil. (veja tabela 69)

TABELA 69 - BRASIL e GRANDES REGIÕES- Taxa de Mortalidade Infantil por Mil

GRANDES REGIÕES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Brasil	76,2	69,7	62,7	63,8	68,2	55,0	53,0
Norte	60,1	58,5	52,6	63,5	63,8	56,2	58,4
Nordeste	120,1	109,3	91,1	101,1	113,7	81,6	74,7
Sudeste	53,6	50,1	47,8	44,9	46,5	39,4	38,4
Sul	54,7	47,5	42,6	39,0	44,4	38,6	37,0
Centro-Oeste	59,0	56,5	39,4	62,9	47,1	45,5	40,7

FONTE: IBGE Estatística de Registro Civil, 1980-1986

Entre os anos de 1977 e 1985 as principais causas de mortalidade infantil na região Nordeste foram para Roberto Augusto Becker as seguintes: doenças infecciosas intestinais (gastroenterites), a seguir as infecções respiratórias agudas, depois a prematuridade, a mal-nutrição fetal e o baixo peso ao nascer, as deficiências nutricionais e as doenças imunopreveníveis (sarampo, conqueluche, difteria, tétano acidental e neonatal, e poliomielite)²³⁴.

Este quadro apesar de apresentar uma melhora ao longo da última década se revela por demais preocupante. Em 1989 a população de 0 a 17 anos que vivia com famílias de situação de pobreza (rendimento mensal familiar per capita de até 1/2 salário mínimo) era na Região Nordeste de 74,8%²³⁵. As pessoas de menos

²³⁴ - BECKER, Roberto A. Op. cit. p.269-280.

²³⁵ - IBGE. Op. cit. p.23

de um ano de idade residindo em domicílios em condições inadequadas de saneamento (sem rêde geral de esgôto ou fossas sépticas e/ou rêde geral de água com canalização interna) era de 60% para o Brasil, 36,6% para o Sudeste e de 84,8% para o Nordeste em 1989. Uma visão do quadro rural nordestino apontava que 97,5% das crianças e jovens residiam em casas sem condições sanitárias mínimas.

O contexto social nordestino, mesmo no período de obtenção de crescimento econômico, manutenção do superávit nas contas do setor externo regional e da intervenção pública anticíclica que agravou o endividamento dos estados da região, leva a que se questione a importância para o Nordeste da política que visa somente o crescimento e/ou a procura de mais recursos federais para a região. O quadro social revela a importância de modificações na estrutura produtiva e no contexto social regional que passa desde o problema de uma reforma agrária²³⁶, para a atuação do Estado induzindo a iniciativa privada a investir em determinados setores e atuando nas áreas não atraentes ao longo prazo para os empresários²³⁷, e que viabilize também políticas que favoreçam aos grupos e setores mais necessitados. Somente com a implantação de medidas desse tipo é

²³⁶ - FERREIRA, Assuero. Em Busca de um novo estilo de desenvolvimento para o Nordeste. Brasília: IPEA. P.127-150. dez. 1990.

²³⁷ - "Em termos sintéticos, significa buscar um novo estilo de desenvolvimento que combine de modo eficiente e eficaz os recursos ociosos preexistentes internamente e a agricultura, nesse caso, terá o papel fundamental" FERREIRA, Assuero. Op. cit. p. 145.

que se poderá quebrar com o mecanismo alavancador da acumulação que tem servido para concentrar a renda regional.

4.6 Conclusão

Finalizando este trabalho, o presente capítulo procurou apresentar o comportamento e as consequências para a economia do Nordeste da aplicação, por parte do governo federal, das políticas de ajustamento visando favorecer a transferência financeira para o exterior.

Nele chegamos à conclusão de que a Região Nordeste apresentou de certa maneira um comportamento diferenciado com relação à economia nacional, em virtude de conseguir manter um apreciável crescimento econômico aliado à obtenção de sistemáticos saldos na balança comercial. A via da contenção da demanda interna, redução dos gastos públicos e a recessão econômica foi substituída pelo crescimento regional, manutenção do tradicional superávit do setor externo nordestino e uma política dos governos estaduais e municipais que possibilitava a manutenção da demanda regional.

Os efeitos das políticas de ajustamento tiveram uma ação mais intensa e instantânea sobre os setores e regiões mais capitalistas e dinâmicas do país, isto é, foram mais reduzidos na economia nordestina do que no Sudeste brasileiro, a região mais industrializada e dinâmica do país. Além do mais, apesar da expansão e modernização do setor secundário regional, a

indústria do Nordeste não se encontra totalmente integrada espacial e setorialmente, e sua estrutura agrária revela ainda o grave problema da questão fundiária com diminuição da produção de alimentos (as inovações introduzidas na agricultura com a utilização de mecanização, pesticidas, adubos, etc., foram realizadas nas culturas não ligadas à produção de alimentos).

Os motivos que permitiram a economia do Nordeste obter uma taxa de crescimento razoável na década de 80 (4,9%) foram a expansão dos gastos dos Estados e Municípios da Região (em especial a manutenção dos gastos na Formação Bruta de Capital Fixo do setor público até por volta de 1986 - vide Tabela 56) e a resposta positiva do setor externo regional (com elevação de exportações e diminuição de importações - em especial entre os anos de 1983/85, vide Tabela 39).

Apesar da grave crise fiscal vivida pelo Estado brasileiro e os demais Estados da federação, o desenvolvimento econômico do Nordeste ao longo da década de 80 permitiu à região obter uma melhora mesmo que reduzida no seu sistema educacional, na área sanitária e habitacional, elevar a esperança de vida da sua população e reduzir a taxa de mortalidade infantil.

Entretanto este desenvolvimento econômico não deve ser motivo de comemorações e devemos estudar mais detalhadamente os indicadores sociais nordestinos. Pois o contexto social do Nordeste continua apresentando quadro mais crítico que o da média nacional. Além do que, o mesmo comportamento foi observado a nível nacional, apesar da grave crise vivida pela economia e pelo

Estado brasileiro. Ou seja, os indicadores de concentração de renda, do sistema habitacional do Brasil, do sistema educacional e a taxa de mortalidade infantil também apresentaram uma melhora mesmo diante da grave crise econômico-social brasileira.

Se, ao longo desse período, a economia do Brasil pudesse ter crescido à sua taxa histórica e o Estado não tivesse mergulhado na mais grave crise de sua existência, poderíamos esperar números bem mais favoráveis para os indicadores sociais. Entretanto esta não é a questão fundamental quando falamos do Nordeste e devemos pensar a Região Nordeste na busca de objetivos favoreçam a maioria da sua população. Para tal fim, deve-se buscar, além do crescimento regional, uma mudança das estruturas arcaicas criando "um novo Estilo de Desenvolvimento para a Região".

5- CONCLUSÃO

Neste trabalho procuramos analisar o comportamento da economia nordestina em decorrência da aplicação, por parte do governo federal, das políticas de ajustamento (1981-1985) e estabilização econômica (1986-1989) ao longo dos anos 80.

No primeiro capítulo apresentamos o processo de formação do complexo econômico da Região Nordeste e de sua subordinação ao centro hegemônico do país. Constatamos então que em uma primeira fase (que durou até por volta de 1950) a dinâmica da economia nordestina esteve ligada à exportação de produtos primários (açúcar, algodão, cacau), embora não se desconheca a existência da atividade pecuária na região. Ao longo de quatro séculos formou-se na região uma estrutura econômico-social de pequena diversificação, na qual revelou um reduzido desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

Com a expansão capitalista no Brasil determinando um processo de redivisão do trabalho a nível nacional, é o Nordeste integrado subordinadamente ao desenvolvimento capitalista brasileiro. Desse modo, a economia nordestina que anteriormente recebia efeitos dinâmicos do seu comércio externo, passou cada vez mais a ser influenciada pela região mais industrializada do país, num processo de homogenização dos mercados.

Foi o processo de industrialização comandado pela SUDENE que viabilizou a expansão dos capitais do Sudeste em direção a

região e que deu margem a esta formação de um mercado nacional unificado. Com este movimento, ocorreram algumas importantes transformações econômicas e sociais no Nordeste.

Aconteceu na região a penetração dos grandes grupos nacionais, que mudam o eixo principal da economia para a produção de insumos intermediários (principalmente a química e gêneros dela derivados - vide tabela 2).

A agricultura que possuía um peso relativo elevado, teve sua participação reduzida com o correspondente crescimento do setor industrial no PIB nordestino (veja tabela 1). Todavia a estrutura agrária continuou altamente concentrada nas mãos de poucos latifundiários e o problema da produção de alimentos foi cada vez mais agravado com a substituição por outras culturas (cana-de açúcar, cajú, etc).

No que diz respeito as classes sociais, encontramos que o domínio das velhas classes burguesas não foi abalado a ponto de lhes destituir dos postos ocupados na esfera política e social. Presenciamos uma combinação das velhas estruturas do campo com as novas estruturas surgidas com o processo de industrialização.

A industrialização esteve concentrada nos Estados da Bahia e Pernambuco até por volta de fins dos anos 70. Durante a década de 80 ocorreu uma expansão para os Estados de Ceará e Maranhão. Essa industrialização passou a depender das regiões mais desenvolvidas para comandar o seu processo, para o fornecimento de insumos e a aquisição de equipamentos, e para a venda de seus produtos.

Finalmente, que o processo não eliminou os sistemáticos superávits no comércio internacional do Nordeste (vide tabela 6), embora tenha acarretado a existência de déficits nas relações comerciais inter-regionais em um valor superior ao superávit externo.

Assim, a participação do PIB a preço de mercado do Nordeste no PIB brasileiro se elevou de 12,6% em 1970 para 14,3% em 1979 conforme dados da tabela 4.

Após a análise da integração da economia regional ao mercado nacional, o segundo capítulo procurou apresentar o fim da estratégia de crescimento econômico baseado no endividamento externo, e de como se deu o processo de transferência financeira para o exterior realizado pela economia brasileira na década de 80.

Depois de utilizar em grande volume os empréstimos internacionais oriundos do mercado de eurodolares para alavancar crescimento econômico, o Brasil chegou em 1979 adotando determinadas medidas visando evitar a sua ida ao Fundo Monetário Internacional. Entretanto, a reorientação do fluxo financeiro internacional em direção aos Estados Unidos da América fez com que o Brasil fosse obrigado a passar, em pouco espaço de tempo, de importador líquido a exportador de poupança.

A partir de 1983/84 passou a economia nacional a se deparar com o problema da transferência financeira de recursos para o exterior, utilizando as chamadas políticas de ajustamento que reduziram a absorção interna e viabilizavam a existência dos

necessários saldos comerciais.

Durante o restante da década de 80 a política econômica esteve voltada para viabilizar a geração de recursos para o pagamento do serviço da dívida externa (principalmente entre 1981-1985). Nesse período a economia nacional deu provas de flexibilidade e diversificação da sua estrutura produtiva ao obter megassuperavits comerciais (veja tabela 22). Porém, o Brasil, ao final dos anos 80, viveu a chamada "década perdida" em virtude da utilização das políticas de ajustamento que viabilizaram a existência dos elevados saldos comerciais para o pagamento da dívida com o exterior.

Nesse período de crise para a economia ocorreu uma elevação do déficit público e fez com que o Estado adentrasse na pior crise fiscal de sua história. Os serviços prestados pelo Estado tais como educação, saúde e saneamento básico fossem grandemente deteriorados. Além do que a classe trabalhadora sofreu com o desemprego e a perda de salário real, e finalmente que, mesmo o país passando por forte recessão e ficando em piores condições do que na década passada o problema da dívida externa ainda assim continuou sem solução (vide o ponto 3.3.3).

Diante desta grave crise vivida pelo Estado brasileiro e pela economia nacional, a economia nordestina continuou crescendo e elevou a sua participação relativa no Produto Interno Bruto Nacional. A participação do PIB nordestino a preço de mercado se elevou para 15,2% no PIB nacional (veja tabela 28). A industrialização prosseguiu, penetrando o Ceará (III Polo

Industrial do Nordeste) e, posteriormente, o Maranhão por intermédio das empresas ligadas ao projeto Carajás.

Ocorreu nova perda de participação no PIB regional do setor primário, que neste período é compensada pelo crescimento do setor terciário segundo os dados da tabela 29.

O setor externo diversifica sua pauta de exportação passando o predomínio para os produtos manufaturados (veja tabela 44) e revelando uma elevada concentração no Estado da Bahia.

Diferente do ocorrido com a economia do Brasil e com a Região Sudeste do país, o Nordeste apresentou um comportamento que fugiu à lógica das políticas ortodoxas postas em prática pelo governo federal, e conseguiu manter um apreciável crescimento econômico aliado à obtenção de sistemáticos saldos na balança comercial (vide tabela 39). Em vez da redução da demanda interna, da diminuição dos gastos do governo e da existência da recessão, se constatou que a economia nordestina obteve um crescimento regional, com manutenção do tradicional superávit no setor externo e uma política dos governos estaduais que possibilitou a manutenção da demanda regional (veja ponto 4.4).

Os efeitos das políticas econômicas durante a década de 80 tiveram uma ação mais intensa e instantânea nas regiões mais industrializadas do país. Com isso, o Sudeste brasileiro foi mais influenciado por essas políticas do que a economia da região Nordeste.

O crescimento nordestino durante este período foi estimulado pelas políticas de gastos dos governos estaduais e

municipais da região e pela resposta favorável de seu setor externo. Além do que, a região foi beneficiada pela menor integração ao espaço econômico nacional e, por isso, absorveu efeitos mais reduzidos da política econômica do governo federal.

Assim, a economia nordestina pôde obter um crescimento econômico e melhorar mesmo que de uma forma reduzida os indicadores do seu sistema educacional, da área de saúde e habitação, elevar a esperança de vida de sua população e reduzir a taxa de mortalidade infantil, apesar da grave crise fiscal por que passava o Estado. Todavia este mesmo resultado foi obtido pela economia brasileira apesar da crise vivida durante os anos 80.

Além do mais, o comportamento da economia nordestina de manutenção do crescimento regional durante as últimas décadas e em especial nos anos 80 não conseguiram eliminar as estruturas arcaicas que fazem parte do quadro histórico-estrutural da região, e com isso, esse crescimento não beneficiou a grande maioria de sua população.

Dessa maneira se faz necessário repensar as teorias e teses que reivindicam mais recursos e crescimento para o Nordeste lutando por modificações na estrutura da região e procurando criar "um novo estilo de desenvolvimento regional" que realmente favoreça a maioria da população nordestina.

ABSTRACT

An investigation of the growth in the economy Northeastern Brazil in the eighties during which time the macroeconomic policies of adjustment of 1981-85 and stabilization of 1986-89 occasioned the so - called Lost Decade.

This first chapter deals with the Northeast's Economy's intergration with the rest of the country. The economic intergration process shows that around the year 1950 the Northeast's Economy depended on the effects of foreign trade. Thereafter, it became dependent on the Brazilian Economy and especially so, on the Southeastern Region of the country. In this chapter the principal modifications in the regional economic structure due to the Northeast's Economic intergration process is presented, together with an analysis foreign trade in the Northeast..

Taking into consideration that it is rest of the country's economic performance that presently influences the behaviour of the Northeast's Economy a study is carried out of the National Economy as a result of the reform policies that made possible the transfer of capital due to foreign debt payments from 1982/83. It is observed that during the decade of the 1980's, as a result of implementing these economic reforms; Brazil was able to obtain, together with elevated trade surpluses an economic crisis and reduced economic activity while going through a recession that extended from 1981/83 and 1987/88 as well as worsening the state of the economy, the state itself and the brazilian society as a whole.

In the mid of this grave economic and govermental crisis the third chapter presents the behaviour and consequences to the economy of the Northeast in relation to the utilization on the part of the federal government of the economic reforms and stabilization.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BCME-BIBLIOTECA

ABLAS, Luis , SMITH, Roberto. Diferenças de produtividade, intensidade de capital e níveis salariais para caracterização das disparidades regionais. *Revista econômica do Nordeste*. Fortaleza: BNB. v. 15 , n. 2, p.293-318. abr./jun. 1984.

ALBUQUERQUE, Marcus C. C. Gastos sociais no Brasil: habitação e saneamento. *Planejamento e políticas públicas*. Brasília: IPEA. n. 1, p.107-125. Jul. 1989.

ALMONACID, Rubens D. , PINOTTI, Maria C. Aspectos externos da crise econômica brasileira, São Paulo: USP/IPE. 1986.(Textos de discussão n. 24).

ALVES, Francisco F. Localização industrial no Nordeste: Análise de alguns indicadores 1959-1970-1975-1980. *Revista econômica do Nordeste*. Fortaleza: BNB. v. 14, n. 2, p.177-217. abr./jun. 1983.

AMARAL FILHO, Jair do. O Problema orçamentário brasileiro: um problema mal resolvido e seus efeitos sobre a inflação e a financiarização da economia. Fortaleza: UFC/CAEN. 1989. (Série textos para discussão n. 74).

AMARAL FILHO, Jair do. Contra o estatuto da dívida externa: um paradigma pós-cepalino. *Jornal do Economista - CORECON*, São Paulo, n. 30, out. 1990.

----. Endividamento dos estados federativos: um "affair" das elites locais. São Luis, 1991. (Texto preparado para o Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, mimeo.)

----. O Problema da transferência Financeira e os Problemas de Ajustamento no Brasil e na América Latina In: *Revista de economia do Ceará*. Fortaleza: IPLANCE. v.7, n. 1/2. p. 21-29. Jan./dez. 1989.

----. Os Pilares teóricos de ajustamento do Fundo Monetário Internacional (FMI). Fortaleza: UFC/CAEN. 1990 (Texto para discussão).

----. As Políticas de ajustamento no Brasil entre 1930 e 1937: a industrialização apesar do problema da transferência financeira para o exterior. Fortaleza:UFC/CAEN. 1990. (Texto para discussão).

ANDRADE, Thompson Almeida. Desigualdades regionais no Brasil: uma seleção de estudos empiricos. *Pesquisa e planejamento econômico*. Rio de Janeiro: IPEA. v. 7, n. 1, p.205-26. abr. 1977.

ARIDA, Persio et al. *Inflação zero : Brasil, Argentina e Israel*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986. 96p.

BAER, Mônica. A Internacionalização financeira no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1986. 165p.

BAER, WERNER. A Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas. 1985. 593p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Informativo mensal. Brasília: BACEN/Dep. Econômico. Ano 10, n. 114, jan/1990.

----. - Relatório do Banco Cental do Brasil - 1980, Brasília: BACEN/Dep. Econômico. v. 17, 1981.

----. - Relatório do Banco Cental do Brasil - 1981, Brasília: BACEN/Dep. Econômico. v. 18, 1982.

----. - Relatório do Banco Cental do Brasil - 1982, Brasília: BACEN/Dep. Econômico. v. 19, 1983.

----. - Rêlatório do Banco Cental do Brasil - 1983, Brasília: BACEN/Dep. Econômico. v. 20, 1984.

----. - Relatório do Banco Cental do Brasil - 1984, Brasília: BACEN/Dep. Econômico. v. 21, 1985.

----. - Relatório do Banco Cental do Brasil - 1985, Brasília: BACEN/Dep. Econômico. v. 22, 1986.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Relatório do Banco Central do Brasil-
1987, Brasília: BACEN/Dep. Econômico. v. 24, 1988.

----. - Relatório do Banco Central do Brasil - 1989, Brasília:
BACEN/Dep. Econômico. v. 26, 1990.

----. - Relatório do Banco Central do Brasil - 1990, Brasília:
BACEN/Dep. Econômico. v. 27, 1991.

BRASIL - MINISTERIO DE ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO,
Secretaria da Fazenda Nacional, Departamento do Tesouro
Nacional. Execução Orcamentária dos Estados e Municípios das
Capitais 1980-1989, Brasília, 1990.

BRASIL - Programa Econômico. Brasília: Banco Central do Brasil.
v. 26, set. 1990. 128p.

BARROS DE CASTRO, Antônio, 7 Ensaios sobre a economia
brasileira. Rio de Janeiro: Forense. v. I (193p.) ; v. II
(238p.), 1975.

----. , PIRES DE SOUZA, Francisco. A Economia brasileira em
marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. 217p.

----. O Saldo e a Dívida. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI. dez. 1987.
(Texto para discussão n. 135.)

BATISTA Jr., Paulo N. Mito e realidade da dívida externa brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983. 225p.

BELLUZZO, Luiz G. M. O Senhor e o Unicórnio: A economia dos anos 80 crônicas. São Paulo: Brasiliense. 1984. 204p.

BERNAL, M. Cleide C. Tentativa de avaliação da política regional de promoção de exportação. Revista econômica do Nordeste. Fortaleza: BNB. v.7, n.1, p. 43-73. jan./mar. 1976.

BCME-BIBLIOTECA

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional In: HADDAD, P. R. et. al. Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE. p.589-687.

BONTEMPO, Hélio C. Política cambial e superávit comercial. Pesquisa e planejamento econômico. Rio de Janeiro: IPEA. v.19, n.1, p.45-64. abr. 1989.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. Economia Brasileira - Uma introdução Crítica. São Paulo: Brasiliense. 1983. 169p.

----. Dívida externa: crise e soluções. São Paulo: Brasiliense. 1989, 324p.

----. , DALL ACQUA, Fernando M. A Composição financeira do déficit público. Revista de economia Política. São Paulo: Brasiliense. v.7, n.2, p. 54-65. abr./jun. 1987.

BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento econômico brasileiro. 5ª ed.
Rio de Janeiro: Vozes. 1985. 220p.

----. Por que o Brasil foi ao fundo. Rio de Janeiro: Vozes. 1984.
86p.

----. O Brasil no FMI. Rio de Janeiro: Vozes. 1984. 167p.

CARDOSO, Eliana. Economia brasileira atual ao alcance de todos.
São Paulo: Brasiliense. 1988. 181p.

----. , FISHLOW, A. Macroeconomia da dívida externa. São Paulo:
Brasiliense. 1989. 186p.

----. , DORNBUSCH, R. Dívida brasileira: réquiem para a política
de muddling through. Pesquisa e planejamento econômico. Rio de
Janeiro: IPEA. v. 18, n.1, p. 211-238. ago. 1988.

CARVALHO, Otamar. Desenvolvimento regional : Um problema
político. Rio de Janeiro: Campus. 1979. 292p.

CARVALHO PEREIRA, J. E. Financiamento externo e crescimento
econômico no Brasil 1967/73. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 1974.
(Relatório de Pesquisa n. 27.)

CASIMIRO, Liana M. C. **Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso.** São Paulo: USP/IPE. 1986. 216p. (Série ensaios econômicos n. 59.)

CAVALCANTI, Carlos B. **Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna.** Rio de Janeiro, 1988. 95p. (Dissertação de mestrado 12º Prêmio BNDES.)

CHAHAD, José P. Z. , CERVINI, Rubens. **Crise e infância no Brasil: o impacto das políticas de ajustamento econômico.** São Paulo: USP/IPE. 1989. 402p.

CHAMI BATISTA, J. **A Estratégia de ajustamento externo do segundo plano nacional de desenvolvimento.** Revista de economia política. São Paulo: Brasiliense. v. 7, n.2, p. 66-80. abr./jun. 1987,

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento.** São Paulo: Perspectiva. 1978. 165p.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV-IBE, v. 35, n. 12, dez. 1981.

----. Rio de Janeiro: FGV/IBE, v.13, n. 1, 31/01/1989.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV/IBE, v.42, n. 9,
15/09/1988.

----. Rio de Janeiro: FGV/IBE, v.45, n. 7, 31/07/1991.

CRUZ, Paulo D. Dívida externa e política econômica. São Paulo:
Brasiliense. 1984. 188p.

----. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos
setenta. Desenvolvimento Capitalista no Brasil. 2ª ed. n. 2,
Org: BELLUZZO, Luis G. M. , COUTINHO, Renata. São Paulo:
Brasiliense. 1984, p.59-105.

DALTRO BARRETO, Flávio A. F. Trinta Anos de Incentivos Fiscais
para o Nordeste: Resultados, Distorções e Propostas de
Reformulações. Fortaleza, UFC/CAEN. 1990. (Dissertação de
mestrado.)

DAMASCO, Maria A. País fica ainda mais pobre nos anos 80.O Estado
de São Paulo. São Paulo, 17/dez/89.

DENSLOW, David Jr. As Origens da desigualdades regionais no
Brasil In: VERSIANI, Flavio R. , MENDONÇA DE BARROS, José R.
Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva. 1978. P.41-
61.

DOELLINGER, Carlos V. et al. **Transformação da estrutura das exportações brasileiras: 1964/70.** Rio de Janeiro, IPEA. 1973, (Relatório de Pesquisa n. 14.)

FERREIRA, Assuéro. O Nordeste brasileiro contraponto inacabado da acumulação? *Revista de economia Política.* São Paulo: Brasiliense. v. 3, n. 3, p. 71-87. jul./set. 1983.

----. A Dinâmica da expansão industrial recente no Nordeste. *Revista econômica do Nordeste.* Fortaleza: BNB. v.14, n. 2, p. 219-246. abr./jun. 1983.

BCME-BIBLIOTECA

----. Reflexões sobre a política de desenvolvimento do Nordeste- Notas para uma discussão. Fortaleza: UFC/CAEN. 1979 (Texto para discussão n. 24.)

----. Elementos estruturais do subemprego no Nordeste brasileiro. *Revista econômica do Nordeste.* Fortaleza: BNB. v. 13, n. 4, p. 743-759. out./dez. 1982.

----. Em Busca de um novo estilo de desenvolvimento para o Nordeste. *Planejamento e políticas públicas.* Brasília: IPEA. p. 127-150. dez. 1990.

----. **Estado e expansão econômica no Brasil: 1930-1960.** Fortaleza: UFC/CAEN. 1984, Texto para discussão n. 52.)

FERREIRA, J. C. et al. Incentivos fiscais e a criação de empregos no Nordeste. Fortaleza: SUDENE/CAEN. 1979. 130p.

FERRER, Aldo. Dívida externa, estratégia de desenvolvimento e política. Revista de economia política. São Paulo: Brasiliense. v.7, n. 2, p. 41-53. abr./jun. 1987.

FIEC/IEL - Avaliação da Política Industrial do Ceará -uma contribuição ao debate. Elab: Liana Maria Carleial de Casiniro, Fortaleza: FIEC. 1983. 58p.

FISHLAW, Albert. A Economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. Pesquisa e planejamento econômico. Rio de Janeiro: IPEA. v. 16, n. 3, p. 507-550. dez.1986.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, Choques externos e resposta de política econômica no Brasil: O primeiro choque do petróleo. Estudos especiais IBE, Rio de Janeiro: Ed. FGV-IBE. n. 3, 1981. p.

FÓRUM GAZETA MERCANTIL. FMI x Brasil: A armadilha da recessão. São Paulo, 1983, 249p.

FREITAS, Carlos E. Por que renegociação descentralizada. Folha de São Paulo. São Paulo, 24/dez/89, Economia p.c-3.

FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*, 17ª ed. São Paulo: Nacional. 1980. 248p.

----. *A Fantasia desfeita*. São Paulo: Brasiliense. 1989. 206p.

----. *A Crise da economia capitalista*. *Revista de economia política*. São Paulo: Brasiliense. v.3, n. 2, p. 5-13. abr./jun. 1983.

FURTADO, Milto B. *Síntese da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Livro Técnicos e Científicos. 1981. 230p.

GALVEAS, Ernane. *Economia brasileira - desafios e realização*. *Revista de finanças públicas*. ano XLI, n. 348, p. 55-63. out./dez. 1981.

GAMBIAGI, Celso. *Paridades cambiais, dívida externa e ajustamento: reflexões sobre o caso brasileiro - 1983/87*. *Pesquisa e planejamento econômico*. Rio de Janeiro: IPEA. v.18, n. 2, p.453-368. ago. 1988.

GOLDENSTEIN, Sérgio. *A Dívida Externa Brasileira 1964-1982: Evolução e Crise*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986. 169p.

GOMES, Gustavo M. et al. *Recessão e desemprego nas regiões brasileiras*. Recife: UFPE/PIMES. 1985. 106p.

GOODMAN, David , ALBUQUERQUE, Roberto C. A industrialização do Nordeste : A Economia Regional. Rio de Janeiro: IPEA\INPES. v. 1, 1971, (Coleção relatório de pesquisa n. 6.)

GTDN, Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste
In: Formação Econômica do Brasil. Org: VERSIANI, Flavio R. ,
MENDONÇA DE BARROS. São Paulo: Saraiva. 1978, Série ANPEC, p.
293-338.

BCME-BIBLIOTECA

HARBER, Jr. R. P. O Sistema de incentivos fiscais e o Nordeste:
uma análise econometrica. Revista econômica do Nordeste.
Fortaleza: BNB. v. 13, n. 4, p. 705-742. Out./dez. 1982.

HOLANDA, Nilson. A Política de Desenvolvimento do Nordeste. 1ª
ed. Fortaleza: BNB. 1979. 296p.

IBGE, Contas Nacionais Consolidadas 1980-1989. Rio de Janeiro,
1991.

----, Censo Industrial 1960 - 1970 - 1980 - 1985. Rio de Janeiro:
IBGE. Vários anos.

----, Censo Demográfico : mão de obra 1970 - 1980. Rio de
Janeiro: IBGE. 1970, e 1983.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar - Tomo 1 : Brasil e Grandes Regiões 1981 a 1989. Rio de Janeiro: IBGE. Vários anos.

----, Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar - Tomo 4 : Região Nordeste 1981 a 1989. Rio de Janeiro: IBGE. Vários anos.

----, Crianças & Adolescentes Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE. V. 3, 1989.

INSTITUTO EQUATORIAL DE CULTURA CONTEMPORANEA - Nordeste I Indicadores de Desenvolvimento e Desigualdade 1980/89, Fortaleza, 1990. mimeo. 89p.

IPESPE, Novos Governadores Nordestinos: seminário dos desafios sociais, Recife, 1990. mimeo. 12p.

JATOBA, Jorge. Desenvolvimento regional no Brasil: Políticas e controvérsias In: Resenhas de economia brasileira. São Paulo: Saraiva. 1979, p. 199-291. (Série ANPEC.)

JOBIM, Antônio J. G. A Macrodinâmica de Michal Kalecki. São Paulo: Graal. 1984. 123p.

KALECKI, Michal. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec. 1980. 193p.

- KALECKI, Michal. Teoria da dinâmica económica., São Paulo: Abril Cultural. 1983. 146p. (Coleção os Economistas)
- . Economias em desenvolvimento. São Paulo: Vertice. 1987. 204p.
- . Kalecki - Economia. Org: Jorge Miglioli. São Paulo: Atica. 1980. 224p.
- KUCINSKI, Bernardo , BRANFORD, Sue. A Ditadura da dívida. São Paulo: Brasiliense. 1987. 233p.
- LEFF, Nathanel H. Desenvolvimento econômico e desigualdade regional- origem do caso brasileiro. Revista brasileira de Economia. Rio de Janeiro: FGV. v. 26, n. 1, p. 3-21. jan./mar. 1972.
- LICHTENSZJN, Samuel , BEAR, Mônica. Fundo monetário internacional e banco mundial - estratégia e políticas do poder financeiro. São Paulo: Brasiliense. 1987. 230p.
- LOBATO, Wilson S. Comércio exterior do Brasil: dívida e dúvidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977. 171p.
- LOPES, Francisco. O Choque heterodoxo: combate a inflação e reforma monetária. Rio de Janeiro: Campus, 1986. 185p.

MALAN, Pedro S. O Problema da dívida externa. In: A Economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira. Org: TAVARES, Maria da C. ; DAVID, Mauricio D. Rio de Janeiro: Vozes. 1982. p. 9-24.

MANTEGA, Guido. A Economia política brasileira. Rio de Janeiro/Vozes e São Paulo/Polis. 1984. 288p.

----. , MORAIS, Maria. Acumulação monopolista e crise no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980. 106p.

MARANHÃO, Silvio. A Questão nordeste: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984, 137p.

MENDONÇA DE BARROS, Roberto. A Experiência regional de planejamento In: Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva. 1987, p. 111-137.

MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de capital e demanda efetiva. São Paulo: T.Q. Queiroz. 1982. 301p.

MODIANO, Eduardo. Da Inflação ao cruzado: a política econômica no primeiro ano da Nova República. Rio de Janeiro: Campus. 1986. 126p,

MOREIRA, Raimundo. O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. 170p.

NOBREGA, Maílson A. Uma Década para ser lembrada. Estado de São Paulo. São Paulo, 17/dez/90.

NORDESTE - Análise Conjuntural. Fortaleza: BNB/ETENE. v. 27, n. 2, jul./dez. 1989.

BCME-BIBLIOTECA

OLIVEIRA, Aécio A. Quadro geral do emprego no Brasil e no Nordeste In: Política de Emprego no Brasil - viabilidade e alternativa, coord. Liana Maria Carleial. Fortaleza: BNB. 1989. p.53-59.

OLIVEIRA, Francisco. A Economia brasileira: crítica a razão dualista. 4ª ed. São Paulo: Cebrap. 1981. 87p.

----, A Economia da dependência imperfeita. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal. 1980. 159p.

----. Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classe. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981. 137p.

----. A Metamorfose da arribaçã - fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. Novos estudos Cebrap. São Paulo: CEBRAP. n. 27, p.67-92. jul. 1990.

PORTELA FILHO, Petrônio. A Moratória soberana - a alternativa do confronto externo: seus custos, perspectivas e mitos. São Paulo: Alfa-Omega. 1988. 277p.

PRADO Jr, Caio. História econômica do Brasil. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1974. 354p.

REBOUCAS. Osmundo E. Crescimento do Nordeste no contexto nacional: fatores condicionantes. Revista econômica do Nordeste. Fortaleza:BNB. v.9, n.4, p. 453-467. Out./dez. 1978.

RESENDE, André L. A Ruptura no mercado internacional de crédito
In: Dívida externa, recessão, ajuste extrutural - O Brasil diante da crise org: Pércio Arida. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982, p.41-54.

ROCHA, Euripdys E. A Gestão Mailson da Nóbrega e a hiperinflação adiada. Fortaleza:UFC/CAEN. 1990. (Texto para discussão n.86)

----. O Caráter inovador do fundo de desenvolvimento industrial do Ceará. Fortaleza: UFC/CAEN. 1991. (Texto para discussão nº 97.)

ROMÃO, Mauricio C. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. Recife: UFPE/PIMES. 1990. 74p. (Texto para discussão n. 209)

SALAMA, Pierre. Dolarização - Ensaio sobre a moeda, industrialização e o endividamento dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Nobel. 1989. 116p.

SAUL, Nestor. Euromercados. Porto Alegre: Ortiz. 1991. 117p.

SINGER, Paul. O Dia da lagarta - democratização e conflito distributivo no Brasil do cruzado. São Paulo: Brasiliense. 1987.

SMITH, Roberto. Troca desigual e regionalismo- uma avaliação da industrialização recente no Nordeste brasileiro: o complexo industrial têxtil. São Paulo: FINE/IPEA. 1981. 159p.

----. Aspectos da industrialização do Nordeste e a dinâmica da acumulação. Fortaleza: UFC/CAEN. 1984. (Texto discussão n. 46)

----. A Questão das disparidades regionais no Brasil: uma revisão das abordagens. Fortaleza: UFC/CAEN. (Texto n. 44.)

SOUSA, Itamar ; MEDEIROS FILHO, João. Os Degredados filhos da seca. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 1983. 111p.

STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil -1850/1950. Rio de Janeiro:

- SUDENE. Comércio Exterior: Exportações do Nordeste 1972-76, Recife, 1977.
- . Comércio Exterior: Exportações do Nordeste 1979. Recife, 1981.
- . Comércio Exterior: Exportações do Nordeste 1982. Recife, 1985.
- . Comércio Exterior: Exportações do Nordeste 1983, Recife, 1986.
- . Comércio Exterior: Exportações do Nordeste 1984-85, Recife, 1987.
- . Comércio Exterior: Importações do Nordeste 1975-79, Recife, 1980.
- . Comércio Exterior: Importações do Nordeste 1980. Recife, 1983. *
- . Comércio Exterior: Importações do Nordeste 1981. Recife, 1984.
- . Comércio Exterior: Importações do Nordeste 1982, Recife, 1984.
- . Comércio Exterior: Importações do Nordeste 1983, Recife, 1987.

SUDENE. Endividamento dos Estados da Região Nordeste, Recife, 1988. 95p. (Série Finanças públicas 2.)

----. Produto e Formação Bruta de Capital - Nordeste do Brasil 1965-1989, Recife, 1990

----. Produto e Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público-Nordeste do Brasil 1960-1987, Recife, 1990.

TAVARES, Maria da C. A Crise financeira global. Revista de economia Política. São Paulo: Brasiliense. v. 3, n. 2, p.15-25. abr./jun. 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Economia Industrial. Boletim de conjuntura. Rio de Janeiro: v. 9, n. 1, p. 7-77. abr. 1989.

----. ----. Rio de Janeiro: v. 10, n. 1, p. 7-48. abr. 1990.

----. ----. Rio de Janeiro: v. 10, n. 3, p. 7-63. out. 1990.

----. ----. Rio de Janeiro: v. 10, n. 4, p. 7-66. dez. 1990.

VIANNA, Pedro J. R. Análise dos efeitos das políticas de comércio exterior do Brasil sobre o setor externo nordestino: 1948/1979. *Revista econômica do Nordeste*. Fortaleza: BNB. v. 12, n. 2, p.305-393. abr./jun. 1981.

----. O Setor externo nordestino. *Revista econômica do Nordeste*. Fortaleza: BNB. v. 14, n. 3, 1983, p.459-468. jul/set 1983.

----. Política externa brasileira - uma análise didática In: *Revista indústria e produtividade*. Rio de Janeiro: CNI. v. 7, 1984. 16p. (Coleção José Ermírio de Moraes.)

----., O Tamanho e o papel do Setor público no Brasil e no Nordeste. Fortaleza, agosto/1991. mimeo.

BCME-BIBLIOTECA

VIEIRA, Antônio de Pádua B. Política e programa de incentivos às exportações de produtos manufaturados do Nordeste no período de 1980 a 1987. Fortaleza: UFC/CAEN. 1990. (Dissertação de mestrado.)

WELL, John. Euro-Dolares, dívida externa e o milagre brasileiro *Estudos Cebrap* 6. São Paulo: Brasiliense. p.5-34. out./dez. 1973.

ZINI JUNIOR, Alvaro A. O Brasil num cruzamento: dívida externa e exaustão fiscal. *Revista de economia Política*. São Paulo: Brasiliense. v.10, n. 1, p. 32-53. jan./mar. 1990.